



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
LINHA DE PESQUISA TRABALHO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

ALESSANDRA APARECIDA FRANCO

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO:
influências do modelo de organização da produção a partir de 2002

Uberlândia

2016

ALESSANDRA APARECIDA FRANCO

**CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO:
influências do modelo de organização da produção a partir de 2002**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação.

Área de Concentração: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Robson Luiz de França.

Uberlândia

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- F825c Franco, Alessandra Aparecida, 1971-
2016 Condições de trabalho do professor universitário : influências do
modelo de organização da produção a partir de 2002 / Alessandra
Aparecida Franco. - 2016.
179 p.
- Orientador: Robson Luiz de França.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.
1. Educação - Teses. 2. Professores universitários - Teses. 3.
Professores universitários - Satisfação no trabalho - Teses. 4. Educação e
Estado - Ituiutaba (MG) - Teses. I. França, Robson Luiz de. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

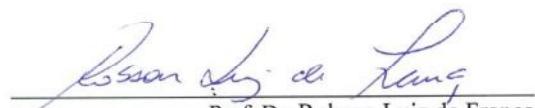
ALESSANDRA APARECIDA FRANCO

CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO:
influências do modelo de organização da produção a partir de 2002

Tese aprovada para a obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela Banca Examinadora formada pelos seguintes professores.

Uberlândia, 21 de fevereiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Robson Luiz de França
Universidade Federal de Uberlândia – UFU


Profa. Dra. Larissa Guimarães Martins Abrão
Universidade Estadual de Maringá - UEM


Profa. Dra. Luciana B. de Oliveira Bar de Carvalho
Universidade de Uberaba – UNIUBE


Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali
Universidade Federal de Uberlândia – UFU


Prof. Dr. Antônio Bosco de Lima
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

A você Eduarda, fonte de minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela existência e pela oportunidade de poder a cada dia me tornar uma pessoa melhor.

A todos que me acolheram nessa jornada de descobertas, “muito obrigada”.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	<i>Agency for International Development</i>
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FACIP	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
GM	<i>General Motors</i>
IFS	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBE	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
OIT	Organizacional Internacional do Trabalho
PIS	Programa de Integração Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição do emprego formal segundo grau de escolaridade Brasil, 2011 e 2012	26
Quadro 2. Crescente terceirização de mão de obra no Brasil.....	29
Quadro 3. Evolução do número de cursos de graduação, por categoria administrativa no Brasil no período de 2010 a 2013.	33
Quadro 4. Evolução do número de matrículas de graduação, por categoria administrativa no Brasil no período de 2009 a 2013.	34
Quadro 5. Evolução do número de funções docentes em exercício, segundo a categoria administrativa (pública - privada) e a organização acadêmica no Brasil no período de 2010 a 2013.	34
Quadro 6. Quadro comparativo entre a evolução do número de matrículas de graduação com a evolução do número de funções docentes em exercício no período de 2010 a 2013	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ranking Médio das principais influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre a formação da mão de obra	101
Tabela 2. Números de incidências em cada opção proposta do grau de concordância sobre as principais influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre a formação da mão de obra.....	108
Tabela 3. Ranking Médio - Visão dos pesquisados sobre os principais reflexos das formas de organizar a produção e o trabalho sobre os papéis da profissão docente	111
Tabela 4. Números de incidências em cada opção proposta sobre as influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre os papéis da profissão docente	124
Tabela 5. Ranking Médio – Visão dos pesquisados sobre as relações entre a universidade e o capitalismo e sobre a posição das pesquisas sobre o trabalho docente nesse contexto	130
Tabela 6. Números de incidências em cada opção proposta sobre as relações entre a universidade e o capitalismo e sobre a posição das pesquisas sobre o trabalho docente nesse contexto.....	138

RESUMO

Inserida na Linha de Pesquisa “Trabalho, Sociedade e Educação” do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, nossa tese é de que as condições de trabalho do professor universitário tiveram impacto considerável do modelo de organização da produção, a partir do ano 2002. Nesse sentido, tem como objeto de estudo as atuais condições do trabalho do docente no ensino superior, assim como os problemas identitários que pressionam o docente em tal ambiente. Os reflexos de todo o cenário instalado a partir dos moldes globais merecem ser compreendidos, sob a égide da profissão docente, face a uma realidade marcada pela desprofissionalização, desvalorização, desqualificação e proletarização da profissão, configurando-se definitivamente na perda da identidade docente. No âmbito dessas questões, requere-se estabelecer uma pauta única de discussões, para repensar a educação como meio importante das constantes mudanças que ocorrem no mundo produtivo. Este trabalho teve por objetivo pesquisar, junto aos docentes da Instituição de Ensino Superior Pública Federal de Ituiutaba – FACIP/UFU, a influência das recorrências da evolução da organização do trabalho e o consequente impacto na reestruturação das Universidades Federais no que se refere à formação profissional dos egressos dos cursos de graduação entre os anos de 2002 e 2014. Para atingir o propósito da pesquisa, definiu-se como objetivos específicos: i) debater a expansão do capitalismo no mundo, como origem da reestruturação da produção e do trabalho a partir do ano 2002; ii) analisar e discutir os impactos da mudança do modelo de organização da produção e do trabalho sobre a profissão docente, a partir do ano de 2002; iii) refletir sobre a necessidade de pesquisas acerca da educação, notadamente sobre a valorização do docente. A pesquisa exploratória quali-quantitativa com 48 docentes da Universidade aconteceu no período de 01 de agosto a 30 de setembro de 2016. Os resultados corroboraram com a tese, revelando que na visão dos pesquisados uma das principais influências das novas formas de organizar a produção e o trabalho, a partir do ano 2002, ditadas pelo modelo capitalista/toyotista, é redução da matriz de empregos no Brasil. Também revelaram que as características profissionais exigidas dos indivíduos e a necessidade destes de correr atrás de uma vaga de emprego, despertaram nos mesmos a consciência de que somente uma melhor formação e qualificação constante farão a sua diferença. Para os pesquisados, um dos principais problemas gerados pelo sistema capitalista, que reflete nas funções docentes, está relacionado com a incapacidade do Sistema de Ensino como um todo, mesmo sob a pressão do complexo sistema – Estado e Sistema Produtivo –, em produzir força de trabalho e tecnologias com a mesma velocidade exigida pelo mundo produtivo. Conclusivamente, ficou evidente que o mundo produtivo direciona os objetivos do Sistema de Ensino, orientando o Estado na definição de suas políticas; rege os objetivos das Instituições Educacionais e dos docentes, ingerindo e orientando na formação da mão de obra e no direcionamento de pesquisas.

Palavras-chave: Condições de Trabalho, FACIP, Modelo de Organização e Produção.

ABSTRACT

Inserted in the research line "Work, Society and Education" of the program of graduate studies in Education at the Universidade Federal de Uberlândia, this thesis argues that the working conditions of the University professor had considerable impact of the model of organization of production, from the year of 2002. In this sense, the object of study is the current work conditions of teaching staff in higher education, as well as the identity issues pressing the teacher in such an environment. The reflections of all installed scenario from the global templates deserve to be included, under the aegis of the teaching profession in the face of a reality marked by deprofessionalization, devaluation, disqualification and proletarianization of the profession by setting definitely in the loss of identity. In the context of these issues, it is important to establish a unique discussion board, to rethink education as important means of the constant changes that occur in the productive world. This study aimed to search, with the teachers of the Federal public institution of higher learning of Ituiutaba – FACIP/UFU, the influence of the recurrences of the evolution of the Organization of work and the consequent impact on the restructuring of Federal universities with regard to vocational training of graduates of degree courses, between the years of 2002 and 2014. To achieve the purpose of the survey, there were defined as specific objectives: i) discussing the expansion of capitalism in the world, as the source of the restructuring of production and work from the year of 2002; ii) analyzing and discussing the impacts of the change of the model of organization of production and work on the teaching profession, from the year 2002; iii) reflect on the need for research on the education, notably on the development of teaching. The quali-quantitative exploratory research with 48 faculty members of the University happened during the period from 01 August to 30 September 2016. The results corroborate with the thesis, revealing that in the view of the surveyed one of the main influences of new ways of organising production and work, from the year 2002, dictated by the capitalist/toyotist model, is reducing the matrix of jobs in Brazil. They also revealed that the professional features required of individuals and the need of chasing a job vacancy awoke in the same consciousness that only better training and constant qualification will make your difference. For the respondents, one of the major problems generated by the capitalist system, which reflects on the roles of teachers, is related to the inability of the educational System as a whole, even under the pressure of the complex system state and system of production, in producing workforce and technologies with the same speed required by the productive world. Conclusively, it became apparent that the productive world directs the objectives of the education system, guiding the State in defining its policies; governs the goals of educational institutions and teachers, ingesting and guiding in the training of the workforce and in the directions of researches.

Keywords: Work Conditions, FACIP, Model of Organization and Production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO MUNDO, COMO ORIGEM DA REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO A PARTIR DO ANO 2002	9
1.1 Percurso histórico	9
1.2 O capitalismo neoliberal e a reestruturação do trabalho no Brasil	10
1.3 Características do trabalho e do trabalhador no período neoliberal.....	12
1.4 O capitalismo globalizado; a reestruturação da produção e do trabalho	13
1.5 O valor e os papéis do trabalho frente à reestruturação produtiva na era globalização ..	14
1.6 A crise do capital e do emprego	22
1.7 As condições de trabalho do trabalhador	41
1.8 A particularidade do trabalho docente	49
CAPÍTULO 2 - IMPACTOS DA MUDANÇA DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE, A PARTIR DO ANO 2002.....	58
2.1 Os papéis do Estado e a educação universitária	62
2.2 A Organização do trabalho nas instituições de educação	67
2.3 Os papéis do professor no atual modelo de ensino	69
2.4 Desvalorização e precarização do trabalho docente?	74
2.5 Profissionalização do docente e seu trabalho	79
2.6 A Organização do trabalho escolar e as relações docente	86
CAPÍTULO 3 - OS PRÓXIMOS CAMINHOS DAS PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA.....	92
CAPÍTULO 4 - DADOS E DISCUSSÕES	100
4.1.1 Visão dos docentes com pós-doutorado	102
4.1.2 Visão dos docentes com formação em Doutorado	104
4.1.3 Visão dos docentes com formação em Mestrado	106
4.1.4 Considerações gerais sobre as influências das regras do mundo produtivo sobre a formação da mão de obra na visão geral dos docentes.....	108
4.3.1 Visão dos docentes com formação em Pós-Doutorado	132
4.3.2 Visão dos docentes com formação em Doutorado	134
4.3.3 Visão dos docentes com formação em Mestrado	135
4.3.4 Breves comentários sobre a visão geral dos pesquisados sobre a posição do ensino e das pesquisas	137
CONCLUSÕES	141
REFERÊNCIAS	156

INTRODUÇÃO

Essa tese se insere na Linha de Pesquisa “Trabalho, Sociedade e Educação” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, e defende que as condições de trabalho do professor universitário tiveram impacto considerável do modelo de organização da produção a partir de 2002.

A escolha desse tema deve-se inicialmente à minha trajetória profissional na área de Educação como docente do Ensino Superior em Instituições Privada e Pública da cidade de Ituiutaba-MG. Ao longo dos anos de atuação profissional venho me deparando com relatos de professores das Instituições onde atuo cada vez mais insatisfeitos com as condições de trabalho, em razão da precarização, desqualificação e desvalorização da profissão nos moldes globais. O sofrimento e a angústia desses professores se configuraram na perda de identidade profissional, revelando a urgência da continuidade de diálogos sobre o tema.

Embora minha experiência tenha se configurado como fonte geradora da questão principal desse estudo, relatos de docentes de outras Instituições também contribuíram com essa percepção e interesse.

Quanto mais se discute a influência da evolução do sistema produtivo via organização da produção e do trabalho sobre o estado psicossocial do trabalhador e sobre a ótica de suas configurações objetiva, subjetiva e humana do trabalho, mais o problema se torna novo, emergente e distante de uma conclusão; e, por isso, cada vez mais próximo da Academia, lugar que transcende a própria vinculação filosófica existente entre o trabalhador e os processos produtivos.

Entretanto, a posição atual dos estudos, não satisfaz ou responde totalmente os problemas gerados pelas relações entre os sistemas de produção e de educação. Isto porque, os trabalhos em sua maioria abordam a precarização, a valorização, a qualidade de vida, as condições de trabalho, etc., mas sem mostrar ou discutir a influência da evolução do setor produtivo sobre a educação superior e sobre o trabalho docente.

Preliminarmente é possível inferir que as condições atuais do trabalho docente no ensino superior no Brasil são, na melhor das hipóteses, desejáveis, agravadas e aviltadas, por conta da evolução das mudanças no setor produtivo nas últimas décadas. Silva (1999, p. 87) leciona: “o capital está exigindo para sua reprodução novas qualificações do trabalhador”, evidenciando as novas configurações do trabalho e da empregabilidade na sociedade da

globalização. Foi assim, seguindo a trajetória mundial na década de 1990, que o Brasil começou a transitar por radicais mudanças na forma de organizar a produção e o trabalho.

É nesse sentido que este estudo poderá contribuir de maneira efetiva, posto que tem como propósito avançar nas discussões já existentes. Ou seja, agregando ou criando novos agregados aos conhecimentos atuais. Isso ocorrerá porque a pesquisa tem o propósito de levantar e discutir as correlações e influências da evolução do sistema produtivo, com a evolução da educação superior (reformas ou reestruturação das universidades federais) com enfoque na carreira docente, viabilizando novas possibilidades de estudos sobre a profissão docente.

Apesar das influências do Governo Lula entendidas a partir de 1990, nosso trabalho decidiu por 2002 pelo forte impacto nos primeiros anos desta década, reflexo das políticas implementadas nos anos 1990. Assim, optamos como marco temporal para delimitação da pesquisa o período de 2002 a 2014.

Essa recorrência pode ter criado uma nova concepção sobre o trabalho docente, notadamente no que se refere à sua indissociável dependência dos movimentos da organização da produção e do trabalho, além dos aspectos sociais e pessoais, tais como: mobilidade social, moradia, custo de vida, saúde, remuneração, qualidade de vida, precarização, desvalorização, desprofissionalização e proletarização da profissão,

Aliás, tudo isso é reforçado por Mancebo (2010) ao afirmar que, na profissão docente, nas consequências de todo esse novo processo existem aspectos que se destacam, como a precarização do trabalho, a flexibilização das tarefas e uma nova relação que se estabelece com o tempo de trabalho. Em função disso, pode-se inferir que o novo capitalismo criou uma nova identidade para o docente, marcada por piores condições de trabalho. Para Antunes (2002), são tipos de mudanças gerais na forma de organizar a produção e o trabalho, interferentes: produção vinculada à demanda, equipes multiqualificadas e multifuncionais, princípio “*just in time*” de produção, estrutura horizontalizada, adoção de Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), eliminação de supervisores e foco nas finanças.

Entretanto, os estudos acima não vislumbram as relações existentes entre a evolução do sistema produtivo e a reestruturação das universidades federais como influências diretas na formação e atuação do docente. Na verdade, não se trata aqui de abordar apenas as condições de trabalho oferecidas, mas também de discutir os problemas identitários que pressionam o docente em tal ambiente.

Desse contexto complexo nasceu a análise da pertinência do tema: responsabilidade pelas atuais condições de trabalho do docente do ensino superior. Deste tema, derivou o

problema de estudo: “influências da organização da produção e do trabalho e da recorrente reestruturação das universidades federais sobre as atuais condições de trabalho do docente no ensino superior a partir de 2002”. No contexto da democracia liberal, é dever do Estado atuar, dentro dos limites democráticos e políticos, como orientador e regulador das atividades e dos segmentos estratégicos. É importante que o professor universitário conheça, compreenda e medie tudo isso.

Pelo todo aqui exposto, o que se propõe ao meio universitário por meio da realização deste trabalho é o estabelecimento de uma pauta única de discussões, para repensar a educação como meio muito importante das constantes mudanças que ocorrem no mundo produtivo. Assim, a pesquisa pretende instigar as Instituições de Ensino Superior, as ações dos docentes, as políticas do Estado para a educação e os ambientes empresariais para tais discussões. Isto mesmo que, segundo Mancebo (2007), existam poucas análises que, de modo articulado, problematizem a concepção de IES, que vem configurando o dia a dia flexibilizado do trabalho do professor e os efeitos de subjetivação exigidos nesse contexto.

A tese é que as condições de trabalho do professor universitário tiveram impacto considerável do modelo de organização da produção a partir de 2002. Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo pesquisar, junto aos docentes da Instituição de Ensino Superior Pública Federal de Ituiutaba – FACIP/UFU, para atender o problema de estudo, estribado na influência das recorrências da evolução da organização do trabalho e o consequente impacto na reestruturação das Universidades Federais no que se refere à profissão docente e à formação profissional dos egressos dos cursos de graduação entre os anos de 2002 a 2014.

Para atingir o propósito de pesquisa, definiu-se como objetivos específicos: i) debater a expansão do capitalismo no mundo como origem da reestruturação da produção e do trabalho a partir do ano de 2002; ii) analisar e discutir os impactos da mudança do modelo de organização da produção e do trabalho sobre a profissão docente a partir do ano de 2002; iii) refletir sobre a necessidade de pesquisas acerca da educação, notadamente sobre a valorização do docente; iv) pesquisar junto a um grupo de professores de uma Universidade Federal sobre suas visões acerca das questões mencionadas nos itens anteriores, engrossando, assim, uma massa crítica para os debates; e v) interpretar os dados levantados na pesquisa, articulando os resultados obtidos com o debate teórico compatível acerca da temática aqui discutida.

Não se pode esquecer que a pesquisa pretende oferecer através de seus resultados avanços nas discussões já existentes, para que pesquisadores e estudiosos possam estudar e discutir a vida; os papéis; as representações sobre o trabalho e os aspectos psicossociais do

docente; a valorização profissional e o magistério como um todo; e a localização da Universidade, a partir de suas relações, dependências e influências com o mundo produtivo.

A pesquisa se estruturou de acordo com o projeto da pesquisadora pelo objeto de estudo e por procedimentos definidos de acordo com as necessidades e viabilidades previstas. A definição da metodologia de pesquisa utilizada para realização deste trabalho foi precedida por observações e avaliações preliminares de informações contidas no site da instituição e através de conversas informais com alguns docentes, sobre o *locus* de sua realização; sobre o tamanho e as características do objeto dos estudos; sobre o problema proposto; e fundamentalmente sobre os seus objetivos. Apresenta, basicamente, as seguintes etapas:

1. Revisão bibliográfica sobre as principais mudanças e transições do processo de organização da produção ocorridas a partir de 2002 e suas influências sobre a reestruturação das Universidades Federais e sobre a gestão do ensino superior. Esta revisão funciona como matriz explicativa sobre as atuais condições de trabalho do professor universitário e tem o objetivo de dar suporte às respectivas correlações históricas e formativas.
2. Escolha do modelo de pesquisa e do método de ponderação das respostas obtidas na pesquisa empírica.
3. Caracterização do setor estudado.
4. Realização da pesquisa.
5. Tratamento e análise dos dados, seguindo a metodologia utilizada para ponderação dos atributos.
6. Considerações finais.

A pesquisa foi realizada na cidade de Ituiutaba-MG, situada no Triângulo Mineiro no período de 01 de agosto a 30 de setembro de 2016, na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), que é um campo avançado pertencente à Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente a FACIP/UFU conta com onze cursos: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia, Química e Serviço Social.

O foco do estudo se restringiu aos 156 docentes concursados dos onze cursos da Universidade. Esse objeto foi delineado mediante a constatação da modalidade de vínculo empregatício do professor, disponível no portal da FACIP/UFU. Esta estratificação foi feita considerando que a condição de efetivo permite ao docente perceber e discutir com clareza a realidade vivenciada no exercício da profissão, diferente de quando o docente atua na

condição de substituto, cujas expectativas quanto à sua efetivação podem influenciar sua percepção acerca da veracidade dos fatos.

Imaginou-se, a princípio, que o local de residência, a formação e data do ingresso na Universidade como docente do pesquisado fossem variáveis que pudessem eliminar ou criar vieses ou posições diferentes nos resultados, levando a pesquisadora a definir por inclui-las no instrumento de pesquisa. Do total da população objeto de estudo, a amostra obtida foi de 48 respondentes, considerada satisfatória pela pesquisadora face à disponibilidade, o interesse e as relações dos docentes com o tema, assim como pela virtual homogeneidade de pensamentos dos pesquisados, independente das caracterizações propostas.

Inicialmente, considerando o objetivo do trabalho, o modelo escolhido e a natureza dos dados coletados, pesquisou-se na bibliografia e em outras fontes secundárias sobre: a expansão do capitalismo no mundo, como origem da reestruturação da produção e do trabalho a partir do ano 2002; os impactos da mudança do modelo de organização da produção e do trabalho sobre a profissão docente, a partir do ano 2002; e os próximos caminhos das pesquisas sobre a educação e docência. Na sequência, aconteceu a pesquisa exploratória de natureza descritiva.

A intenção da divisão em tais etapas, explícitas no instrumento de pesquisa (questionário) foi obter dos respondentes sua visão e conhecimentos sobre: o contexto em que as relações trabalhistas e formativas acontecem; as influências e impactos provocados por este contexto na profissão docente; e, finalmente, sobre a posição das pesquisas – básicas e científicas – como caminhos e fatores determinantes das funções e dos papéis do docente e da academia no mundo formativo, sem perder o foco de servir o mundo produtivo e, ao mesmo tempo, preservar o desenvolvimento científico.

A pesquisa exploratória, segundo Sellitz *et al* (1974), tem como objetivo familiarizar-se com um fenômeno pouco conhecido, propiciando uma nova compreensão dele, frequentemente para poder formular de forma mais precisa um problema ou criar novas hipóteses. Foi utilizada a técnica do questionário, elaborando um formulário semiestruturado dividido em quatro blocos, cada um com objetivos específicos, como descrito acima.

Ainda segundo os mesmos autores, a natureza da pesquisa é descritiva, objetivando descrever as características de uma população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Nesse sentido, o primeiro bloco considerou as características dos entrevistados quanto à formação acadêmica, cidade em que reside e data de ingresso na Universidade, enquanto que os demais buscaram respostas para a problemática estudada. Já o segundo bloco, composto por dez afirmativas, objetivou conhecer melhor a opinião dos

entrevistados acerca dos impactos provocados pelas novas formas de organizar a produção e o trabalho, e sobre a empregabilidade e formação da mão de obra no país a partir do ano 2002.

O terceiro bloco, formado por 28 questões, tratou de conhecer, compreender e discutir as suas opiniões relacionadas aos impactos sobre a carreira e o trabalho docente, provocados pela reestruturação do trabalho e da produção, a partir do ano 2002. Por fim, o quarto bloco constituído por treze questões, buscou conhecer a opinião dos pesquisados sobre a posição da docência enquanto ciência assim como, sobre as contribuições que pesquisas relacionadas podem oferecer para o desenvolvimento da universidade, da profissão docente e de suas relações trabalhistas.

De posse dos e-mails dos professores da FACIP/UFU via consulta no portal da Universidade, a pesquisadora, então, enviou no dia 01 de agosto o questionário para os 156 docentes efetivos. Concomitante a esta ação, no período de 01 a 05 de agosto, com a ajuda de colegas docentes da Universidade, a pesquisadora entregou aleatoriamente a professores dos diversos cursos, 90 questionários impressos para serem respondidos.

Diante da demora na devolutiva dos questionários, no dia 02 de setembro, a pesquisadora retornou novamente a Universidade, e em contato com coordenadores de cursos solicitou ajuda para que as próprias Coordenações viabilizassem junto aos colegiados o preenchimento dos questionários. Ao mesmo tempo, novamente a pesquisadora enviou e-mail para cada um dos docentes efetivos.

Como já foi ressaltado, considerando vários aspectos interferentes na participação do pesquisado – disponibilidade, interesse e relação com o tema e objetivos do estudo –, independente das caracterizações propostas, a amostra foi considerada como satisfatória pela pesquisadora.

A proposta inicial da pesquisadora era analisar os dados em forma de testes, através da utilização da medida estatística inferencial conhecida como Qui-Quadrado ou distribuição X². O objetivo era avaliar quantitativamente, com maior certeza, a relação entre as respostas dadas – aceitação ou rejeição – às alternativas propostas, com a distribuição esperada pela pesquisadora – hipóteses e associações – para cada uma delas.

Tal pretensão não foi possível considerando que, na amostra obtida, a maioria dos números de respostas em cada célula quantificável – 1, 2, 3, 4 e 5 – foi inferior a 5, isto é, sem significância estatística.

Assim, na análise dos dados, a pesquisadora, ainda para garantir maior credibilidade e segurança nos resultados e nas consequentes análises, decidiu por utilizar o procedimento estatístico cálculo do Ranking Médio, o qual consiste na atribuição de valores às “respostas

nominais” de tal forma que se possibilite entender a variação entre elas e estabelecer uma resposta que represente a visão da maioria dos entrevistados. Significa, portanto, analisar os resultados através de uma abordagem quantitativa para estabelecer o Ranking Médio (RM) para se determinar uma ordem, por grau de importância, das principais visões dos pesquisados.

Pelos objetivos da pesquisa, a utilização do RM produz resultados igualmente precisos aos obtidos por outros métodos estatísticos de análise, porque a partir da média ponderada obtida pela relação entre pesos/incidências; apurada pelas representações de uma escala tipo Likert de 5 pontos, é possível mensurar e ordenar o grau de concordância dos sujeitos sobre as alternativas propostas sem valorar uma opinião mais do que a outra.

Por isso o questionário proposto utilizou a escala de Likert (1932), por ser um sistema de medida contínua, considerando uma classificação de pesos de 1 a 5 para cada uma das afirmativas em cada bloco. Significa que, diante de cada afirmativa proposta na primeira coluna, o respondente ia atribuindo números de 1 a 5, correspondentes aos pesos, e aponto na última coluna, de acordo com o seu grau de concordância ou discordância, sua posição diante de cada uma das afirmativas. Então, atribuiu-se valores em uma escala crescente (com intervalo constante) para as respostas na ordem que foram propostas (maior discordância para maior concordância), sem que isso significasse que uma resposta valha mais ou menos que outra. Esta é uma garantia da precisão dos resultados, apurados pelo RM.

No presente caso, adotou-se escala crescente iniciada em um (1), com intervalo de uma unidade até cinco (5), obedecendo os seguintes pesos:

- Discordo totalmente - peso 1;
- Discordo parcialmente - peso 2;
- Não discordo nem concordo - peso 3;
- Concordo parcialmente - peso 4;
- Concordo totalmente - peso 5.

No que se refere à estrutura da Tese, temos no Capítulo 1, intitulado, *Expansão do capitalismo no mundo, como origem da reestruturação da produção e do trabalho a partir do ano 2002*, a compreensão do que foi o capitalismo neoliberal e a reestruturação do trabalho no Brasil, assim como das características do trabalho e do trabalhador nesse período. Abordamos também o contexto em que o capitalismo globalizado se insere, e de como a produção e o trabalho se apresentam reestruturados para então, discutir o valor e os papéis do trabalho frente a esse cenário. Discutimos, ainda, a crise do capital e do emprego, as lutas e as condições de trabalho do trabalhador e o capitalismo e a teleologia do trabalho.

No Capítulo 2, *Impactos da mudança do modelo de organização da produção e do trabalho sobre a profissão docente, a partir do ano 2002*, acentuamos as reflexões sobre os papéis do Estado e a Educação Universitária. Para melhor entendimento, historicamente, fizemos uma síntese das políticas educativas no Brasil surgidas após a promulgação da Constituição Cidadã em outubro de 1988. Na sequência, enfatizamos como se dá a organização do trabalho nas Instituições de Educação e os papéis do professor no atual modelo de ensino. Problematizamos a desvalorização e precarização do trabalho docente e tecemos discussões acerca da profissionalização do docente e seu trabalho.

Depois, no Capítulo 3, *Os próximos caminhos das pesquisas sobre a educação e docência*, o fio condutor dessa discussão circunscreveu-se para a necessidade de pesquisas sobre educação inseridas no campo das ciências sociais e da construção social. Isto com a pretensão de se abrir um fértil campo de pesquisas no campo da educação, fundamentalmente estruturadas na pessoalidade dos agentes nela envolvidos, dando-lhes conotação de pesquisas sociais e valorizando o homem e, sobretudo, o docente.

No Capítulo 4, *Dados e discussões*, foram tratados os dados coletados via pesquisa empírica, com a finalidade de conduzir as análises e discussões correlacionando-as com a pesquisa bibliográfica.

Por fim, apresentaram-se as conclusões da pesquisa, as quais evidenciam a influência das recorrências da evolução da organização do trabalho e a reestruturação das Universidades Federais, entre os anos de 2002 a 2014 sobre a formação de docentes da Instituição de Ensino Superior Pública Federal de Ituiutaba – FACIP/UFU, assim como sobre seu atual estado socioprofissional.

CAPÍTULO 1 - A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO MUNDO COMO ORIGEM DA REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO A PARTIR DO ANO 2002

1.1 Percurso histórico

Antes de discutir a reestruturação da produção e do trabalho como fenômeno socioeconômico é necessário proceder à contextualização histórica desse fenômeno, bem com as mudanças que a produziu e impulsionou. Preliminarmente, é preciso ressaltar a indissociabilidade ou vinculação entre o desenvolvimento econômico e a reestruturação do trabalho e da produção, nos moldes do sistema capitalista. A rigor, o capitalismo existe há séculos e, ao contrário de outros regimes como o socialismo e o comunismo, evoluiu muito nos últimos séculos e foi crescendo no mundo, na medida em que as necessidades de consumo foram aparecendo e inovando. Os demais regimes, embora filosoficamente interessantes sob a ótica do trabalho e da riqueza, não se adequaram àquela realidade.

Da mesma forma, discutir as relações no trabalho, no Brasil, é um exercício complexo. Isso porque, embora a importância histórica de tais relações seja significativa para a formação da sociedade brasileira, os registros sobre a formação e evolução das classes sociais, no Brasil, não são robustos, fato que dificulta os estudos contemporâneos. Não menos difícil é discutir as influências da atuação de tais classes nos processos de construção do país, da sociedade e no desenvolvimento das relações trabalhistas.

Os ambientes sociais, político e produtivo, berços das relações entre trabalhadores e produção, é composto por sistemas complexos e necessariamente interagentes, expostos diuturnamente a conflitos e a ambiguidades, explica Kanaane (2008). São ambientes moldados na incerteza e em objetivos por vezes conflitantes, posto que os interesses dos agentes inseridos em tais ambientes diferem por espaços temporais, geográficos, ideológicos e culturais, principais fatores-fontes de tais ambiguidades.

Para evidenciar que os grandes conflitos presentes na história refletem as maiores oportunidades para o domínio do capitalismo, Pinheiro (1977) cita Luciano Martins como historiador utilizando-se de cortes na história nos anos de 1914, 1938 e 1962 para explicar as trajetórias que levaram os empresários a aproveitarem das oportunidades provocadas pela conjuntura internacional, principalmente em épocas de grandes conflitos como lacunas históricas para analisar a organização do trabalho e da produção.

Durante o longo período fordista tampouco foi possível estudar a relação organização trabalho/produção. Dessa forma, outras lacunas históricas surgiram, impedindo a discussão das influências culturais, ideológicas, políticas, dentre outras, para explicar a formação da classe trabalhadora no Brasil. Esse período predominou desde o final da década de 1960 até meados da década de 1970.

Entre as décadas de 1970 e 1980, com vários problemas políticos e econômicos, gradativamente o Brasil passou a incorporar de vez o sistema capitalista; abandonando devido às circunstâncias o modelo de acumulação fordista e inspirado no toyotismo. Evidentemente que o Brasil também estava aderindo ao modelo mundial do sistema capitalista. A partir dos anos 1990/2000, consolidou-se a grande guinada nos processos de estruturação da produção e do trabalho.

1.2 O capitalismo neoliberal e a reestruturação do trabalho no Brasil

Recorrendo à história do capitalismo neoliberal, percebe-se que o mesmo nasceu logo depois da Segunda Grande Guerra mundial, nos países do mundo do capitalismo maduro, “fundamentado como sendo uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado no Estado” (TEIXEIRA, 1998a, p. 195). Assim, no Brasil, não foi necessariamente da mesma forma e na mesma época, devido à sua posição socioeconômica e política da época.

Entre as décadas de 1980 e 1990, consolidando a democracia e as propostas de reestruturar o Estado e a produção, propunha-se o afastamento do Estado do sistema produtivo. Em tese isso significa uma reação do setor produtivo contra qualquer regulação ou intervenção do Estado, considerada como a maior crise do sistema capitalista. Então, os “neoliberais retomam a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar nacionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza econômica ou política” (TEIXEIRA, 1998, p. 195).

No Brasil, para que o país não ficasse distante das economias maduras ou de outras em desenvolvimento, o sistema neoliberal começou a tomar força através dos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, de forma mais tênue, Itamar Franco (1992-1994). Porém, de forma mais vertical com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que propunha política de incentivo à abertura ao capital estrangeiro – flexibilidade na estrutura da produção e do trabalho – às privatizações e ao desenvolvimento tecnológico.

Na estratégia do desenvolvimento econômico neoliberal, a maior exposição da indústria local à concorrência internacional e as dificuldades para elevar sua produtividade e competitividade seriam compensadas pela reforma nas relações de trabalho. O capitalismo passou a defender, basicamente, maior desregulamentação do mercado de trabalho e flexibilidade nas negociações coletivas como formas de eliminar o que consideram como distorção do padrão de desenvolvimento constituído a partir da década de 1930. Seria uma forma de reduzir o custo da força de trabalho para tornar o país atraente aos investimentos estrangeiros e limitar as negociações coletivas ao âmbito da empresa, que devem prevalecer sobre a legislação trabalhista e excluíram a participação do Estado.

As tentativas de flexibilizar direitos sociais e trabalhistas e a desregulamentação do mercado de trabalho representam, ao mesmo tempo, esforços para reduzir o custo da força de trabalho no Brasil e incentivar a negociação coletiva como principal instrumento de regulação das relações entre empresários e trabalhadores, sem, no entanto, contar com presença do Estado. Por isso, foi também ratificada a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que inibe demissões de trabalhadores sem justificativa, quando não existem erros de conduta ou dificuldades econômicas e financeiras na empresa (TEIXEIRA, 1998).

Por isso, o Estado, ao mesmo tempo em que articula o processo de reformas nas relações de trabalho junto com o Congresso Nacional, redefine o papel que o Ministério do Trabalho deve exercer entre empresários e trabalhadores e garante a institucionalidade das mudanças nas regras e nos procedimentos introduzidos por meio das negociações coletivas estabelecidas entre eles.

Do lado da iniciativa privada, os empresários como atores sociais iniciaram processo de reestruturação patrimonial. Em diversas entidades patronais, foi importante a reorganização da estrutura administrativa para melhorar a relação com os associados, qualificar a influencia patronal na condução da política econômica e adotar uma postura ofensiva nas negociações coletivas do trabalho.

Do lado da classe trabalhadora, a ordem primeira era preservar empregos e defender o poder de compra dos salários e conquistas sociais e trabalhistas, asseguradas pela Constituição Federal de 1988.

O Toyotismo, modelo básico da produção capitalista, hoje conhecido mundialmente como carro chefe do modelo neoliberal, promoveu grandes mudanças nas condições de trabalho do trabalhador, com nova reestruturação da produção e do trabalho. O modelo desenvolveu uma estrutura mais flexível e, segundo, Antunes:

Recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva às empresas terceirizadas [...] Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força do trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, “semiautônomos”, além de requerer pelo menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores (ANTUNES, 2009, p. 54).

É um resumo claro da descentralização da produção e do trabalho do convívio fechado das fábricas. É evidente que as condições de trabalho são afetadas a cada inovação implementada pelo modelo, sempre em benefício da eficácia produtiva e com menor preocupação com o trabalhador. Ótimo para o Estado, ótimo para os setores produtivos que se tornam mais competitivos, mas como preservação do emprego, dos direitos trabalhistas e de melhorias nas condições de trabalho ainda é uma grande incógnita.

A questão é tão complexa que, ainda no ano de 2015, o Brasil discutia no Congresso Nacional a Lei da Terceirização¹. Não se tem certeza se o objetivo maior é desonerar o Estado, aumentar a arrecadação, formalizar uma classe trabalhadora, melhorar e desonerar a produtividade do setor produtivo, reduzir o tempo do trabalho ou melhorar as condições de trabalho, conforme afirmam os que defendem o modelo da terceirização da contratação dos trabalhadores. A verdade é que, mais uma vez, a ingerência do Estado é presente de alguma forma, sem a certeza de que o trabalho em equipe ou a formação dos “times de trabalho” irá provocar realmente maior participação do trabalhador e melhores condições trabalhistas.

1.3 Características do trabalho e do trabalhador no período neoliberal

A expectativa de um trabalhador multifuncional exigido pelo modelo é questionável, sob a ótica de participação e no número de trabalhadores nos processos e nas decisões. A disciplina exigida e o trabalho intensivo com certeza contribuem para o estresse do trabalhador e de seu afastamento do meio social. Pressupõe-se, em primeiro plano, que o modelo é um modelo de exploração do trabalho, tanto pelo fato de se trabalhar ao mesmo tempo em várias máquinas ou funções, que pelo ritmo de trabalho exigido pela cadeia produtiva.

Antunes (2009, p. 58) vai além, afirmando que “o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia”. No mundo, afora as frustrações da GM na implementação do

¹ A referida Lei propõe a regulamentação das atividades terceirizadas tanto no âmbito das empresas públicas quanto privadas, o que significa permissão de contratar serviços tanto para as atividades meio quanto para as atividades fins.

modelo, o grande exemplo vem da experiência recente, na Inglaterra. Segundo Antunes (2009), depois da ascensão de Margaret Thatcher e da implantação do projeto neoliberal, redundando em profundas consequências para o mundo do trabalho, a sociedade inglesa, foi alterada totalmente reduzindo as empresas estatais, das empresas privadas; expandindo os serviços, reconfigurando, por fim, a divisão internacional do trabalho.

Assim, a Inglaterra, conforme Antunes (2009), também se adequou aos mecanismos utilizados por todas as economias avançadas, como processo de enxugamento (*downsizing* ou *lean production*), introdução de maquinário, “japonização” e toyotismo. Por este caminho passaram todos os países capitalistas, até chegar ao neoliberalismo. No Brasil não foi diferente, embora tenha ocorrido mais tarde.

No Brasil, de acordo com Alves (1998, p. 131), o “ajuste neoliberal” é caracterizado principalmente por uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais, etc. Isso ocorreu com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello em 1989, objetivando resolver o problema da crise do Estado e do capitalismo. Estes problemas eram aberturas, recessão e concorrência capitalista, obrigando as empresas a acelerar o processo de transformações produtivas para enfrentar a concorrência internacional. Foi o início dos anos 1990.

1.4 O capitalismo globalizado; a reestruturação da produção e do trabalho

À margem de discussões ideológicas, a historiografia nos permite fazer uma reflexão epistemológica sobre o tema. O termo globalização, considerado como o berço do capitalismo global, entrou na moda nos últimos tempos – mas evita-se cuidadosamente falar sobre o tipo de “globalização” viável sob o domínio do capital.

Mészáros (1998, p. 111), resume: “a ‘globalização’ (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação”. A necessidade de desenvolver o sistema internacional coloca todos os trabalhadores em (des)igualdade de condições, sob o domínio do capital, sem chances de reagir contra tal realidade.

O sistema se baseia na alienação do controle da produção, degradando o trabalho, transformando o trabalhador em um mero fator produtivo, sujeitando-se a normas e

procedimentos ditados pelo sistema e contribuindo, assim, para a insatisfação com o trabalho, sob a ótica da configuração de sua utilidade.

Antunes (2009, p. 29) salienta que:

O expansionista, desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, mundializado, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e, no limite, incontrolável, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda.

É assim que se observa que o crescimento do sistema se dirige a uma crescente tendência de crise estrutural.

Quando se refere à crise estrutural, a preocupação é realmente maior porque vai atingir todos os microcosmos que compõem o sistema, cada um pagando o preço que suporta. O trabalhador, evidentemente, seria como sempre foi, o mais prejudicado em época de crises. Antunes é ainda mais cético, caracterizando a tendência de uma crise permanente e crônica.

1.5 O valor e os papéis do trabalho frente à reestruturação produtiva na era da globalização

Nós entendemos que sempre coube ao Estado, como fomentador, organizador e regulador da Educação, a iniciativa de aparelhar o Brasil às novas demandas internas por mão de obra especializada, fator determinante para melhorar a competitividade de suas organizações. Ocorre que, ao longo dos processos, várias intercorrências prejudicaram os objetivos; dentre as intercorrências, destaca-se o esgotamento do sistema de acumulação do fordismo.

A abertura para outros mercados, a importação de tecnologias, facilidades creditícias, foco principal das participações do Estado no setor produtivo era fortalecer o comércio exterior. Esse crescimento econômico e a internacionalização da economia foram os maiores legados do Regime Militar. A flexibilização da produção mudou totalmente a concepção do trabalho provocando um mal estar considerável à classe trabalhadora, temendo pelos efeitos do chamado neoliberalismo econômico.

É fundamento do neoliberalismo um Estado menor, transferindo toda produção que não for de caráter estratégico para a iniciativa privada. É evidente que isso provocou um verdadeiro alvoroço nos agentes sociais, principalmente no sindicalismo, sob a ótica de que o Estado estaria desmoronando porque as empresas públicas estavam sendo entregues quase que

de graça e que, por decorrência todos os processos econômico-sociais, seriam dominadas e dirigidas pelos detentores do capital.

O processo de redução do Estado perdura até hoje. Isso vem provocando desde a instituição do neoliberalismo na década de 1980 o temor pelo desemprego, pela perda de direitos trabalhistas já adquiridos, tais como: alteração na regra de aposentadoria por invalidez, tempo de serviço e por doença; pensão por morte, salário família; salário acidente; auxílio doença; benefício seguro-desemprego; e abono salarial (PIS).

Além daquelas perdas, o temor pela falta ou piora dos serviços públicos (saúde, educação, transporte, moradia, etc.), da liberdade e de todos os direitos naturais – limites ao poder do Estado –, motivou várias manifestações e greves. De alguma forma, em uma leitura mais rude, os movimentos tinham razão diante da dúvida de quem iria constitucionalizar e legalizar as relações e proteger o domínio das terras e a produção, com o enfraquecimento do Estado.

Na época o tão propalado “desmonte” do Estado jogava por terra, na visão da classe trabalhadora, conquistas sociais do movimento operário, criando uma nova fase de acumulação flexível e exigindo mais do trabalhador (qualidade, produtividade e racionalidade). Na verdade, o que aconteceu foi o favorecimento do fluxo de entrada de capitais, não havendo, até hoje, relações precisas dos efeitos de tudo isso sobre a produção e o desenvolvimento social.

Por seu turno, a reforma da educação deveria se calcar naqueles fundamentos em nome da competitividade das empresas e do país e, na prática, na opinião de alguns estudiosos, focada na supremacia da gestão do capital sobre a gestão dos processos. Exceto, é lógico, no sentido de qualificar o trabalhador para atender o novo modelo. Para Teixeira (1998), por exemplo, o sistema capitalista produziu uma profunda crise na humanidade, em que o trabalhador perdeu a sua identidade social por conta das mudanças de suas atividades laborais.

Mészáros (2002, p. 64), é enfático ao afirmar “que o sistema prefere deixar fora das discussões o fato de que a globalização se afirme reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (exploração) do capital, trazendo uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo”.

A questão da incorporação do trabalho a outros fatores produtivos, para efeito de análise dos fundamentos capitalistas e das influências sobre o trabalhador é antiga. Marx se posiciona como o primeiro crítico a dar ao trabalho um caráter dual. Ele afirma que:

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas; valor-de-uso e valor-de-troca. Mais tarde, verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores-de-uso (MARX, 1988, p. 48).

É evidente que o trabalho está sempre associado ao valor de troca e ao valor de uso dos produtos e serviços. Seria, em termos administrativos, a mesma coisa de dizer que o valor de troca é o custo do trabalho inserido no produto ou serviço e que o valor de uso é a soma dos custos de todos os fatores produtivos incorporados ao produto ou serviço, inclusive o custo da mão de obra mais a margem de lucro desejada pelo capitalista. Talvez seja essa a equação que os críticos ao capitalismo não entendem, talvez por deduzirem que a margem é destinada apenas à acumulação de capital e não como possíveis reinvestimentos, gerando novos fatores produtivos ou trabalho.

Mészáros (2002) afirma que Hegel apresenta um relato de divisão do trabalho e também da desigualdade. Ele funde os meios de *produção* com os meios de *subsistência*, assim como, o *trabalho com a força do trabalho*, controlada e dividida.

A supremacia do controle sobre o trabalho, efetivamente, não pertence ao trabalhador, criando para ele uma configuração extremamente dependente sobre o trabalho. Isso não é diferente para qualificar as desigualdades criadas pelo sistema. Pertencendo ao capital, não é possível pensar na existência de uma classe forte de trabalhadores, capaz de interferir nos processos de produção e distribuição de riquezas.

Há uma consideração muito importante sobre a concessão do capital para suportar uma elite socialista, no século passado, ou interferir na aplicação de capitais:

Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a auto expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que acumulam... O capital global é *obrigado a frustrar* todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Antunes (2009) entende que:

Sendo o trabalho um modo de metabolismo social totalizante, e em última instância *incontrolável*, dada a tendência centrífuga presente em cada microcosmo do capital, esse sistema assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva (ANTUNES, 2009, p. 27).

É o que Mészáros denomina de taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas, subordinando o trabalho ao capital a cada unidade a mais produzida. Essa característica do metabolismo social é inevitável e incorrigível no sistema, sendo que pode-se explicar isso facilmente através da contabilidade. A cada unidade produzida a mais, menores serão os custos fixos totais e maior será a rentabilidade do capital, porém o trabalhador perceberá o mesmo salário. Enquanto alguns autores fazem análise mais técnica, Marx faz uma análise mais social sobre o valor do trabalho agregado aos produtos e serviços. Assevera:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (MARX, 1988, p. 81).

Não deixa de ser uma verdade, embora extemporânea pela prática, mas válida pela filosofia. Por outro lado, não se pode negar que quanto maior for o agregado de valor sobre o produto ou serviço, provocado pelo trabalho, maior é o seu valor social. A magnitude que Marx dá à forma do valor é reflexo de sua contradição ao sistema burguês, que encobre na mercadoria o valor abstrato do trabalho.

Porém, não é difícil entender tudo isso. A redução do número de eventos nos processos produtivos (racionalização); a desregrada medida para aumentar a produtividade do trabalhador (qualificação sem meritocracia); a incontrolável busca da qualidade (substituição por novas tecnologias); e o aumento da produção propriamente dita (com precárias condições de trabalho). Estes são alguns fatores da reestruturação da produção que afastam o trabalhador do próprio trabalhador. A partir daí, a significação para o trabalho passou a ser outra, moldada pela competência, pela concorrência profissional e, por consequência, pelo estresse do trabalhador.

Em Mészáros (2002 apud Antunes, 2009), o principal sistema de mediação é o que ele chama de mediações de segunda ordem, que se sobrepõem às de primeira ordem, em que o indivíduo se vincula pelo manuseio da natureza para sobrevivência, mas com certa independência. Nos processos de segunda ordem, o capital provoca alienação e degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero ativo de produção. Afirma ainda que isso acontece também além das relações trabalhistas,

indo até a prática social; é onde o trabalho tem que reconhecer outro sujeito acima dele mesmo. Para Antunes, esse metabolismo social totalizante é destrutivo.

Tais fatores provam que a própria cognição do trabalhador fica alienada, afastando do ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, advindos da família, da religião, dos grupos sociais fora do ambiente de trabalho, entre outros. Quando a troca de experiências fica reduzida a relações competitivas e seu estoque de saberes é estancado ou deformado, cria-se uma perigosa via de mão dupla na sua percepção sobre o trabalho e afeta também perigosamente seu comportamento, e as suas representações psicossociais sobre a própria vida.

Nessa linha, Teixeira (1998, p. 17) explica que a crise que assola o mundo é a crise que recusa os valores civilizatórios propostos pela modernidade. É uma crise marcada profundamente pela perda dos referenciais utópicos. Isso significa que o homem passou a contrariar ou até excluir suas próprias subjetividades na execução de suas tarefas, e na própria vida. O conjunto de princípios adotados pelo capitalismo é resumido por Teixeira da seguinte forma:

Esses princípios ou regras (padronização, centralização e maximização), que deram sustentação e estruturaram a organização da produção e da distribuição da riqueza social, extrapolavam a esfera da produção, para invadir e estruturar todas as outras dimensões da vida social (TEIXEIRA, 1998, p. 19).

Nesse sentido, o Estado, como regulador e controlador de todas as atividades socioeconômicas, nada mais era ou é, que um instrumento fortíssimo de centralização e padronização, não somente de regras econômicas, mas principalmente sociais, através de políticas de incentivos, emissão de leis e, principalmente, das políticas educacionais. Isso significa que tanto nas organizações, quanto na sociedade ocorre a centralização e a padronização dos procedimentos, dos comportamentos, das decisões e do poder. Comungando com Toffler, Teixeira profetiza:

Esse mundo em que as pessoas trabalham, pensam e agem segundo regras padronizadas e sincronizadas, esse mundo organizado segundo a centralização e a concentração de poderes públicos e privados em grandes centros, esse mundo, pois, dizem, está se desmoronando rapidamente (TEIXEIRA, 1998, p. 20).

Mészáros (1998, p. 185), afirma “que o capital deve manter o seu domínio absoluto sobre todos os seres humanos, mesmo na forma desumana, quando estes deixam de se adaptar

a seus interesses e a seu impulso de acumulação". Para ele, a idealização do capitalismo e a simultânea condenação do nacionalismo são não apenas hipócritas, mas inteiramente contraditórias.

Percebe-se pela visão do autor que é impossível que as duas coisas aconteçam ao mesmo tempo, visto que isso contrariaria os interesses do capital, que teria, de alguma forma, que ceder o controle dos processos e do poder. A esperança de um socialismo de abundância morre aí, impotente para combater o capital e os seus malefícios sociais.

As principais transformações no mundo produtivo e supremacia do capital até o modelo neoliberal podem ser resumidas em Santana e Ramalho (2009, p. 10):

- Crescimento dos mercados globalizados e forte competição internacional e enxugamento dos fatores produtivos (lean production);
- Exigência de colaboradores mais polivalentes e flexíveis; usando ferramentas flexíveis; gerando resultados do trabalho e produtos flexíveis;
- Parcela do trabalho fora do foco principal da empresa passa a ser subcontratada;
- Setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas prejudica também a qualidade nos contratos de trabalho;
- No âmbito sociopolítico, os sindicatos passam a lutar para desvencilhar de práticas marcadas pelo grande porte das empresas e pela falta de organização nos locais de trabalho, que os estava levando a uma diminuição na sindicalização.
- O desemprego e a informalização corroendo grandemente o poder de agenciamento dos sindicatos.

Os recortes acima sinalizam que o caminho da reestruturação da produção e do trabalho foi sempre uma preocupação coletiva com o avanço do capitalismo pelos reflexos, como prejuízo da classe trabalhadora. Todas, entretanto, refletem a necessidade de avançar para a liberdade de mercado e para um novo modelo de relação salarial. Teixeira (1998), referindo-se a Coriat, defende a tese de que a relação salarial do modelo japonês abre uma nova era para as organizações pós-tayloristas e pós-fordistas. Isso porque, segundo ele, o modelo japonês funda-se nos princípios de organização da produção, pelo qual elimina-se a interrupção ou os desperdícios das horas paradas, fatores que marcaram a crise do fordismo.

Porém, isso é feito através de uma racionalização brutal do trabalho vivo, que se materializa em uma divisão do trabalho em tarefas. Esses novos métodos de organização do trabalho diferem dos demais modelos por serem flexíveis e moduláveis. Na visão de Teixeira (1998), o modelo japonês de relações salariais traz todas as condições ideais requeridas para superar a crise de acumulação fordista: flexibilização da produção, intensificação do trabalho, modelo cooperativo de organização sindical e desverticalização da produção.

Nas discussões de flexibilização, racionalização e precarização do trabalho, um elemento pesa muito: a jornada do trabalho, período que o trabalhador fica a disposição da empresa – hoje de 8 horas diárias ou 44 horas semanais. Há vertentes que defendem sua redução para liberar vagas, outras para penalizar menos o trabalhador, mas nenhuma, por questões de direitos adquiridos, aceita redução de jornada combinada com redução de salários. Para entender melhor tal questão recorremos a Marx (1998, p. 260), que sobre isso enfatiza: “O valor da força do trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la”. Completa dizendo que ela depende da necessidade do trabalhador para compor seu meio de subsistência.

É muito difícil imaginar que a jornada seja determinada pelo próprio trabalhador. Isso não é verdade no capitalismo. Se Marx quer dizer que a jornada de trabalho é determinável, mas considerada em si mesma, é indeterminada. Não é como apregoa, uma grandeza flutuante, nos moldes atuais, onde a sua fixação pode tanto ser fixa como variável. “Os meios de produção, o capital constante, só existem, do ponto de vista da criação da mais valia, para absorver trabalho e com cada gota de trabalho uma porção proporcional de trabalho excedente” (MARX, 1988, p. 290).

Marx condena veementemente o trabalho noturno, afirmando que: “O prolongamento do trabalho além dos limites diurnos naturais, pela noite adentro, serve apenas de paliativo para apaziguar a sede vampiresca do capital pelo sangue vivificante do trabalho” (MARX, 1988, p. 290).

Hoje, isso é contraditório em função da ligação do trabalho com a demanda, no regime capitalista. Não são poucas as atividades que precisam de vários turnos para atender a demanda sob pena de constituir uma demanda reprimida, fato que redundaria em prejuízos para os dois lados. Surge, então, a figura da cooperação entre trabalhadores e entre turnos.

Para Marx (1988, p. 386), “A cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Predomina como forma característica do processo de produção capitalista, desde o séc. XVI”. Não é nada novo, portanto, o sistema cooperativo de maximização da produção. Para ele, Marx, a partir do momento em que as unidades produzidas são divididas em várias peças ou em várias operações especializadas, caracteriza um combinado de especialistas sob o domínio do mesmo capital. Por vícios de tais características desta forma, ao lado da graduação hierárquica, surge a classificação dos trabalhadores hábeis e inábeis, estes, sem custos de aprendizagem, afirma.

A verdade é que a discussão sobre a jornada de trabalho, apesar de regulamentada, nunca deixará de ser assunto de pauta tanto por parte do trabalhador quanto das empresas, no regime capitalista.

Para Teixeira (1998), o ponto mais importante do modelo toyotista, porém, situa-se no fato de essas condições objetivas de reestruturação das relações de produção enfraquecerem a resistência da classe trabalhadora em sua luta contra a exploração do capital. As novas formas de contratação eliminam os postos fixos de trabalho (subcontratação, trabalho domiciliar, trabalho por tarefas ou em tempo parcial) e, com certeza, prejudicam o trabalhador e fortalecem o controle do capital sobre o trabalho.

É preciso lembrar que “a produção capitalista é, antes de qualquer coisa, uma *produção visando a produção*” (BIHR, 1998, p. 127, grifo do autor). A diferença em relação aos modos anteriores (fordismo e taylorismo) situa-se no fato de que o ato social do trabalho não tinha outra finalidade senão o consumo (satisfação das necessidades sociais). Há autores que, assim como Bühr, entendem que o capitalismo perverte fundamentalmente o sentido deste ato, fazendo da produção social seu próprio objetivo. O autor entende ainda que, é a fábrica que faz o trabalhador adquirir o domínio técnico-científico e da natureza.

No atual estágio de desenvolvimento dos fatores e das tecnologias produtivas, é muito grande o fosso entre o trabalho e a ciência. Parecem intercorrentes. Antunes (2009, p. 125) afirma que “além da redução do trabalho improdutivo, há outra tendência dada pela crescente imbricação entre o trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia no mundo contemporâneo, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual”. Portanto, é uma tendência irreversível do atual mundo do trabalho.

Da mesma forma que o capitalismo exige do trabalhador concentração total, produtividade, competitividade e controle de suas tarefas, fechando portas para as relações sociais, os modelos anteriores também focados na produção sinalizavam que não era permitido grandes relações interpessoais. Isto devido à necessidade de concentração exigida no caráter repetitivo dos movimentos na execução das tarefas e das rápidas trocas de turnos para não deixar a produção cair, o que, de certa forma, também reduzia as relações interpessoais e a troca de experiências, valores e crenças advindos do meio social em que ele vivia.

Conforme revela Antunes (2009), não se deve negar a existência da representação ou cognominação da classe trabalhadora. Ela existe e não pode ser extinta. Embora contrariando os autores que imaginam o fim das classes sociais e até o do trabalho, ele classifica a classe atual de trabalhadores como “classe-que-vive-do trabalho”. Afirma fazer isso para dar

contemporaneidade e amplitude ao Ser social que trabalha. Não é definitiva a ideia de que esta classe contemple a amplitude esperada, em face da influência e o posicionamento do microcosmo capital, na composição metabólica da classe.

Antunes (2009, p. 102), afirma que “[...] são os mesmos que vendem a força do trabalho que hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx)”. Não é apenas o trabalho manual direto, incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas não é diretamente manual como o trabalho aplicado em máquinas e em tecnologias.

Antunes (2009) classifica por outro lado, a classe trabalhadora a qual inclui também o trabalhador improdutivo abrangendo um leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, até aqueles que atuam nas fábricas, mas não criam diretamente, valor. É uma modalidade em expansão no capitalismo. São chamados de agentes não produtivos (geradores de antivalor) no processo de trabalho capitalista.

1.6 A crise do capital e do emprego

No atual contexto no meio dos anos 2000 observou-se uma acumulada crise do capital revelada por intransigentes aspectos dialético-filosóficos. Devo dizer, preliminarmente, que não acho possível separar crises do capital de crises do trabalho. Entendo que fazem parte da mesma moeda, cunhados em lados opostos. Vejo que falta ainda nas discussões a respeito, outro protagonista não menos importe que é o Estado. Queiram ou não, é o Estado através de seus organismos, em todas as esferas federadas, o mentor, regulador, legislador e fiscalizador de todas as atividades econômicas. Infere-se assim, que as relações trabalhistas, também reguladas, não acontecem apenas nos âmbitos empresarial e do trabalho através de suas classes devidamente organizadas. Tem todo sentido considerando que o Estado, além de regulador e fiscalizador das atividades privadas é um dos maiores senão o maior empregador no País.

Não tem mais sentido polarizar as discussões sobre o capital e o trabalho simplesmente pelos fundamentos do capitalismo e a máxima do mundo do trabalho de que a geração de emprego e a distribuição de renda deveriam ser os principais senão os únicos papéis do capital. Fica difícil definir que capital é esse. Até aqui, permeando o tema e na maioria das vezes, as discussões se tornaram estéreis porque não avaliaram também e com a

profundidade necessária outra variável determinante nos processos globais das relações entre o capital e o trabalho: a globalização.

De forma simples, é possível afirmar que se a globalização não é a origem do capitalismo ela é no mínimo, o mapa a ser seguido pelo mundo produtivo incluindo aqui o Estado, desenhado pela “trilogia”: competitividade, produtividade e qualidade. Nesta linha de pensamento não se pode contestar que os investimentos em novas tecnologias, processos e novos produtos e serviços, se tornam indispensáveis para que o capital cumpra com sua função de produzir e competir em nível global. Neste mercado a competição é acirrada e não raro desleal pela influência geográfica, posição política e por maior desenvolvimento tecnológico. Hoje pesa muito também, o uso pelos Países e por Estados do próprio País, de mecanismos de proteção de mercado e/ou de subsídios à produção, tributários e logísticos.

É sintomático. Os caminhos indicados por aquele mapa (competitividade – produtividade e qualidade) se tornam mais fáceis e mais competitivos, para os mercados que conseguem maior produtividade, melhor racionalização dos fatores de produção, constante inovação dos processos, melhores logísticas, redução dos custos e maior qualificação e polivalência da mão de obra. Assim, é inevitável que haja maior flexibilidade nas relações trabalhistas, redução da mão de obra braçal com consequente aumento da mão de obra intelectual e, por fim, desprofissionalização, redução ou eliminação de postos de trabalho. O que pesa é a ideia pragmática e casuística de que isso forma um círculo vicioso e não virtuoso, para todos os agentes.

A essa altura está claro que o capital está também a serviço do Estado – que também é capitalizado - e vice-versa; que ele precisa de soberania e competitividade, interna e externa. Observa-se assim que mudanças progressivas na forma de organizar a produção e o trabalho se tornaram prementes ao longo de todos os modelos de organização da produção e do trabalho, de qualquer sistema político, sequenciando os fundamentos do taylorismo/fordismo até o toyotismo. Este é, por sua vez, sequenciado por modelos derivados, mais afinados com o capitalismo global em maior liberalidade, competitividade e flexibilidade nas relações trabalhistas. Tudo isso levou o capital e o trabalho, a cada tempo, a se envolverem em crises de identidade em função de suas limitações para resolver, sozinhos, isolados e na força, o problema do desemprego estrutural e redefinir seus papéis. A crise, portanto, não é localizada e nem única.

Se a lógica de sobrevivência do capitalismo – privado ou estatal – depende daqueles mecanismos para produzir mais, melhor e com menos recursos, não há dúvidas de que parte de tais fundamentos pressionam física e psicologicamente o trabalhador e o emprego.

À primeira vista e em tese, em discussões de naturezas políticas e filosóficas, os interesses do capital sobrepõem (ou contrapõem) aos interesses, necessidades e desejos antagônicos do trabalhador, na visão pragmática dos defensores das distâncias entre o capital e o trabalho. Só se esquecem de colocar o Estado como um dos maiores capitalistas em qualquer sistema. Para eles, existe uma fraqueza latente do trabalhador por possuir apenas a força do trabalho, muito inferior à força do capital. Isso, por si só, já revela uma crise no sistema de emprego levando o trabalhador a desistir de se aparelhar e organizar para aumentar sua força entregando-se à própria sorte do mundo do trabalho. Creio, honestamente, que esta postura tenha contribuído muito pelo enfraquecimento das representações trabalhistas nos últimos anos.

Mais sério é qualificar como crise do capitalismo, sua incapacidade para resolver sozinho o problema da geração de emprego, da desigualdade social e de distribuição de renda. Dizer isso é tão injusto quanto culpar o trabalhador por não se qualificar, evoluir e se preparar para atender às demandas do mercado pelo trabalho. Não seria exagero afirmar que a diminuição da distância entre os povos, mercados, entre os fatores produtivos e entre o Estado e a iniciativa privada, provocam o alargamento das distâncias entre o capital e o mundo do trabalho, sob a ótica do trabalhador. Assim, é inevitável que ele passe a ter novos comportamentos e reações, diante dos efeitos das novas relações psicossociais e pelas novas representações que ele passa a ter do próprio trabalho, diante da pressão existente sobre todo sistema político-produtivo.

Pelas nuances desenhadas percebe-se que o capitalismo é fonte e ao mesmo tempo efeito da globalização e que não está apenas a serviço do emprego, do empresário e da sociedade. Ele está também a serviço do Estado que também é capitalista e precisa ser soberano e competitivo. Pode-se inferir sim, que o capital, sozinho, não pode resolver o problema do trabalho embora dele dependa. Essa é a crise – estrutural – do mundo político-produtivo, protagonizada pelo Estado, pelo mundo produtivo e pelo próprio trabalho.

Daquele cenário surgem ideias e abordagens mais amplas da influência dos aspectos estruturais do capital sobre o fenômeno emprego, dificultando o entendimento das influências daquele sobre este. As discussões passam a extrapolar o caráter ideológico-político, concebidos como se que o capital – representado pelo empresariado - fosse o único fator responsável pelo desenvolvimento socioeconômico, este, à frente de todos os demais papéis e agentes. Numa maneira isenta de ver, esta não é a realidade.

Mas o desemprego, ao contrário do que muitos pensam não atingiu apenas o trabalhador braçal. As novas formas de organizar o trabalho e a produção passaram a exigir

organizações públicas e privadas, mais enxutas e eficientes, eliminando ou aglutinando cargos e funções; eliminando vários postos de trabalho também nos setores administrativos. Entretanto, não há como negar que paralelamente e por efeito, a crise era mais sentida no chão de fábrica, local mais sensível às mudanças, pelos motivos já expostos.

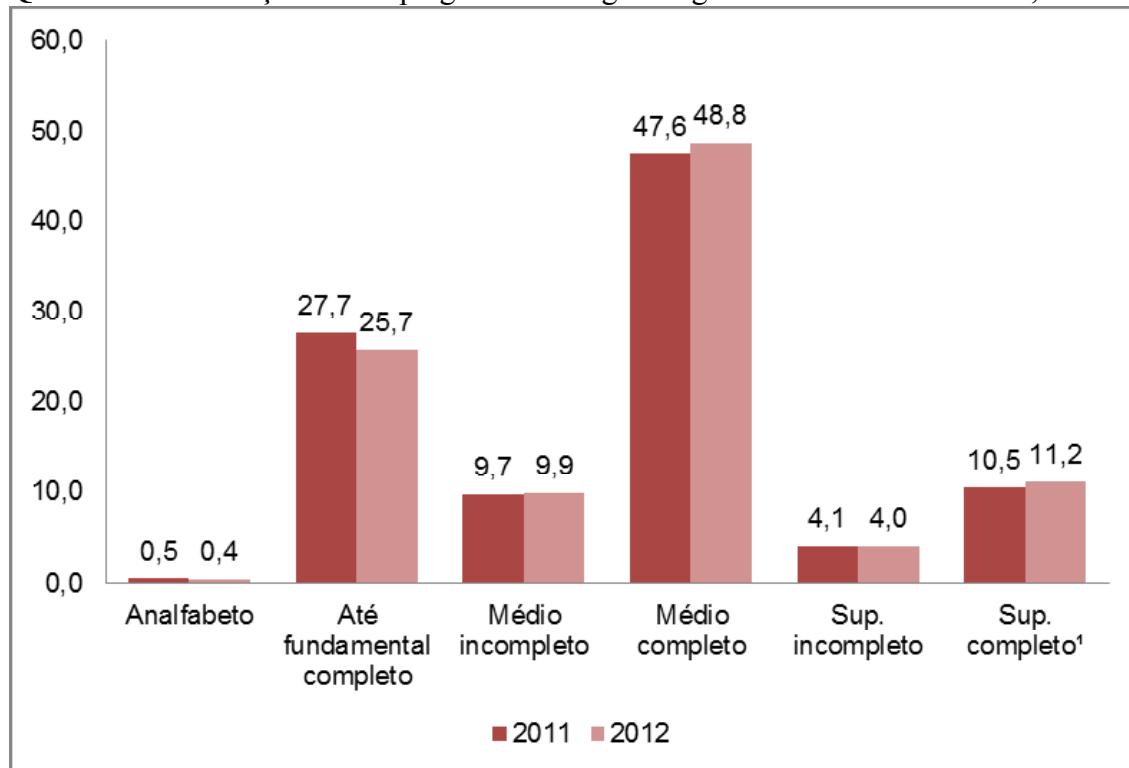
Sob essa ótica o modelo se viu envolvido em várias crises e questionamentos estabelecendo como contraditórios e conflitantes os papéis do capital, do trabalhador e das próprias relações trabalhistas. Até hoje e até mesmo sob a ótica das classes organizadas de trabalhadores, e; mesmo com a garantia de adequações da legislação trabalhista para a modernidade sem provocar prejuízos ao trabalhador, não se mudou a maneira de ver o trabalhador como alguém que está sempre lutando em desigualdade de condições, por culpa do capitalismo. Da mesma forma, não se mudou a forma de ver o Estado como responsável e interveniente entre todas as atividades do capital e do trabalho e não raro, defendendo-o como um superestado, exercendo o papel da iniciativa privada.

Por outro lado e por tudo que foi discutido, é inevitável que a expansão capitalista por seus propósitos, provoque mudanças de natureza psicossociais na vida do trabalhador e não somente no ambiente de trabalho. Esta, talvez seja a maior crise provocada pelos fundamentos do sistema. A necessidade de que tudo fosse racionalizado e se tornasse mais produtivo passou a exigir qualificações do trabalhador não somente para exercer novas e múltiplas funções, mas também para operar novas tecnologias, provocando mudanças radicais para o trabalhador manter o seu *status quo*.

Assim, as novas exigências impostas ao trabalhador somente poderiam ser assimiladas e superadas mais rapidamente por aqueles que possuíam maiores conhecimentos, cognição e adaptabilidade. A conquista de uma vaga, a recolocação ou a manutenção do posto de trabalho, se tornaram mais fáceis, portanto, para aqueles com maior escolaridade. Isso, seguramente provocou uma ruptura e grande competitividade no próprio sistema de emprego, porquanto o trabalhador com tal perfil passou a ocupar cargos diversos de sua formação, para atender às exigências do mundo produtivo (privado ou público), preenchendo assim, espaços que eram ocupados até então, por outros trabalhadores. Aumentou assim uma grande competição dentro do próprio sistema de emprego.

É evidente que as novas exigências do mundo do trabalho abrem espaços maiores para o trabalhador que atenda aquelas características e qualidades, derivadas logicamente do grau de formação escolar. Essa realidade é demonstrada claramente pelas estatísticas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014a), como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1. Distribuição do emprego formal segundo grau de escolaridade Brasil, 2011 e 2012



Fonte: DIEESE, 2014a, p. 7.

Segundo o (DIEESE, 2014a, p. 6-7), os interpreta dizendo que “os trabalhadores de maior grau de escolaridade são os menos atingidos pela falta de trabalho, que os demais”. Observa-se que aqueles que possuem o ensino médio e superior, ocupam uma parcela maior na distribuição do emprego formal, inclusive com um crescimento maior entre 2011 e 2012.

Conforme informa aquele trabalho do DIEESE, em 2011 e 2012 aumentou sensível e gradativamente a absorção de jovens de 18 a 24 anos que passam a ocupar a maior faixa de empregados no mundo do trabalho, por terem melhor nível de escolaridade. Está claro, informa o estudo, o nível de ensino médio completo é o nível mínimo de escolaridade exigido para se entrar no mundo do trabalho formal.

O estudo não mostra a relação direta entre a dependência de escolaridade do mundo do trabalho, com o oferecimento de escolas e meios para a formação do indivíduo. Ao que interessa a nosso estudo observamos que realmente entre 2011 e 2012 há um crescimento modesto no emprego de trabalhadores com maior grau de escolaridade, no caso no nível superior. Isso realmente corrobora a predileção do mercado de trabalho pelo trabalhador de formação média. Esta informação deve ser objeto de estudo no que se refere ao trabalho docente.

É importante verificar no quadro acima, que enquanto aumentou a ocupação dos trabalhadores do ensino médio em 1,2 pontos porcentuais, diminuiu a ocupação dos trabalhadores analfabetos e muito mais dos trabalhadores com formação apenas até o fundamental completo em 2,0 pontos porcentuais. Está comprovada a influência da escolaridade como chave das portas do mundo do trabalho. Mais do que isso, está provado que não é o capitalismo que desemprega porque busca resultados – embora logicamente seja um dos seus objetivos –, mas o próprio mundo do emprego que mudou e que o trabalhador talvez não tenha mudado na mesma proporção.

Se o trabalhador não está mudando para educar-se na mesma velocidade do mundo capitalista, instala-se um problema muito mais sério, que é a responsabilidade do Estado sobre vários aspectos que impossibilitam o trabalhador de se qualificar para atender as exigências do mundo do trabalho. É a falta de escolas, sucateamento e deficiências na saúde pública, falta de moradia, precariedade nos transportes públicos, caos na segurança, carência de infraestruturas urbanas, deficiência de escolas profissionalizantes, políticas sociais equivocadas, dentre outros fatores que não permitem nem incentivam o trabalhador a estudar e se qualificar. Aliás, a educação e a qualificação do trabalhador não têm sido a pauta principal de reivindicações da própria classe trabalhadora.

Não somente os casos ventilados são importantes. Cabe lembrar que outros fatores conjunturais e estruturais que interferem na evolução e distribuição do emprego são vários e dinâmicos, tais como: momento político, estrutura socioeconômica, movimento internacional dos fatores produtivos, conformação e mobilidade social, aspectos legais, políticas setoriais, distribuição de investimentos, produção, políticas sociais e trabalhistas, etc., podem interferir no quadro de distribuição de mão de obra.

Ainda no que se refere à empregabilidade, temos também o crescimento da informalidade que por um lado é a tentativa do próprio capital de se reinventar no sentido de intensificar o lucro a partir da exploração da mão de obra empreendendo esforços na implementação do empreendedorismo que se apresenta como alternativa ao desemprego e também da terceirização da atividade meio do sistema produtivo.

Conforme revela o estudo do DIEESE (2014a, p. 100), “o fenômeno da terceirização se expande e consolida nos anos 1990 e continua crescendo na relação entre empresas e entre empresa e ente público”. O que se sabe é que a princípio a terceirização atingiu as atividades-meio do sistema produtivo principalmente aquelas de manutenção, vigilância, limpeza, conservação e alimentação, a meu ver, não somente para reduzir custos e despesas, mas para permitir que a organização não desperdiçasse esforços e recursos que poderiam ser

aproveitados melhor nas suas atividades-fim. No atual modelo de organizar a produção e o trabalho o fator tempo é tão importante quanto a própria mão de obra.

Confirmando a assertiva feita no parágrafo antecedente, com o passar dos tempos o sistema produtivo, premido cada vez mais pela exigência de maior produtividade, qualidade, especialidade e competitividade; fatores que implicam e exigem necessariamente, maior qualificação e especialização, passou a adotar a terceirização de suas atividades-fins. Pode-se citar como exemplo a indústria automobilística que forçou a criação de um verdadeiro *truste* de pequenas indústrias de autopeças, nos seus entornos. Não podemos esquecer também, as incontáveis oportunidades abertas para o empreendedorismo que este exemplo proporcionou porque uma indústria de autopeças não produz apenas para uma montadora. Produz para várias.

Depreende-se primeiramente, que numa análise fria e menos ideológica é muito temerário dizer que no exemplo citado a terceirização tenha aumentado o desemprego ou precarizado as condições do trabalho. Para isso seria necessário avaliar se o número de trabalhadores desincorporados da indústria automobilística por conta da terceirização é maior do que o número de empregos gerados pelas pequenas indústrias de autopeças, se as novas condições de trabalho são piores e, ainda, se o rendimento e a qualidade de vida no trabalho daquele trabalhador foram prejudicados.

O mesmo exemplo não se aplica, literalmente, aos serviços públicos. Regra geral, o trabalhador do serviço público é melhor remunerado do que o trabalhador do setor privado. Logo, pode acontecer que o trabalhador desincorporado do serviço público por força da terceirização ou por qualquer outra razão, mesmo encontrando vaga no setor privado, tenha sua renda reduzida. Isso falando de servidor celetista – regime de CLT –, porque o servidor não celetista – regime estatutário – possui a segurança de seu cargo ou função e, assim, não é atingido pelo fenômeno da terceirização. Este é, aliás, um tema muito interessante. Não se fala da alta rotatividade dos trabalhadores contratados politicamente por todas as instituições, órgãos e organismos públicos, em todos os níveis da administração pública, nos momentos anteriores e posteriores a alguma eleição para cargos públicos.

Finalmente, questiona-se o perigo iminente de se demitir o trabalhador de uma empresa que presta aqueles serviços quando vence o contrato com a empresa contratante. Mas, considero isso como uma visão muito estreita, dando realmente a impressão de que este foco está voltado apenas para os contratos firmados com as empresas públicas, porque não são apenas elas que demandam aquele tipo de serviço. Por tudo isso, as relações entre as duas empresas – contratantes e contratadas – são muito complexas.

Pelas molduras criadas em volta do tema terceirização acima, há discussões importantes sobre as condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados quando comparadas com as condições oferecidas pelos trabalhadores contratados efetivamente.

O Dossiê apresentado pela CUT (2014, p. 13) apresenta o quadro abaixo demonstrando os números da Terceirização no Brasil.

Quadro 2. Crescente terceirização de mão de obra no Brasil

Setores	2013	
	Nº trabalhadores	%
Setores tipicamente contratantes	34.748.421	73,2
Setores tipicamente terceirizados	12.700.546	26,8
Total	47.448.967	100,00

Fonte: CUT, 2014, p. 13.

O trabalho da CUT é feito com o objetivo de tentar convencer o leitor de que a terceirização é um verdadeiro desastre para o trabalhador. Em preliminar, é importante frisar que o referido “Dossiê” trabalhou com meras estimativas para levantar tais dados. Isso, por si só, autoriza questionamentos.

Enquanto a CUT informa que os trabalhadores terceirizados representam 26,8% do mercado formal de trabalho com mais de 12 milhões de trabalhadores assalariados ela deixa de, ao mesmo tempo, de informar que tal percentual, mesmo sendo apenas uma estimativa, refere-se aos trabalhadores do setor de serviços (limpeza, manutenção, segurança, alimentação, etc.). A instituição afirma ainda que tais dados estão subestimados. Tudo prova que aqueles dados não são absolutos. Dá para entender que se fez apenas uma comparação entre os setores que eventualmente podem contratar aqueles tipos de serviços, exceto a agricultura, com o número de empresas fornecedoras daqueles serviços. Um absurdo estatístico para falar do mercado de emprego formal como um todo.

Para reforçar a absurda estimativa, a Instituição afirma ainda que grande parte dos trabalhadores que prestam aqueles serviços está na informalidade, fato que consideram uma agravante. Seria sim, se houvesse dados para discutir isso. Daí, até atribuir à terceirização uma grande parte da responsabilidade pelo desemprego e pelas condições de trabalho dos trabalhadores daqueles setores é questionável por várias questões técnicas e políticas colocadas linhas atrás.

Primeiramente, é preciso levantar uma questão muito simples. O mercado formal de trabalho não se compõe apenas por trabalhadores daquele setor, logo, tal fato deveria ter sido mencionado, para não passar uma informação superavaliada de que 73,2% de todos os setores de nossa economia deveriam absorver aqueles trabalhadores, daquelas atividades. Isso não é verdade, principalmente diante das várias mudanças que ocorreram em todos os negócios dos setores produtivos. Se muitas vagas de trabalho para aquelas atividades foram fechadas, em contrapartida várias empresas de prestação de serviços foram abertas, todas contratando trabalhadores para prestar aqueles serviços a terceiros. A matemática é simples. Para cada vaga fechada, abriu-se mais de uma para prestar aqueles serviços e, assim, na pior das hipóteses, cresceu o número de trabalhadores na formalidade.

Segundo, não é preciso – no sentido de certeza – afirmar que a terceirização do setor de serviços precarizou o trabalho reduzindo ganhos do trabalhador. Tal verdade pode acontecer no setor público em que geralmente os salários são mais elevados. No setor privado não é assim, um trabalhador braçal não tem salários infinitamente menores ou maiores, quando contratados por qualquer setor. Mas um fato é incontestável. O indivíduo que perdeu o emprego naquele setor, e que se aventurou em abrir uma empresa para prestar aqueles serviços, seguramente terá um rendimento maior. Mais ainda, estará contribuindo para o aumento do emprego e da distribuição de renda com as contratações que faz.

Depreende-se que a nova conformação dos setores produtivos adotando a terceirização não busca apenas o aumento do lucro, mas também obter ganhos pela especialização, tecnologia, produtividade e qualidade naqueles serviços, além de liberar o importantíssimo fator tempo de gestão, que poderá ser direcionado para as atividades administrativas ou para as atividades-fim do negócio. Além disso, contribui para o desenvolvimento do empreendedorismo, atitude muito saudável para fugir da dependência do emprego.

Sobre os dados e as informações acima o DIEESE ratifica-os, no trabalho Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho (2014, p. 100) da seguinte forma:

De todo modo, a rotatividade nessas empresas é alta (setor de serviços), assim como é elevado o número de trabalhadores que nelas atuam: estima-se que 12 milhões é o universo de trabalhadores que podem ter vínculo com uma empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem ainda indicações de que há crescimento do total de empresas prestadoras de serviço, bem como do trabalho autônomo para uma ou mais empresas. Esse fenômeno desloca empregos dos demais setores, principalmente industrial, para o setor de serviços.

Afirma o texto que a rotatividade no setor de serviços é alta. Deveria se restringir a empresas que prestam os serviços de limpeza, manutenção, vigilância, etc., e para as empresas públicas. Não todas as empresas, mas apenas as que demandam daqueles serviços, mesmo assim de forma estimada como afirma o próprio texto. Todo texto está crivado de suposições, estimativas e presunções. Requer, portanto, uma análise mais fria e cuidadosa.

Repetindo, parece-me que as discussões naquele trabalho permeiam apenas as empresas e os serviços públicos e os serviços a elas relacionados enquanto tomadoras, questionando a potencialidade que elas teriam de gerar emprego, se não terceirizassem aqueles serviços. Embora politicamente corretos, os discursos deixam escapar a existência de interesses e de ideias superadas sobre o emprego, atribuindo ao Estado (mentor, paternalista, inchado, tutor e perdulário) grande responsabilidade de gerá-lo.

Os estudos mencionados chamam a atenção também para o fator de deslocamento de função ou de setor do servidor, também conhecido como desprofissionalização radicalizada ainda como precarização. É um fator discutível, sem dúvidas, mas no capitalismo, tomou novas conotações dadas à adaptabilidade e à flexibilidade de capacidades exigidas do trabalhador no novo mundo do emprego.

O que era inevitável com o capitalismo aconteceu: a explosão dos meios urbanos de forma generalizada da sociedade. Assim, não pode faltar a hipótese de que ele tenha criado níveis diferentes de convívio e de relações e, por isso, tenha na visão de Bihr (1998), criado várias crises: crise de identidade territorial; crise de família e das relações entre sexos; crise da juventude e dificuldade de se identificar com os mais velhos; crise dos modelos educativos, gerando por isso crise das instituições sociais; crise da cultura; e, por fim, crise da individualidade.

Na discussão das relações entre o capital e o trabalho, além das forças políticas e econômicas que envolvem os sistemas, as forças sociais são as que provocam maiores impactos na reestruturação da produção e do trabalho.

(...) Em vez de projetar determinações causais pseudonaturais e os remédios fictícios correspondentes – com o fim de preservar, como “natural” e racionalmente inquestionável, o sistema socioeconômico inviável existente, deve-se identificar as causas sociais historicamente específicas e fazê-las acompanhar por práticas políticas e sociometabólicas viáveis. Qualquer alternativa metabólica viável à ordem estabelecida exige a harmonização das necessidades humanas com recursos materiais e humanos conscientemente geridos (MÉSZÁROS, 1998, p. 318).

É evidente que na composição e gestão dos recursos é preciso adotar medidas que vislumbrem um crescimento da população como algo inquestionável, principalmente com o alargamento das fronteiras comerciais do país; com interferências nos modelos de organização da produção e do trabalho. Sem isso será impossível atingir o equilíbrio global em população e capital, por se tornarem essencialmente estáveis. Essa concepção, mais errônea ainda, leva em conta que o capital, nos atuais modelos econômicos, possui formas de se manter estável, mas em sacrifício do trabalhador.

Naquele ponto, parece-me que a questão central parecia circular em torno do eixo dos direitos naturais, que são aqueles outorgados ao homem pela própria natureza. Uma das grandes discussões que se alinhou aos demais temas foi a Reforma Agrária. À época tudo isso se resumia na discussão e defesa do Estado de Direito, cujo poder deve ser exercido dentro de normas jurídicas criadas pelo legislativo.

Nesta linha, era percebido que faltava o bom senso. Por um lado, no sentido de ver que a vida em sociedade é uma relação de trocas e de dependências. Porém, por outro lado revelava o importante papel do Estado cuja interseção foi a única maneira de salvar a crise dos anos vinte.

No contexto e após os anos 20 do século XX, o modelo capitalista foi se desenvolvendo através da reestruturação produtiva incorporando novas tecnologias, enxugando os processos, criando novas estruturas organizacionais, implementando um sistema de produção flexível, adoção da terceirização, tudo focado nas necessidades da demanda, evitando crise de produção com um eventual crescimento populacional ou alargamento de mercados. E o Estado tem participado ativamente nestas mudanças através de políticas de fomento, dos subsídios, dos financiamentos, do desenvolvimento da mão de obra via educação, e de investimentos em infraestrutura.

As estatísticas no Brasil, principalmente aquelas relacionadas com o mundo do trabalho e com a educação, são emblemáticas. Trazem consigo um objetivo claramente político no sentido de servirem a dois lados, ao Estado e às Organizações Trabalhistas. Ao primeiro servem para supervalorizar políticas públicas ou medidas paternalistas e/ou engrossar os números relativos ao país junto aos organismos internacionais. Deveriam servir para orientar políticas públicas voltadas para o povo e o desenvolvimento socioeconômico. Servem ainda às Organizações Trabalhistas como fonte de pressão à iniciativa privada e ao capitalismo. Com estes objetivos, em última análise, os dados sempre escondem subjetividades e informações muito mais importantes.

Exemplo disso é o estudo do INEP – Resumo Técnico 2013 – Censo da Educação Superior, demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 3. Evolução do número de cursos de graduação, por categoria administrativa no Brasil no período de 2010 a 2013

Ano	Total	Categoria Administrativa				
		Total Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2010	29.507	9.245	5.326	3.286	633	20.262
2011	30.420	9.833	5.691	3.359	783	20.587
2012	31.866	10.905	5.978	3.679	1.248	20.961
2013	32.049	10.850	5.968	3.656	1.226	21.199

Fonte: INEP, 2013, p. 17.

As análises feitas pelos autores do trabalho demonstram o crescimento do número de cursos em todas as organizações acadêmicas nos últimos quatro anos; destacam a evolução dos Institutos Federais – IFS – e de Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets – de 53,4%, e; na mesma leitura ressaltam que a maior quantidade de cursos está nas universidades com 49,5% das ofertas contra 32,7% das faculdades. Até aí nada demais, afora o nítido objetivo de exaltar o crescimento do ensino público no Brasil nos últimos quatro anos.

Para a nossa discussão sobre a crise do capital e do emprego, as informações contidas no quadro permitem uma leitura no mínimo interessante. Se existem quase dez mil cursos a mais nas instituições particulares do que nas instituições públicas, é indiscutível que em matéria de emprego elas estão à frente, não somente em docentes como em cargos administrativos. Por mais importante e necessário que seja o ensino público e o crescimento dos IFS e CEFETS – tais crescimentos estão longe de nos permitir dizer, que o Estado cumpre com seu papel constitucional na educação, e que oferece ou vai oferecer vagas para docentes em número maior do que as instituições particulares.

Nada é diferente quando comparamos a distribuição e evolução de matrículas de alunos. O quadro abaixo permite fazer esta leitura.

Quadro 4. Evolução do número de matrículas de graduação, por categoria administrativa no Brasil no período de 2009 a 2013

Categoria	Períodos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Total	5.954.021	6.379.299	6.739.689	7.037.508	7.305.977
Privadas	4.430.157	4.736.001	4.966.374	5.140.132	5.373.450
Públicas	1.523.864	1.643.298	1.773.315	1.897.376	1.932.527
%	2,90	2,88	2,80	2,70	2,78

Fonte: INEP, 2013, p. 21.

Ainda sob o enfoque da crise do capital e do emprego, as instituições privadas, embora não tenham aumentado o número de vagas oferecidas na mesma proporção das instituições públicas entre 2009 e 2013, sempre ofereceram, no mínimo, mais de 170% do número de matrículas do que aquelas. Não há nenhuma dúvida que o aumento de vagas proporcionadas provoca sempre aumento nos empregos diretos e indiretos tanto de docentes quanto do pessoal administrativo. Nas escolas públicas este crescimento não ocorre na mesma proporção, embora tenha ocorrido bom crescimento no mesmo período.

Se compararmos os crescimentos elencados como muito significativos por aquele estudo, podemos visualizar outras informações adicionais muito importantes. Através do quadro abaixo encontramos informações relevantes que não foram analisadas como deveriam.

O estudo ressalta os comportamentos diferentes entre a categoria pública e categoria privada no que se refere à evolução do número de funções docentes em exercício. Diz que nas instituições públicas há uma “tendência” crescente e predominância de funções docentes em tempo integral que representava 81,6% em 2013. Isso é muito bom na ótica de qualidade de ensino estipulada pelo MEC.

Quadro 5. Evolução do número de funções docentes em exercício, segundo a categoria administrativa (pública-privada) e a organização acadêmica no Brasil no período de 2010 a 2013

Categoria	Organização Acadêmica	2010	2011	2012	2013
Total de Funções Docentes em Exercício		345.335	357.418	362.732	367.282
Públicas	Universidade	113.407	119.655	126.820	129.854
	Centro Universitário	1.118	1.154	1.783	1.800
	Faculdade	7.739	8.166	8.852	8.936
	IF e Ceft	8.525	10.609	12.883	14.629
Privadas	Universidade	69.715	71.294	66.097	64.940
	Centro Universitário	33.230	34.437	35.607	36.095
	Faculdade	111.601	112.173	110.690	111.028

Fonte: INEP, 2013, p. 35.

O estudo ainda demonstra que nas instituições privadas predominam as funções docentes horistas perdendo em participação para o regime parcial. Muito bom que isso esteja acontecendo também sob a ótica avaliativa. Mas, comparando os dois quadros, podemos construir, ainda, novas informações realmente preocupantes expressas no quadro seguinte.

Quadro 6. Quadro comparativo entre a evolução do número de matrículas de graduação com a evolução do número de funções docentes em exercício no período de 2010 a 2013

Categoria	Organização Acadêmica	2010	2011	2012	2013
Total de Funções Docentes em Exercício		345.335	357.418	362.732	367.282
Públicas	Docentes em Exerc	130.789	139.584	150.338	155.219
	%	0,378	0,390	0,414	0,422
	Tempo integral	104.957	113.225	120.443	126.592
	Tempo parcial	16.924	17.418	19.501	18.485
	Horista	8.908	8.941	10.394	10.142
Privadas	Docentes em Exerc	214.546	217.834	212.394	212.063
	%	0,622	0,610	0,586	0,578
	Tempo integral	51.413	54.489	51.372	52.818
	Tempo Parcial	60.164	67.877	72.512	74.688
	Horistas	102.969	95.468	88.510	84.557

Fonte: INEP, 2013, p. 21 e 35.

Os dados acima, para efeito de parâmetros avaliativos do MEC, são realmente positivos, para não dizer impositivos. Se observarmos sob a ótica de emprego efetivo do docente na sala de aula, algumas questões podem ser pontuadas, demonstrando uma piora no quadro geral. Nas escolas públicas o aumento do quadro de docentes entre 2010 e 2013 cresceu 18,6% e nas escolas particulares reduziu em 1,2%.

Por outro lado, realmente, a tendência de comportamento nas escolas públicas é de crescimento de professores em tempo integral o que preocupa porque tais professores deixam de exercer a função legitimamente de docente para exercer outras, mesmo que afins. Fato que pode caracterizar a desprofissionalização da função docente. Mais que isso, há de se questionar se a satisfação e a qualidade de vida no trabalho entre um professor em tempo integral e os professores em tempo parcial ou horistas é o mesmo; se há a possibilidade de renumeração melhor; qual dos tipos proporciona novas oportunidades de trabalho; e qual é a garantia do emprego e da qualidade de vida no trabalho, dentre outros questionamentos.

Quanto à empregabilidade, como já foi dito, os dados demonstram um distanciamento substancial entre a empregabilidade proporcionada pelas instituições privadas em relação às

instituições públicas. As instituições privadas mantiveram no período de 2010 a 2013 um percentual médio de 60,8% do oferecimento de vagas para docentes em atividade, ficando as instituições públicas com a média de 39,2% no mesmo período. Isso corrobora a ideia de que o número maior de cursos e instituições privadas alimenta melhor o mundo do trabalho docente.

É sabido, ainda, que os docentes contratados por tempo integral dedicam no máximo 50% das quarenta horas efetivamente em docência, sendo o restante do tempo dedicado a estudos, pesquisas, trabalhos de extensão e planejamentos. Da mesma forma são os docentes contratados por tempo parcial. Estes exercem no mínimo 25% das 20 horas para as atividades de estudos, planejamentos, avaliações e orientações, podendo, então, exercer até 75% do tempo total nas atividades de docência efetiva.

É evidente que o professor, dedicando-se a outras atividades fora do ambiente de sala de aula, abre espaços para a instituição contratar outros docentes. A questão são as possíveis diferenças e oportunidades oferecidas à carreira docente, a satisfação e a qualidade de vida do seu trabalho docente na visão dos três tipos de docência (integral, parcial e horista). Tais forças, com certeza, atuam de forma diferente nas duas categorias de organização acadêmica (pública e privada).

Colocando todos esses ingredientes em um único recipiente de discussões sobre a crise no capital e do emprego, percebe-se que as instituições particulares, atingindo os limites legais do quadro de docentes de tempo integral e parcial, exigidos para suas autorizações, reconhecimentos e avaliações tendem, sem dúvida, a continuar oferecendo mais vagas do que as instituições públicas, até porque, em tese, a manutenção de tais profissionais é mais cara e difícil para as instituições privadas que se diferem em muito também, pelos objetivos institucionais.

No todo e por fim, é interessante dizer que os limites de empregabilidade e as decisões sobre a mesma nas instituições de ensino, derivam de determinações legais e políticas, não sobrando ao docente o menor controle sobre suas funções e sobre o mundo em que atua. Mais uma vez o elemento regulador e fiscalizador chamado Estado interfere de forma direta (instituições públicas) e indireta (instituições privadas) nas políticas de emprego e de funcionamento das Instituições de Ensino. Na verdade, depreende-se que se há crise de emprego para o docente, a culpa não é do capital e muito menos das instituições privadas de educação.

O que se pode concluir é que o campo de estudos envolvendo a docência e a empregabilidade do docente é um campo muito fértil e oferece um número enorme de

variáveis de estudo. No caso, não é apenas as diferenças entre as categorias das instituições. A docência no ensino superior é complexa, primeiramente pelo baixo crescimento nos cursos de graduação e de pós-graduação voltados para profissão docente, comparado com o crescimento exponencial de cursos, em outras áreas. Em segundo lugar, porque estes cursos em áreas de profissionalização absorvem em seus quadros uma maioria considerável de profissionais docentes, isto é, formados na área profissional do curso e que vão para a docência, contingencialmente.

Assim, a opção do indivíduo para exercer a profissão para a qual se formou, a profissão docente ou as duas, é contingenciada por um elevado número de variáveis que interferem e ampliam os estudos a respeito. Dentre as variáveis, por exemplo, está o pressuposto de que o indivíduo tem opções e pode escolher sua contratação como professor-horista ou por tempo parcial para exercer ao mesmo tempo outra profissão ou trabalhar em mais de uma Instituição como docente, para melhorar a renda e a qualidade de vida. No caso, não é o desemprego que o arremeteu para uma jornada dupla ou um árduo trabalho em duas frentes. Assim, acredita-se serem infindas as discussões relacionadas com o trabalho docente, com o docente enquanto docente profissional, com o emprego, com a sua identidade política do docente e com suas funções, no seio das instituições de ensino. As causas e efeitos de tudo isso são um terreno fértil para estudos.

Para Mészáros (1998, p. 97):

O desemprego para incontáveis milhões, entre inúmeras outras bêncas da “economia de livre mercado”, pertence então à categoria da “livre opção econômica”, da qual, no devido tempo, surgirão frutos da “livre opção política” – nada menos (e, certamente, nada mais) do que a “democracia multipartidária”. Depois disso, naturalmente, viveremos todos felizes para sempre.

Sua ironia nos faz entender que o sistema capitalista é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora, em qualquer momento e em qualquer lugar em que se encontre a resistência (MÉSZÁROS, 1998, p. 97).

Pode-se entender que o trabalhador, pelo sistema, efetivamente não possui condições de impor nenhuma condição que contrarie as normas do capital. Sozinho ou reunido em classes, não há como fugir do descontrole sobre o emprego e sobre os processos decisórios das organizações. Na verdade o capital é um instrumento de controle que se sobrepõe a tudo, antes mesmo de ser controlado (pelo setor privado ou público). Essa sujeição do trabalhador

cria divisões na sociedade em classes sociais oponentes, em prejuízo para o próprio trabalhador, que perde a condição de exercitar o lado político do seu Ser.

O capital, ao contrário, segue resoluto superando todas as desvantagens que a ele se opuserem sem isentar o trabalhador de seus sacrifícios, em tais momentos. Para Mészáros (1998), é natural que os apologistas do sistema se recusem por muitos anos a notar a intensificação das contradições e continuaram a tecer fantasias sobre o “pleno emprego” numa sociedade “livre”.

É muita presunção fazer uma leitura genérica, pela existência apenas de alguns bolsões de emprego em situações eminentemente conjunturais na esperança de uma reação positiva por parte da sociedade. Na verdade, esta sociedade não possui sensibilidade política de uma sociedade democrática não é esclarecida o bastante, para esperarmos movimentos agudos na solução do problema do desemprego. Com isso, é natural que os conflitos entre o capital e o trabalho se espalhem não mais e apenas, nas regiões pobres. As estatísticas são enganadoras e satisfazem o sistema ou algum setor.

No mais, a situação se torna realmente séria porque a explosão populacional representada pelos trabalhadores tornados redundantes, está criando problemas sociais e econômicos graves nos países capitalistas mais poderosos. E o mundo está cheio de exemplos de que o capital não é solução para esse tipo de problema. Sem produção, emprego e distribuição da riqueza, a população mundial caminha para um empobrecimento relativo.

Parece-nos que os sistemas modernos, neocapitalistas, não conseguiram mudar o quadro de desemprego, de melhorias nas condições de trabalho, e no nível de satisfação do trabalhador com o trabalho. A desumanização do trabalho vivo ao se tornar um elemento de troca ou um ativo ou mercadoria leva-o a uma condição de estar sempre disponibilizado pela constante política de redução dos quadros. O trabalho vivo se tornou mercantilizado podendo ser controlado com grande flexibilidade e dinamismo, pelo capital, horizontal ou verticalmente.

Um dos principais sinais da queda do capitalismo foi a perda da lucratividade ocorrida nos modelos anteriores, abrindo brecha para o neoliberalismo contornar o problema. Sendo a representação do trabalhador o principal entrave, outra *atitude* do novo sistema foi enfraquecer os sindicatos que lutavam contra a intensificação do trabalho. As pretensões do capital foram atendidas. No governo Collor, no Brasil, isso ficou muito claro.

Alves (1998, p. 114) ressalta que a nova crise do capital é, segundo Kurz, o *predomínio do capital fictício*, do crédito governamental e da especulação, que deu origem à era do capitalismo-cassino de dimensões globais. Entendo que foi a época do chamado capital

especulativo que provocava em espaço curto de tempo, vários problemas como a entrada e saída de capitais do país, como inflação, desemprego e desestabilidade no câmbio, exigindo intervenções fortes do governo, redução nos salários e na distribuição de renda, dentre outras.

A partir do Toyotismo, modelo básico da produção capitalista, surge uma nova discussão sobre o desemprego e suas causas. O desemprego é uma das grandes preocupações, gerado por novas formas de contratação e de racionalização da produção. Foi uma das grandes preocupações na década de 1990, no mundo e prevalece nesse início do século XXI. A ideia de que o desemprego é um fenômeno natural, fruto da reestruturação da produção e do trabalho adotado pelo sistema capitalista, me parece simplista.

Parece-nos que a ideia do neoliberalismo de estabelecer um mercado total para exercer maior coordenação e controle, a princípio, passa a ideia de que a organização do trabalhador é um problema para o capital, pela pressão que pode exercer sobre aquele. Teixeira (1998, p. 83) leciona: “Se a moderna sociedade do capital não se apoia exclusivamente em puras relações mercantis, é porque contém determinações sociais que permitem ao sistema seguir mantendo a dominação de classe”.

Não bastasse isso, na época a redução do trabalho produtivo, pelas circunstâncias, se viu na contingência de racionalizar os processos produtivos, de gestão e de produção propriamente dita, com investimentos em tecnologias para amenizar os custos. É claro que o desvio de capitais para a especulação e exploração financeira, somado aos demais fatores, contribuiu para a redução de vagas, aviltamento de salários, redução de direitos trabalhistas, desemprego, cujo todo significa dominação de classes.

Estava instalado, portanto, nesse contexto, a crise da superprodução provocando intensos movimentos de mudanças no mundo produtivo e, evidentemente, levando à reestruturação do capital e do mercado mundial, buscando novas bases para a valorização do valor. Nascia aí a revolução tecnológica que atinge os mais diversos setores sociais em proporções geométricas. Alves nos lembra que:

A Nova Revolução Tecnológica implica alterações profundas nos processos produtivos. Desenvolveu-se, outrossim, um *cluster* de transformações produtivas do novo tipo que atingem as empresas e estão voltadas para a flexibilização do trabalho (cujo caso clássico é dado pelo sistema Toyota, no Japão (ALVES, 1998, p. 117).

A nova ordem capitalista representa a lógica da valorização do capital, substituindo os objetivos mercantis das organizações, único capaz de distribuir e mobilizar de modo racional a riqueza produzida. Para Alves (1998, p. 117), isso é a “expressão do primado, da

valorização do valor, expresso de modo clássico por Marx na formula D-M-D², sem nenhum obstáculo histórico". Ela era entendida como plena manifestação da lógica da valorização, e como sendo a reposição dos valores mercantis, considerados os processos ideais e capazes de alocar e distribuir de modo racional a riqueza produzida.

A lógica capitalista de valorização do capital talvez não tenha como objetivo, literalmente falando, o foco de acumulação do capital, pelo próprio capital. Analisado pelo capitalismo, na verdade, afora momentos de crise, tem objetivo de maximizar o capital, pela maximização do valor do produto do capital. Marx (1988, p. 44) é enfático: "Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor de uso".

Depreende-se que o capitalismo, notadamente o capitalismo moderno, na sua incessante luta pela inovação, pela eficiência e pela qualidade dos produtos, busca exatamente o que Marx apregoa, em outras palavras, como diferencial na concorrência capitalista que é criar o maior agregado de valor possível aos produtos e serviços para aumentar o seu valor de uso. É a visão dos autores modernos criar uma vantagem competitiva, isto é, aumentar a distância entre o que o consumidor está disposto a pagar pelo produto e serviço, e o seu custo de produção ou, na visão de Marx, do seu valor de troca.

Marx ainda completa (1988, p. 46): "O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade do trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso". Isso, naquela época. Hoje, o que determina este valor, são as melhorias e a eficácia dos processos produtivos, a qualidade e, evidentemente, o mercado.

² **M-D-M** - Esse processo se chama Circulação Simples. Ele se inicia com a VENDA de uma mercadoria sendo que o dinheiro é o mediador desse processo. Eu vendo a mercadoria transformando-a em dinheiro e utilizo esse dinheiro para comprar outra mercadoria que pode ter o mesmo valor da primeira que fora vendida. O dinheiro aqui além de mediar o processo é gasto em função da outra mercadoria e assim o ciclo termina; sua finalidade é o consumo, portanto, o valor de uso da mercadoria trocada, ou seja, finalidade se encontra fora da esfera da circulação, se encontra na esfera do consumo (Capítulo IV do Capital, p. 112).

D-M –D - Esse processo pode ser chamado de Circulação Capitalista e os dinheiros iniciais e finais não podem ter o mesmo valor. A mercadoria aparece como mediadora do processo de circulação e o dinheiro é o começo e o final do processo. Esse dinheiro inicial é adiantado para ser recuperado no final, sendo um ciclo ininterrupto aonde a finalidade é o dinheiro, portanto, o valor de troca da mercadoria é o eixo central desse processo. Ele é um processo tautológico dado que o dinheiro inicial e final são iguais em forma (qualitativamente iguais), são ambos dinheiro, apenas diferindo em sua quantidade. Nesse processo o valor inicialmente adiantado se mantém na circulação e nela, altera sua grandeza de valor adquirindo Mais-Valia (mais-valor) ou se valorizando; esse processo levará em sua transformação em capital. O objetivo desse processo está na circulação porque é nela que o dinheiro se valoriza (valorização do valor) (Capítulo IV do Capital, p. 112).

Citando Holloway, Antunes (2009, p. 33) afirma que “a crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro”. Neste cenário as soluções são dadas pelos caminhos mais curtos e rápidos. O enxugamento do pessoal, a redução da produção para evitar a superprodução, o desinvestimento nos fatores produtivos inclusive no trabalhador substituindo-o pela automação ou novas tecnologias, são elementos primários de solução de crises.

A partir daí novas estratégias são traçadas, como as interferências do Estado com os meios que lhes cabem, a especulação financeira, enfim, um elenco de soluções para proteger o capital, sem nenhuma preocupação com o trabalhador.

A história nos ensina que uma crise no capital desemboca numa crise estrutural provocando mudanças profundas na economia, na sociedade, nas políticas, nas ideologias e, o que é lógico, com profundas repercussões na posição identitária e no ideário do indivíduo, principalmente do trabalhador. Com isso, sua simbologia ou sua significação para o trabalho são também alteradas, refletindo negativamente em todas suas posições e ações sociais. No caso, a figura do Ser íntegro começa perder suas partes, criando perigosos artifícios comportamentais.

1.7 As condições de trabalho do trabalhador

Para Mészáros (1998), a flexibilidade horizontal, de acordo com a conveniência da organização faz do trabalho capitalista organizado uma única forma de distribuir. São condições de acumulação de capital com o avanço da divisão funcional. Por outro lado isso significa multiplicidade de jornadas coexistentes e cooperantes que podem ser supervisionadas lado a lado. Tal arranjo abre espaços para a automação e uso de tecnologias que substituem o homem.

O autor traduz a flexibilidade vertical como sendo a capacidade do capital de ordenar a multiplicidade das jornadas de trabalho, também em um padrão hierárquico que significa a garantia da aplicabilidade segura e completa difusão do próprio princípio organizacional horizontal junto com as potencialidades produtivas inerentes a ele. É utilização concomitante de todos os recursos e representa a estrutura de comando do capital. Os esforços são concentrados e o sentimento de exaustão é fato comum, nos trabalhadores.

A valorização do trabalho e do trabalhador é um assunto sempre emergente e novo, desafiando modelos econômicos, políticos e sociais. A utilização da força do trabalho é a condição primeira para fazer um sistema econômico e social caminhar.

Marx foi um dos precursores das discussões sobre o trabalho com muita propriedade, embora em épocas totalmente diferentes.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer as necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é portanto um valor de uso particular, um artigo especificado (MARX, 1988 p. 201).

É evidente que o valor de uso defendido pelo autor não é perceptível nos produtos e serviços e até por isso, pode se configurar por subavaliações abstratas do seu valor. Traduzindo em outras palavras o valor da mão de obra é um agregado de valor ao produto ou ao serviço, vendido pelo capitalista; retirado do intercâmbio entre o trabalho e a natureza. Há grandes e inúmeras discussões ideológicas e filosóficas sobre o trabalho, sua valorização e sobre as condições de executá-lo, mas principalmente sobre o trabalhador enquanto agente.

O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados. A robótica e as tecnologias de informação e de comunicação, nunca desenvolveram tanto no Brasil, como nos primeiros anos de consolidação do neocapitalismo. Implica que, os processos são desenvolvidos e aperfeiçoados de acordo com as épocas econômicas em que o trabalho é aplicado. Isso é corroborado por Marx (1988, p. 204): “O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho, além disso, indicam as condições sócias em que se realiza o trabalho”.

Já falamos que Marx chama o resultado do trabalho como elemento formador do valor de uso das mercadorias. Para ele, Marx (1988, p. 211) além de um valor de uso (que é o valor de troca ou custo) o capitalista quer produzir uma mercadoria que possua também um valor excedente que ele chama de “mais valia”. O “mais valia”, é um dos elementos mais discutidos pelos anticapitalistas, talvez por desconhecimento dos seus componentes e de suas finalidades (acumulação e reinvestimentos), ou por uma fixação ideológica, condenando a taxa percebida pelo capitalista.

Para Mészáros (1998, p. 1032), “a ideologia é a consciência prática inevitável das sociedades de classe de modo que os membros das forças sociais opostas possam se tornar conscientes de seus conflitos materialmente fundados e resolvê-los pela luta...”. Apesar do entendimento de Mészáros, presume-se que a ideologia direciona o indivíduo apenas para a luta de emancipação, quando na verdade ela desempenhou papéis importantes no processo de readaptação estruturais da ordem socieconômica, nos processos de readaptação das condições mutáveis de dominação. Portanto, ela serve aos dois lados.

Ocorre que no sistema capitalista dominante, a ideologia foi se desconfigurando pelo poder dominante, gerando crises de identidade e de funções. Articular interesses de classes dominadas é um trabalho muito difícil, colocando em risco a própria organicidade da classe. Por que é tão difícil exercer uma ideologia crítica? “Nenhuma força social pode apresentar reivindicações como alternativa hegemônica sem também indicar, pelo menos em linhas gerais, a dimensão positivo-affirmativa de sua negação radical” (MÉSZÁROS, 1998, p. 1033).

Esse é o grande problema das representações sociais brasileira, notadamente a da classe trabalhadora. Essa classe não conseguiu ainda, escrever uma cartilha de negação radical; alternando a própria ideologia de acordo com os caminhos abertos pelo capitalismo. Segundo Mészáros (1998), não se tem conseguido uma participação autodeterminada de seus membros individuais, fato que subordina-se a si mesma todos os seus componentes individuais. É a dominação do indivíduo pela própria classe. É mais uma superação que o indivíduo enfrenta, representando restrições da divisão do trabalho historicamente estabelecida, da qual a classe em si é a articulação estrutural necessária.

Antunes (2009, p. 42), também articula a explosão do operário-massa no final do século XX, tendo como fonte uma parcela de trabalhadores taylorista/fordista que atuavam num espaço produtivo limitado. Tudo foi provocado pela perda da identidade cultural da era artesanal, pela ressocialização e ainda pela desqualificação repetitiva de suas atividades, além de mudanças nas formas de socialização fora das fábricas.

Mas foi um movimento contraditório porque se limitava ao seu espaço social reduzindo a autonomia individual do indivíduo, embora na teoria incentivasse esta autonomia. Na gestão dos objetivos eles erraram muito e sua sobrevivência foi comprometida porque não chegaram ao objetivo principal que era o controle social do trabalhador e dos meios materiais dos meios produtivos.

A luta operária não vingou, graças ao inevitável controle social da produção imposto pela reestruturação do trabalho e da produção, do capital, com a crise do taylorismo/fordismo, rendendo para o capitalismo a solução para os problemas da época, pela deflagração de várias

transformações no próprio processo produtivo e recuperar a hegemonia de dominação societal.

É possível ver na classe trabalhadora capitalista, essa total dependência, aliás enfraquecida pelo enfraquecimento da própria ideologia classista. O homem “inteiro” sonhado por Marx, não existe. No Brasil, esta dessocialização extrapola os limites indivíduo/classe para chegar ao nível de diferenças gritantes entre classes/classes.

As restrições impostas pela divisão do trabalho aos trabalhadores se tornaram muito mais difícil de ser idealizada e implementada. Mészáros (1988, p. 1036), confirma isso salientando que “a confrontação entre classes importa inevitavelmente em determinações recíprocas por todas as partes envolvidas”. É claro que a luta pela hegemonia ultrapassa os limites ideológicos, exigindo dos elementos uma estrutura de comando menos rígida de acordo com o tipo do conflito, gerando assim uma confusão de comando. É por isso que as classes modernas não são entidades homogêneas.

Nos moldes atuais o efeito prático é que a dominação e a subordinação de classes não surgem simplesmente com o respeito ao relacionamento entre duas classes. São comuns os conflitos de classes até pelo domínio de bases territoriais, olhando assim, sua representação com outros olhos.

Divergências políticas e ideológicas são fatores comuns nas relações de classes no Brasil, refletindo no trabalhador que perde a sua identidade, assim como, espaços na estruturação hierárquica da classe. Se esta lição não é aprendida no seio das instituições classistas, os imperativos materiais e estruturais da divisão do trabalho não são considerados ou observados.

Oportuno lembrar que “a transnacionalização do capital e suas implicações institucionais representam um fator suplementar de desestabilização do movimento operário herdado do modelo fordista” (BIHR, 1998, p. 117). Ao mesmo tempo o autor sugere uma mudança de sistemas econômicos, pelos quais deveria haver um compromisso entre o capital e o trabalho criando alianças de apoio entre as várias classes sociais (para excluir conflitos trabalhistas), e estabelecer uma aliança entre o capital e o *staff administrativo*, instituindo uma divisão do “trabalho político”, entre eles.

Ressalte-se que o conceito apresentado por Bihr não deve ser posto fora do contexto de discussão do sindicalismo e sua credibilidade, tendo em vista que, na atual conjuntura parece-nos que está muito distante locar decisões políticas à classe trabalhadora, por ser quase impossível negociar com a classe dominante por imposição. Mesmo com algumas diferenças ideológicas e políticas existentes nas relações trabalhistas, alguns agentes ligados às ideias

neo-social-democratas (que espera uma evolução para o comunismo) e outros com ideias neoliberais como adversários, percebe-se que a classe trabalhadora e a sociedade estão criando formas alternativas de apresentar suas demandas.

Reorrentemente, o trabalhador talvez não tenha acompanhado, ou tenha sido impedido pelo domínio do capital, de acompanhar mudanças tão bruscas, enfraquecendo seu poder de barganha no interior das organizações em constantes mudanças e, sobretudo, vendo enfraquecer suas representações e os seus sindicatos.

De tudo decorre uma política maior: hoje a luta anticapitalista deve se desenrolar simultaneamente *dentro e fora* do trabalho, visando a reapropriação da totalidade das condições sociais de existência, acabando com separação entre movimento operário e “novos movimentos sociais”, prejudicial ao primeiro assim como aos últimos (BIHR, 1998, p. 157).

Não justifica, portanto, a ideia de eliminar a separação entre a luta entre os anticapitalistas e o movimento operário. Quando as relações inter-individuais e as ideias viram objeto de troca, tornam-se objetos de consumo mercantil, reduz o trabalhador a um Ser desprovido de sentido. O sindicalismo brasileiro caminha vigorosamente nesse sentido, dado a confusão política e econômica com que são dirigidos, diferentes inclusive, de organização para organização. De fato, “não se pode construir seu eu sem integrá-lo a um quadro coletivo de identificação” (BIHR, 1998, p. 173).

Os efeitos do avanço do capitalismo, culminando com nova política neoliberal provocaram estragos no sistema sindicalista, no mundo todo, notadamente na Europa. Para Bähr (1998, p. 67) “a crise conjunto do mundo capitalista atualmente é, de acordo com uma terminologia doravante consagrada, uma *crise estrutural*”.

É indiscutível que a crise no capitalismo gera por sua vez crises no sindicalismo, principalmente quando acionados os processos de recuperação da lucratividade, efeito maior da queda do capitalismo. É realmente uma crise estrutural do capital, da produção e do trabalho. São as decorrências inevitáveis entre os meios.

Na linguagem contábil a lucratividade não é o lucro propriamente dito, é a capacidade dos recursos de gerar lucro. Essa capacidade está condicionada ao giro dos fatores produtivos, logo, se há crise na demanda, todos os fatores produtivos se tornam improdutivos e são considerados como ativos mortos, e aqueles descartáveis são eliminados. É o caso do trabalhador.

O paradoxo entre o capital e o trabalho tornou-se um tema sempre novo e emergente de pesquisas, sobremodo de pesquisas sobre educação. O envolvimento do docente, portanto,

nessas modificações se constrói direta e indiretamente pelas formas que a sociedade e o trabalhador tem procurado para resolver as demandas dos dois lados.

Segundo Bihr (1988, p. 70):

Para lutar contra essa tendência, o fordismo recorreu a dois paliativos: de um lado a desvalorização de elementos do capital constante (e particularmente sua parte fixa: os equipamentos produtivos) graças aos ganhos de produtividade realizados na produção desses elementos, mas também graças à sua obsolescência acelerada e planificada; de outro, a generalização do trabalho por turnos (trabalho em equipes), que permite ao mesmo tempo diminuir a composição orgânica do capital e acelerar a rotação do capital fixo.

Observa-se que o sistema cuidava apenas da oferta, esquecendo-se da demanda. Atualmente, no sistema neoliberalista esses paliativos não resolvem a questão porque a globalização regulando a demanda cada vez mais exigente não permite equipamentos produtivos de baixa produtividade e muito menos tecnologicamente defasados, a espera do obsoletismo. Assim, sobra para o trabalhador e seus direitos, instalando-se as crises entre o capital e o trabalho. Quando o trabalho se torna improdutivo limita a valorização do capital e a escala de sua acumulação, se todos os demais fatores produtivos permanecem iguais.

Bihr (1998) afirma, no contexto dos anos 1990, que a crise do capitalismo está ligada diretamente à crise do fordismo e às reestruturações conduzidas pelo capitalismo central para tentar superá-la. Do outro lado está a crise do trabalho pela fragmentação do trabalhador resultando em transformações da relação salarial. São as crises atualmente instaladas originadas do toyotismo³.

Do fordismo ao capitalismo neoliberal há uma inversão de objetivos. Enquanto o primeiro buscava o crescimento contínuo dos ganhos de produtividade, o segundo se baseia na sua redução, contrária às expectativas do trabalhador. “Podemos dizer que o próprio fordismo finalmente caiu “na armadilha” da massificação em que ele pegara o proletariado e que acabara impondo os seus limites” (BHIR, 1998, p. 73).

Nesse cenário é impossível não ver uma massa de trabalhadores excluídos do trabalho. O atual sistema não é diferente e é mais sofisticado, criando ataques silenciosos aos espaços

³ O Toyotismo, ou modelo japonês, é uma forma de organização do trabalho que nasceu na Toyota, no Japão após o ano de 1945 e que, muito rapidamente, se propagou para as grandes companhias daquele país. O Toyotismo reinaugurou um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais valia. “Nesse novo modelo, a produção em série e de massa do fordismo são substituídos pela flexibilização da produção pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade e por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 1999, p. 24).

de emprego, principalmente no momento de crises. O trabalhador e os sindicatos foram perdendo forças contra os artifícios do modelo neocapitalista criando novas categorias de trabalhadores como: terceirização, redução de salários, redução da jornada de trabalho com redução de salários, trabalhadores contratados por tempo parcial ou obra certa, trabalho temporário, férias coletivas, contratação de estagiários, investimentos e automação ou tecnologias para substituir o trabalhador.

O avanço capitalista no mundo criou rapidamente, novas exigências e novas configurações nas formas de organizar a produção e o trabalho. Em função da celeridade dos processos e da acirrada competitividade, formas mais flexíveis e modernas (neoliberais) passaram a nortear a produção, os processos de trabalho, e, por conseguinte, as relações trabalhistas. Criou-se uma via de mão-dupla pela qual transitam ao mesmo tempo, os interesses do Estado, do Capitalismo, do Mercado, e; por outro lado, para atender as demandas de todos aqueles, caminha o trabalho, travestido por várias novas formas, na maioria, contrárias aos anseios e aos limites do trabalhador.

A flexibilização é, portanto, o carro-chefe do neoliberalismo, mas a palavra controle continua forte. Logo, as novas formas criadas não são garantia de emprego ou de direitos. Ao contrário, a luta atual é reduzir os salários a seu mínimo físico, entretanto, exercendo controle sobre o trabalho, provocando a luta de classes que alias passa a depender cada vez mais das condições do ambiente político e ideológico. Isso é buscado através da força sindical, em confronto com os anseios do capital. Mas, com tantas variáveis acercando os ambientes, surgiram novos espaços para uma nova ofensiva do capital, provocando crises no sindicalismo.

Com a interferência de tantas variáveis e com o avanço do capitalismo neoliberal, o sindicalismo brasileiro enfrentou e enfrenta crises, até ideológicas. Sua postura passou a ser essencialmente defensivista, focada na defesa de direitos trabalhistas, quase que restrito às relações interorganizações. O medo do desemprego redefiniu suas ações, abdicando de valores políticos importantes. Mantidos praticamente pelo Estado, mentor do neoliberalismo, passaram a jogar o jogo ditado pelas corporações.

Na verdade, por trás do *defensivismo de novo tipo* oculta-se a incapacidade estratégica do sindicalismo brasileiro em adotar posturas de confronto diante da nova ofensiva do capital, que se caracteriza pelo debilitamento do coletivo do trabalho organizado, principalmente através do desemprego e da terceirização, num cenário de ajuste neoliberal e inovações organizacionais e tecnológicas nas grandes empresas (ALVES, 1998, p. 109).

Perdido nesse cenário o sindicalismo tentou reverter situações, colocando-se ao lado da política, momento em que chamou de “sindicalismo de resultado”, com vários líderes sindicais migrando para partidos políticos. Isso também não mudou o quadro (ALVES, 1998, p.109)

Bihr (1998) afirma que a crise no capitalismo é uma crise de modelo, e que a solução para o problema é estabelecer que um outro modelo pode ser concebido, em seus diferentes elementos constitutivos.

Vejo que mudar o modelo do sistema sindicalista no Brasil é muito difícil, em função dos contrastes políticos e de objetivos que existem entre algumas agremiações sindicais. O capitalismo de certa forma sustenta os sindicatos, fato que os leva a servir o sistema. O que se observa, em alguns movimentos são reivindicações de curto prazo, nada condizente com perspectivas de mudanças nos rumos sindicais. Nada de estratégico, e não há nenhum sinal de defesa das ideologias proletárias, do realismo exequível, muito menos sobre um eventual extremismo de ruptura com o capitalismo.

De certa forma, o fortalecimento do “sindicalismo de resultados”, adveio com o maior espaço público ocupado por seus principais representantes: Luiz Antonio de Medeiros, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Antonio Rogério Magri; ex-presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Os dois apoiaram a candidatura de Collor de Melo. Eleito, Collor indicou Magri para o cargo de Ministro do Trabalho e da Previdência Social, em 1990.

O enfraquecimento crescente do movimento sindical, como força política capaz de articular interesses coletivos, mobilizar trabalhadores em diferentes níveis (empresa, categoria, região, estado e País), homogeneizar demandas, e generalizar conquistas para distintas categorias de trabalhadores, está entre as manifestações mais visíveis da crise do sindicalismo nos anos 90. Assim, a postura do trabalhador foi ficar na defensiva, para, sobretudo, manter direitos e conquistas trabalhistas do passado. De forma geral, as maiores dificuldades de expressão do movimento sindical dos anos 1990, estiveram associadas às derrotas eleitorais de Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições para presidente da República em 1989, 1994 e 1998.

Os principais indicadores do enfraquecimento progressivo do sindicalismo brasileiro na época são:

- Redução do número de greves;
- Diminuição da taxa de sindicalização de trabalhadores urbanos;

- Crescimento das negociações coletivas de trabalho, mas com maior fragmentação, estabilidade na quantidade das cláusulas acordadas, e dificuldades de manter cláusulas sociais conquistadas nos anos 80;
- Maior participação da Justiça do Trabalho nos conflitos trabalhistas.

Ainda Bihr (1998, p. 187), enfatiza que a primeira medida a ser tomada pelo sindicalismo para retomar suas funções e representatividade é defender a tese de que o trabalhador deve trabalhar menos, para sobrar espaços e vagas para outros trabalhadores, para que ninguém fique condenado ao desemprego e à instabilidade. Outra sugestão vai ao encontro do que pensa o Estado, ou seja, reduzir ao máximo possível trabalhadores que vivem às custas do Estado como parasitas. Tem sentido suas proposições, entretanto, nenhuma delas resgata, a filosofia trabalhista do passado. Mas é bem realista e atende os fundamentos do neocapitalismo.

Não vejo nisso a recuperação do controle do processo de trabalho, assim como, uma reestruturação do trabalho e da produção, mesmo com outras medidas paralelas, levando-se em conta que a inserção, a organização e distribuição da força do trabalho, continuarão nas mãos do capitalismo.

Bihr (1998, p. 117) lembra, ainda, que a transnacionalização do capital e suas implicações institucionais representam um fator de desestabilização do movimento operário herdado do período fordista.

Alves (1998) entende que o novo padrão de acumulação flexível imposto nos anos 90, atinge diretamente um dos principais atores sociais da luta pela democratização da sociedade brasileira na década de 1980 – o *sindicalismo de classe* – trazendo novos desafios para a classe trabalhadora brasileira.

A partir de 1990, ocorreram várias fusões, incorporações de empresas, principalmente no setor bancário, a partir do Plano Real. As inovações organizacionais, os novos métodos de gerenciar os processos (do trabalho e da produção), foi um marco na racionalização dos custos para maximizar a lucratividade produtiva, mais uma vez fragilizando o posicionamento do trabalhador.

1.8 A particularidade do trabalho docente

Qual é a finalidade do trabalho, para o trabalhador? Segundo Antunes (2009, p. 136), “o fato de buscar a produção e a reprodução de sua vida societal por meio do trabalho e luta

por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução". O pressuposto é, então, que o trabalho cria no indivíduo novas objetividades que formam ou norteiam toda sua relação social.

Continuando com o raciocínio do mesmo autor:

Em Lukács, os vínculos entre subjetividade e trabalho são indissociáveis. Assim, tanto na gênese do ser social quanto no seu desenvolvimento e no próprio processo emancipatório, o trabalho como momento fundante da própria subjetividade humana, por meio da contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da vida societal, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante (ANTUNES, 2009, p. 161).

Mas, a partir daí, nascem novos questionamentos sobre o que trabalhador faz com o seu estoque de valores, crenças, subjetividades e traços culturais adquiridos ao longo de sua existência, no momento em que cria, via trabalho, novos tipos e novas finalidades de vida e de convivência social, fundados no trabalho e no ambiente em que atua. Tirar ou mudar, no seu todo tais simbologias, é, na verdade, amputar do homem, elementos determinantes de seu conjunto formativo e afetivo social, pois, na verdade, falta-nos pensar sobre as conexões mais profundas existentes entre o trabalho e a ampla liberdade do indivíduo.

Assemelha que os esforços empreendidos pelas organizações capitalistas em proporcionar melhores condições de trabalho ao trabalhador, exigir qualificação e dedicação extrema às causas da empresa, fidelidade objetiva e subjetiva, não passa de uma forma de alienar o trabalhador aos ditames do capitalismo e da organização, dividindo aquele Ser "inteiro" desejado, mudando sua práxis social e suas relações com a família e com o meio ambiente.

Isso é uma fábrica de conflitos teleológicos, considerando que nem todos os indivíduos assimilam uma comunicação de forma igual e uniforme. Não dá para afirmar que o trabalhador submetido a tal regime, possua autonomia. É a reificação produzida pelo capitalismo, de acordo com a teoria marxista. De acordo com Antunes: "Se a questão da escolha é feita em um alto nível de abstração, estando completamente divorciada do concreto, perdendo toda conexão com a realidade, ela se torna uma especulação vazia [...] a liberdade é, em ultima instância, um desejo de alterar a realidade" (ANTUNES, 2009, p. 144).

A dinâmica do capitalismo nunca deixará de ser polêmica tendo o trabalhador e o trabalho como agentes, porque pode ser observada sob vários ângulos: i) organização da produção e do trabalho; ii) sob a ótica política; iii) sob a ótica econômica; iv) sob a ótica social; e v) sob a ótica da organização da produção e do trabalho, como discutido linhas atrás.

Alves faz duas análises interessantes:

Nos primórdios dos anos noventa, o neoliberalismo já demonstrava não ser capaz de impedir instabilidades críticas do capitalismo mundial [...] Muito pelo contrário, tendia agravá-las já que as políticas de ajustes neoliberais tendem a conduzir o sistema capitalista mundial a impasses de natureza política e social crescentes, com o incremento da desigualdade e exclusão social (ALVES, 1998, p. 111).

Por outro lado, para o autor isso não impede que, sob a lógica do capital, que alguns analistas possam proclamar o sucesso do neoliberalismo, baseados no diagnóstico de derrubada da inflação, privatização, disciplina fiscal e monetária e abertura comercial (ALVES, 1998).

Ocorre que os problemas sociais, a pobreza e o desemprego, parecem crescer mais ainda (segundo, *pari passu*, as reformas de mercado), completa o autor. Realmente a retomada do crescimento na década de 1990 não alterou de forma significativa o quadro de pobreza, sob a égide do capitalismo-cassino, mencionado acima, para compensar a diminuição constante dos lucros industriais.

Por outro lado, embora o DIEESE mostre que dos anos 1990 para cá houve um significativo aumento de renda e ampliação da malha de proteção ao trabalhador, esses dados, apresentados de forma absoluta deixam margem de dúvida porque não existe cientificamente falando, nenhuma solidez na perenidade de tais benefícios, em função de não se levar em conta a redução de investimentos públicos e privados e os seus efeitos nas políticas econômicas subsequentes.

O que se pode afirmar é que o trabalhador foi prejudicado em todos os modelos de organização do trabalho e da produção, principalmente no capitalismo fragilizado diante da supremacia do capital sobre o trabalho. Não se pode negar que o trabalhador deixou de atuar e de ser visto, como um homem total. Este homem total é chamado por Max de “indivíduo por inteiro”. Com isso, concorda Bühr (1998, p. 185): “o mesmo realismo exige, enfim, considerar que a relação de forças continua amplamente desfavorável”.

Pelas lições de Kanaane (2008), o homem se revela por vários aspectos, posições, ações, atitudes e comportamentos. Por isso, conhecer a sua totalidade é um verdadeiro desafio. Kanaane (2008) ressalta que considerar o homem sob perspectiva integral envolve dois aspectos: o homem enquanto ser social e o homem enquanto político.

Enquanto Ser social o homem deve ser olhado através das múltiplas interações que o mesmo estabelece com os diferentes contextos dos quais ele faz parte: o Estado, a sociedade,

os grupos sociais, a comunidade, a família, as relações interpessoais – e, também, especificar os níveis de interação que gradativamente se vão constituído. Os laços com os citados contextos crescem à medida que o homem incorpora-se em cada um deles. Esta multiplicidade orienta para a necessidade do homem se reciclar e redefinir suas posições repensando os vínculos inerentes às relações estabelecidas.

Os papéis sociais explicam o grau de diversidade existente, cuja maior ou menor flexibilidade e maleabilidade manifestada pelo indivíduo no desempenho dos papéis retrata o grau de sociabilidade necessária para incorporar as mudanças que se fizeram necessárias.

O Ser político é visto como uma perspectiva ampla e contempla a dimensão internacional e os fatos associados às questões comunitárias e necessidades grupais. As concepções políticas ensejam movimentos sociais que retratam a mobilização individual ou grupal, na tentativa de atender aos anseios e às expectativas dos membros da comunidade e, em especial, da comunidade empresarial.

Vários são os movimentos do indivíduo no sentido de buscar espaços para exercer a cidadania no sentido de compartilhar objetivos e metas. A influência do neoliberalismo não foi diferente, principalmente como Ser político.

Kanaane (2008) afirma ainda que a participação é o envolvimento do indivíduo no processo de trabalho, e é um dos pontos primordiais para o alcance da integração homem/produção. A participação está relacionada com a distribuição do poder, de autoridade, de propriedade, de coordenação e de integração no processo de tomada de decisão. A participação é o ato de influir, exercer controle, ter poder, estar envolvido ativamente; é a capacidade de influenciar ou de exercer controle sobre uma ação que, em última instância, indica o grau de comprometimento de uma pessoa ou de um grupo sobre uma decisão organizacional.

A submissão do trabalhador e de suas representações às regras do neoliberalismo tirou-lhe parte dos requisitos que o torna um Ser social, afetando principalmente a sua cultura por restrições nas relações afetivas dentro e fora da organização. Perdeu também sua força política não somente no seio das organizações, como através de suas representações, contaminadas pelas regras impostas pelo capital.

A substituição tecnológica, a automação, a flexibilização e a concentração do poder, pelas regras do capitalismo, acabaram em reduzir o seu poder de barganha, o poder de reclamar, o poder de pedir, criando na verdade, um fosso entre ele e a produção, dominada por normas do sistema, e reduzindo sua participação política.

Em resumo pode-se dizer que a chamada 2^a Revolução Industrial do século XX legou para o século seguinte necessidades supremas de mudanças na organização do trabalho e da produção, sobretudo, criando uma nova estrutura do trabalho (especialização, nas tarefas, automação da produção). As consequências são claras: maior precisão e rapidez na produção, criação de empregos especializados, redução dos postos de trabalho, aumento do desemprego, e aumento da concentração de capital.

Kanaane (2008) afirma por tudo isso que o trabalhador se viu diante de várias representações sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo, como: i) o trabalho como fonte de prazer e satisfação; ii) o trabalho aliado às perspectivas de progresso e de desenvolvimento pessoal; iii) o trabalho como auto realização, auto atualização e desafios; e iv) o trabalho considerado elemento de sobrevivência, em que os fatores: salário, segurança, poder, *status*, afiliação, entre outros.

Em suma, procedendo a uma análise rápida e considerando a visão de Teixeira (2000), Alves (2010), Kanaane (2008), Tofler (1980), dentre outros, o trabalho não é para o trabalhador apenas um fim, é um meio. É um meio de se realizar financeira, social e politicamente, de sobreviver com dignidade. Em decorrência dessa compreensão evidencia-se, a partir dos anos 1990, as críticas ao fenômeno capitalista, principalmente no instante neoliberal, que impedia o trabalhador de atingir grande parte de suas realizações, e o que é mais grave, com arrocho dos salários, por diversos meios.

Marx (2011) traduz de forma indiscutível os fundamentos do capitalismo, no que se refere à participação do trabalhador no sistema. Para ele, enquanto o capitalista pode completar os seus rendimentos com lucros (terra e indústria) com o seu negócio, com juros do capital, o trabalhador não tem terra (para produzir) nem mesmo juros para completar o seu salário enquanto trabalhador. Ressalta que é isso que provoca a concorrência entre os trabalhadores, que lutam pelo mesmo espaço.

O texto parece ter sido escrito hoje. É o retrato atual do capitalismo onde predomina o capital, e que as mudanças provocadas pela reestruturação dos processos de produção e organizacionais provocam uma distribuição desigual e acumulação de riquezas por parte do trabalhador, contra a qual não tem forças para lutar. A única forma de concorrer entre os trabalhadores são as exigências de aumento na capacidade de produzir mais, com menos recursos, alta especialização e atendimento às demais normas do sistema.

O manuscrito de Marx (2011) deixa claro que, mesmo atendendo os preceitos do sistema, o salário é suficiente apenas para a sobrevivência necessária para criar a família do trabalhador. Mais uma vez fica claro que a desvalorização do trabalhador começa pela própria

remuneração, meio indispensável para satisfazer não somente as necessidades básicas, como também um dos componentes-meio para suprir o elenco de satisfações que o trabalhador almeja, para se tornar um Ser total (social e político). Se não há como lutar, em igualdade de condições pelo próprio salário, os espaços nos meios familiares, sociais e políticos são ainda menores e mais desumanos. Sem isso, vaticina Marx, há perigos na existência futura da categoria de trabalhadores.

O sistema capitalista faz lembrar as ideias de Marx de que o homem também faz parte da lei da oferta e da procura. Se o sistema demanda menos trabalhadores a oferta social aumenta e provoca uma crise de concorrência na classe e uma consequente desvalorização, aviltando os salários e as demais fontes de remuneração do trabalho. É a transformação do trabalhador em mercadoria. Por isso, não é raro no sistema, tratar o trabalhador como recurso, como se fosse uma mercadoria ou um recurso material ou até patrimonial.

Numa abordagem mais técnica, analisando os componentes do lucro (preço, custos e despesas), pelo sistema, o trabalhador não ganha necessariamente quando o capitalista consegue manter ou maximizar o preço acima do preço natural, mas perde se a organização entra na zona de resultados negativos.

Para Antunes (2009), o que ocorreu foi um processo múltiplo na estruturação do trabalho no séc. XX. Afirma:

[...] de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente (mas não só) nos países de capitalismo avançado. Por outro lado, ocorreu um processo de intensificação de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado. Efetivou-se também uma expressiva “terceirização” do trabalho em diversos setores produtivos, bem como uma enorme ampliação de assalariamento no setor de serviços; verificou-se igualmente uma significativa heterogeneização do trabalho expressa pela crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário (ANTUNES, 2009, p. 207).

O que o autor disse, sintetizando, é que houve desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial e aumento da classe que vive do trabalho.

A defesa Marxista vai além, condicionando a redução da renda do trabalhador por fenômenos conjunturais como a inflação, crises financeiras globais, queda na demanda dentre outras. São casos em que a corrosão de sua remuneração, não pode ser protegida porque o trabalhador não possui as fontes primárias de rendas como terras, e sobremaneira fontes alternativas como os juros para recompor a sua renda. Hoje nada disso é diferente.

Marx (1998, p. 121) leciona que “a divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando assim, necessária a transformação desta em dinheiro. Ao mesmo tempo, torna aleatória essa transsubstanciação”. Realmente é impossível tornar visível o valor do produto do trabalho aos olhos sociais, mesmo com a divisão do trabalho. Entretanto, sob a ótica de mercado – modelo capitalista – este valor é claramente conhecido em todas as suas fases, não cumprindo apenas com os anseios filosóficos sobre o valor do trabalho.

Muito comum no sistema capitalista/neoliberal é a especialização como determinante da remuneração do trabalhador. Isso, evidentemente provoca uma diferenciação nos salários via categorização de tarefas ou funções. Assim, são determinantes das satisfações dos trabalhadores todas as diferenças cognitivas, os saberes, e as condições e suas representações psicossociais sobre o trabalho.

Contrapondo tudo isso, Marx ressalta que o capital inerte do capitalista permanece inalterado. Assim, pode-se inferir que o trabalhador fica sufocado por suas próprias abstrações e desejos quando se depara com a inércia do capital.

Em Marx (1988), ele explica melhor sua visão sobre o capitalista, foco de suas críticas mais duras, quando o possuidor do dinheiro se torna capitalista.

O conteúdo objetivo da circulação em causa – expansão do valor – é a sua finalidade subjetiva. Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência (MARX, 1988, p. 172).

Fica bastante clara a posição de combate à inércia do dinheiro, quando não é aplicado em fatores produtivos, geradores de emprego e renda. Isso, muitas vezes gera certa confusão conceitual sobre o capitalismo, suas formas e suas relações com o trabalho ou mesmo, com a divisão do trabalho.

Sob a ótica dos economistas, ensejamos discussões interessantes levantadas pelas referências feitas por Max a diversos pensadores a respeito da diminuição da pobreza via aumento dos rendimentos do trabalhador. Assim referencia Marx: “Ainda que fosse tão verdade como na verdade é falso que os rendimentos médios de *todas* as classes da sociedade tivessem aumentado, a disparidade de rendimentos teria ainda crescido e, consequentemente, o contraste entre a riqueza e a pobreza surgiria com maior evidência” (MARX, 2011, p. 73).

O autor complementa que “[...] tudo é comparado ao trabalho e que o capital nada mais é do que o trabalho acumulado” mas acrescenta logo a seguir que “[...] o trabalho, longe

de ter possibilidade de comprar tudo, deve antes vender a si mesmo e a sua humanidade” (MARX, 2011, p. 73). A diferença está na condição de acumular os resultados do trabalho, principalmente e condições totalmente antagônicas.

Realmente, a distância do crescimento da renda do capitalista e o salário do trabalhador é aritmética, enquanto a distância entre ambos da capacidade de acumular renda é geométrica. Em sistemas em que o domínio é do capital, uma equação de equilíbrio é impossível de acontecer. Entretanto, o neoliberalismo apregoa que os membros da equação são absolutamente proporcionais com propriedade absoluta, na defesa de sua participação no crescimento do trabalhador, quando a economia global dá sinais de crescimento ou recuperação.

Marx completa a avaliação do economista dizendo:

Digo, entretanto, que o trabalho em si, não só nas atuais condições, mas globalmente, à medida que sua finalidade se resume ao aumento da riqueza, é danoso e insalubre, e que tal conclusão se tira do próprio argumento do econcomista, se bem que ele não lhe tenha percebido [...] A renda e o lucro, em teoria, são *descontos* que os salários precisam tolerar. (MARX, 2011, p. 71)

Conclui dizendo que “a economia política analisa o trabalho abstratamente como uma coisa. O trabalho é mercadoria: se o preço é elevado a procura é grande, e se o preço é baixo a oferta é grande” (MARX, 2011, p. 71). Assim, se dá a concorrência entre o trabalhador e o próprio trabalhador provocando o que é bom para o capitalista, a redução do preço do trabalho. Constitui-se em melhor meio para o capitalista para regular seus lucros.

E, se esta disputa é melhor para o capitalista, nem sempre é melhor para a sociedade, porque o aumento do lucro é bom para a prosperidade do capitalista o que não é, necessariamente melhoria de vida para a sociedade. Aliás, o neoliberalismo prega uma acumulação de capital calcada em tais fundamentos, via redução dos custos do trabalho.

Nos estudos de Marx (2011, p. 130), algumas realidades sobre o neocapitalismo são terríveis para a sociedade. O autor conclui que o trabalho é o sacrifício do capital e que se divide entre trabalho e salário. Diz ele: “o próprio trabalhador é um capital, uma mercadoria. Choque das oposições mútuas”. Isso não era diferente nos sistemas produtivos anteriores, e não mudou com o surgimento do capitalismo ao contrário, mais do que nunca o trabalhador é um ativo, remunerado de acordo com as condições socioeconômicas do capitalista, que é regulado pelo mercado.

Podemos dizer que a relação dinheiro, mercadoria, trabalhador é na verdade um encontro de disponibilidades e um jogo de liberdades.

Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, e de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias, à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender (MARX, 1988, p. 189).

Nada disso é novo. A liberdade de vender a sua força de trabalho não significa sua liberdade total. A verdade é que no novo modelo, para seguir comportamentos modernos os papéis profissionais, se manifestam no interjogo de papéis, facilitando desta forma, a interdependência dos diversos setores, a partir de tais relacionamentos.

A interdependência tende a criar uma zona de indefinição entre eles, ou seja, uma zona em que os papéis não ficam claramente definidos se são do gerente ou do subordinado; se são do trabalhador ou do sindicato. Estas indefinições criam um clima de total submissão. É o resumo dos papéis do trabalhador diante do sistema.

CAPÍTULO 2 - IMPACTOS DA MUDANÇA DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE A PARTIR DO ANO 2002

Do final da década de 1960 até meados da década de 1970, o Brasil viveu um dos períodos mais promissores de seu desenvolvimento econômico, por força das mudanças nas estruturas produtivas, comerciais e financeiras: promovendo a reestruturação da produção e do trabalho. O Estado foi decisivo nesse processo através de políticas de incentivo à industrialização e à abertura de mercados; incentivos à adoção e novas tecnologias, fatos que despertaram nas empresas multinacionais o desejo de se instalarem no país.

A partir da década de 1970, o acesso ao crédito internacional ou externo se tornou mais fácil e as políticas menos restritivas às importações de novas tecnologias permitiram um desenvolvimento considerável na economia brasileira. No todo, o foco principal das participações do Estado para fortalecer o setor produtivo, era fortalecer o comércio exterior. Esse crescimento econômico e a internacionalização da economia, para alguns, foi o maior legado do Regime Militar; para outros foi um verdadeiro desastre para o trabalhador que é a base de mudanças, numa reestruturação econômica e/ou democrática.

O que aconteceu foi uma total reestruturação da produção e do trabalho. Sobre a origem do novo processo de organizar a produção e o trabalho, Previtalli (2002) explica que por não poder eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, o capital precisou aumentar a utilização e a produtividade do trabalho. Tanto que o que se observa nessa nova fase de reestruturação do capital, é a redução do tempo de trabalho operacional direto, característica do taylorismo/fordismo, combinada a multifuncionalidade, flexibilidade e participação direta do trabalhador nos processos operacionais, características inerentes ao toyotismo.

As dificuldades e as fragilidades do trabalhador diante do novo sistema foram muitas, como: pelas novas habilidades que deveria adquirir, por maior produtividade que deveria responder, pela perda de cargos e de funções e, sobremodo pela valorização que não era correspondente. A formação de um mercado de trabalho mais heterogêneo e qualificado, exigindo maiores níveis de escolaridade e habilidades, tornou-se a ordem do dia, impactando na qualidade e na quantidade do trabalho e sua organização na produção (PREVITALLI, 2002).

As mudanças, fundadas no modelo de capitalismo transnacionalizado, regado por ideias neoliberais provocaram mudanças significativas nos processos do trabalho e nas relações trabalhistas⁴.

Entretanto, as questões sobre as condições de trabalho ou do embate entre o capital e o trabalho, não é criação do modelo toyotista de organizar a produção e o trabalho. Hirata (1994, p. 129) alerta ao falar do modelo anterior:

Desses trabalhadores se exigia (e se exige, pois o fordismo não se conjuga inteiramente no passado...) um cumprimento rigoroso das normas operatórias, segundo um *one best way*, a prescrição das tarefas e a disciplina no seu cumprimento, a não-comunicação, isolamento, proibição de diálogos durante o trabalho em linha etc.

Seguindo a mesma linha, a literatura a respeito das mudanças socioeconômicas ocorridas a partir dos anos 1990 tem discutido os eventos e os seus efeitos, polarizando as discussões entre o capital e o trabalho; este, como responsável pela degradação, precarização, desvalorização, e até por violência contra o trabalhador pela exploração de sua força, dentre outros adjetivos. As mudanças ocorreram de forma muito rápida, acompanhando o ritmo do avanço capitalista no mundo. De acordo com Freeman e Perez (1988), a emersão de um novo paradigma técnico-econômico surgiu em detrimento do antigo paradigma, a partir da difusão de novas tecnologias da informação, ora transformando os setores da economia já existentes, ora oportunizando a formação de novos, mas sempre considerando: redução de custos; disponibilidade de fornecimento por períodos prolongados; e potencial para uso em novos processos. Sobre isso, as elucidações de Freeman e Perez são claras.

(...) a formação de um novo sistema tecnológico têm consequências para todos os setores da economia e sua difusão é acompanhada de uma crise estrutural de ajustamento em que mudanças sócio-políticas, em âmbito institucional, são necessárias para a formação de um novo paradigma de regulação de uma nova ordem. O conjunto dessas mudanças leva à formação de um paradigma técnico-econômico ou revolução tecnológica que envolve todos os setores da economia, destruindo alguns e criando outros, bem como mudanças nas instituições sociais e políticas. (FREEMAN; PEREZ, 1988, p. 10)

⁴ O modelo anterior exigia do trabalhador alto grau de disciplina nas operações e no cumprimento das tarefas, minuciosamente detalhadas, concentração, não-comunicação, isolamento, proibição de diálogos durante o trabalho em linha. O modelo japonês, ao contrário, é marcado por uma nova lógica de utilização da força de trabalho. A divisão do trabalho seria menos rígida, maior integração e compartilhamento de funções. A adoção da automatização da produção se tornou uma realidade para a formação da mão de obra. Resumidamente, o novo sistema de organização do trabalho e da produção se tornou bem mais flexível, sob a ótica das reações trabalhistas.

Cabe ressaltar, de acordo com Previtalli (2002), que as diferenças políticas e sócio-institucionais de cada país exercem considerável influência na forma e no grau de difusão do novo paradigma. A velocidade dessas mudanças assustou e ainda assusta. Hirata faz um recorte interessante na história sobre a transição entre os dois modelos:

Este "novo conceito de produção", segundo H. Kern e M. Schumann, representaria uma ruptura com o taylorismo e o fordismo, com uma nova lógica de utilização da força de trabalho. A divisão do trabalho seria menos pronunciada do que no taylorismo, uma maior integração de funções se tornando perceptível! A automatização da produção é considerada como representando tendencialmente um impulso para a formação e para a reprofissionalização da mão de obra direta, nos três ramos industriais estudados por esses autores (química, máquinas-ferramentas, automobilística), mesmo naqueles setores onde a mão de obra não qualificada representa ainda a maioria dos efetivos (54 %), como na indústria automobilística alemã (cf. M. Schumann, 1989:8) (HIRATA, 1994, p. 129).

As mudanças nos processos de organizar a produção e o trabalho nos anos 1990 resultaram numa ruptura do modelo sócio produtivo taylorista/fordista, para um modelo inspirado no modelo japonês – toyotismo – focado na produtividade, competitividade, internacionalização e liberalidade. Assim, todos os agentes socioeconômicos, tiveram que mudar rapidamente, em função da ruptura entre o passado e o futuro. As grandes vicissitudes das mudanças defendidas por uns, não foram vistas da mesma forma, na visão de outros.

A ruptura entre o passado e o futuro – brecha trazida pelo esfacelamento da tradição intelectual que não tem categorias suficientemente abrangentes para lidar de maneira apropriada com o ineditismo das experiências políticas do século XX. A violência é a multiplicação dos meios da revolução tecnológica – intromissão da violência criminosa na política. – Instigar a violência de resistência. (ARENNDT, 2013, p. 11)

Historicamente, Hirata (1994, p. 129) revela no seu trabalho que:

As novas modalidades de organização e desenvolvimento industrial, alternativas ao paradigma fordista, foram conceptualizadas no inicio dos anos oitenta como o modelo da "especialização flexível" por economistas como M. Piore e Ch. Sabel (1984) nos Estados Unidos e como um "novo conceito de produção" por sociólogos como H. Kern e M. Schumann (1984) na Alemanha.

Nesse grupo de trabalhadores está o docente, cujas atribuições se tornaram mais difíceis e penalizadas pelo sistema em ascensão, e irreversíveis, sob a ótica de ser o

responsável por formar mão de obra e, mais do que isso, construir homens para atender às necessidades do sistema. As dificuldades adaptativas, às novas formações técnicas e cognitivas; a leitura e a interpretação dos novos projetos de objetivos globais; os valores e as crenças institucionais; as condições e a qualidade de vida no trabalho; e o provável questionamento de seus valores, são evidências que nos permitem teorizar que as novas ordens e formas de organização da produção e do trabalho, provocaram violentas mudanças e reações, no *status quo* do docente.

É provável, assim, que o trabalho do professor tenha também, se tornado mais precário. Porém, a história, as concepções sobre o trabalho, certamente não serão iguais, porque depende do macroambiente e do microcosmos onde o educador atua, e somente o docente poderá contá-la. E é a partir dos fatores acima, aliados ao cenário das reconfigurações socioeconômicas do mundo e do Brasil, discutidas no Capítulo 1, que se propõe levantar e discutir os impactos da mudança do modelo de organização da produção e do trabalho, sobre a profissão docente, a partir do ano 2002; tendo como objeto de estudo, professores de uma Universidade Federal de Uberlândia.

A princípio, o trabalho do docente poderia servir para ilustrar bem o que representa o novo modelo de trabalho inspirado no modelo japonês. Afinal, imagina-se que o trabalho docente é um intercâmbio de saberes e conhecimentos de vários professores com o mesmo objetivo, de formar indivíduos de acordo com prescrições unificadas do sistema. Imagina-se, sobremodo, a autonomia total do professor quando na verdade isso não ocorre. Ao contrário do que descreve Hirata, abaixo, não há, dado as especificidades de cada professor, a chamada rotação de tarefas (não cabe ao professor, a não ser em relação à produção do aluno, o controle dos processos educativos integrais e a manutenção do seu controle de qualidade).

As características da organização do trabalho da empresa japonesa em ruptura com o taylorismo e o fordismo são essencialmente o trabalho cooperativo em equipe, a falta de demarcação das tarefas a partir dos postos de trabalho e tarefas prescritas a indivíduos, o que implica num funcionamento fundado sobre a polivalência e a rotação de tarefas (de fabricação, de manutenção, de controle de qualidade e de gestão da produção) (HIRATA, 1994, p. 129).

Entretanto, é precoce a ideia de concordar com essas afirmações sobre o trabalho do docente, como trataremos à parte; é muito provável que ele não se enquadre ainda na nova lógica de autonomia pregada pelo novo modelo, em função das dependências e das ingerências que recebe.

2.1 Os papéis do Estado e a educação universitária

Nesse contexto, parece-nos que o Estado buscou coordenar e reordenar as suas políticas internas e externas, e dentre elas a política educacional, estabelecendo-se novas diretrizes para a educação brasileira (ALMEIDA, 2002 apud RODRIGUES, 1982). Foi neste momento que começaram a aparecer os convênios firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da *Agency for International Development* (AID) entre 1964 a 1968 com o objetivo de qualificar a mão de obra para atender os avanços do processo de industrialização e acelerar o desenvolvimento nacional. As reformas tinham como principal objetivo acelerar e mudar o ensino/universidade – para um eixo formativo que atendesse as demandas globalizantes do avanço capitalista.

A intervenção do Estado foi e é importante, considerando que a globalização dos mercados e das pessoas coloca os países menos desenvolvidos numa arena perigosa. Adequar-se às normas e comportamentos dos mercados e competir com economias maduras – já desenvolvidas, é um desafio para aqueles países, nos quais se enquadra o Brasil. Competir dentro de um mercado onde participam as maiores economias do mundo, assemelha-me, como defende Arendt, que pode se tornar uma violência contra os agentes que produzem produtos, serviços e conhecimentos (negócios). É uma verdadeira guerra, sem armas.

Que a guerra seja a *ultima ratio*, a velha continuação da política por meio da violência dos negócios externos dos países subdesenvolvidos, não constitui argumento contra sua caducidade; e o fato de que apenas pequenos países sem armas nucleares ou biológicas possam ainda realizá-la não é nenhum consolo. Não é segredo para ninguém que o famoso evento casual pode mais provavelmente aparecer naquelas partes do mundo em que o velho adágio “não há alternativa à vitória” guarda alto grau de plausibilidade (ARENNDT, 2013, p. 20).

Mas o momento exigia muita participação e pulso do Estado, para tentar igualar a corrida em tal competição. Ocorre que esta participação requer postura e assessorias compatíveis com o tamanho do Estado e a magnitude do desafio que a economia vai enfrentar. Arendt (2013, p. 21) afirma que:

Em tais circunstâncias, nada pode ser mais assustador do que o constante crescimento do prestígio dos assessores de mentalidade científica nos conselhos do governo nas últimas décadas. O problema não que eles tenham sangue-frio suficiente para “pensar o impensável”, mas, sim, que eles não pensam.

As mudanças não param e, por isso, era preciso pensar, e pensar rapidamente, para encontrar os caminhos mais curtos para se chegar aos objetivos maiores traçados pelo Estado e para os mercados. Essa era a vantagem do técnico com funções não científicas, o qual não trabalha com hipóteses, somente com soluções de problemas presentes e pontuados, dando ao Estado, o poder de direção voltada para o apoio ao capitalismo e assessorado, por interesses da classe dominante. Sem discutir o mérito, isso coloca em cheque as teorias marxistas, no que se refere ao valor do trabalho, variável esquecida, em tais situações.

A consciência geral de que a presença do Estado além de importante era inevitável naquele momento, despertava a consciência de qualquer projeto desenvolvimentista não logra resultados positivos senão, pela principal via de construção do desenvolvimento: a educação. No caso uma educação forjada na pressa, na tecnologia, e compatível com as demandas do Estado e da classe dominante. A partir de então, segundo Romanelli:

E em função daqueles acordos, fez-se necessário adequar a educação brasileira ao interesse do desenvolvimento capitalista da época, a exemplo do que aconteceu em todos os países periféricos. O objetivo central foi promover a adequação dos sistemas sociais aos processos de uniformização, promovido pelo capitalismo internacional, via importação de novas técnicas de ensino redirecionando o ensino e a pesquisa (ROMANELLI, 1987, p. 223).

Derivada deste cenário, “A reforma Universitária de 1968”, sob a égide da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, foi a que causou maior impacto na educação do país. A reforma visou transformar a universidade brasileira em uma universidade voltada para a produção de tecnologias, ajustada às exigências da modernização acelerada (ROMANELLI, 1987).

Sob a ótica de Arendt, pode-se dizer que a Reforma Universitária foi uma violência contra os fundamentos do trabalho. Ela veio simplesmente para alinhar os objetivos do ensino superior aos objetivos do capitalismo e do país. Sem dúvida foi um passo gigantesco para delinear novas formas de ensinar a organização do trabalho e da produção, mas, para atender os interesses econômicos e políticos maiores do que os interesses do aprendiz e do professor.

Pelos objetivos da lei, a despeito do espírito moderno, o seu conteúdo não deixou de representar uma violência contra o trabalhador e, evidentemente, contra o professor que faz parte desse grupo. A primeira forma de violência ficou caracterizada pela intromissão do Estado e das grandes corporações, nos processos e políticas educacionais e, principalmente, nas pesquisas. Em outras palavras, era o poder do Estado e das grandes corporações exercidos

sobre os processos acadêmicos, definindo praticamente, os seus projetos, processos e objetivos.

Arendt (2013, p. 11) acredita que: “Caracteriza violência como instrumental e ao diferenciá-la do poder (a capacidade de agir em conjunto); do vigor (que é algo no singular, como no caso do vigor físico de um indivíduo); da força (a energia liberada por movimentos físicos e sociais)”. No caso, o poder emergia da capacidade do Estado e das corporações ditarem conjuntamente normas, principalmente no desenvolvimento de tecnologias; e influenciar o ensino, políticas e processos, usando o trabalho e a produção – totalmente focados – em esforços sobre-humanos, para atingir os objetivos do Estado e do capitalismo mundial. Isso, com certeza, passou exigir do trabalhador maior vigor nas suas atividades de labor e maior produtividade.

Posto que a violência – distintamente do poder, da força ou do vigor – sempre necessita de *implementos* (como Engels observou há muito tempo), a revolução tecnológica, uma revolução na fabricação dos instrumentos, foi especialmente notada na guerra. A própria substância da ação violenta é regida pela categoria meio-fim, cuja principal característica, quando aplicada nos negócios humanos, foi sempre a de que o fim corre o perigo de ser suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo. Visto que o fim da ação humana, distintamente dos produtos finais da fabricação, nunca pode ser previsto de maneira confiável, os meios utilizados para alcançar os objetivos políticos são muito frequentemente de mais relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos (ARENDT, 2013, p. 18).

Os implementos característicos da violência são, portanto, as pressões sobre os trabalhadores de todas as áreas, porque eles são os instrumentos sobre os quais pesarão as ações exigidas pela revolução tecnológica, e pelas mudanças na organização do trabalho e da produção, visando maior produtividade, novas habilidades, conhecimentos e novos objetivos. Essa situação permite vislumbrar que as ações e exigências do trabalhador são de certa forma muito bruscas e pesadas – no sentido de consumir sua força braçal e intelectual.

Os objetivos políticos das reformas na universidade, voltadas para a produção de tecnologias para atender as demandas e as mudanças no mundo produtivo visando o futuro do país no cenário mundial, dão a conotação de relevância maior deste objetivo, do que os objetivos do trabalhador e do próprio setor produtivo, embora seja dependente dos dois. A revolução tecnológica, as mudanças nos processos de ensino, focados nas novas formas de organizar a produção e o trabalho, são meios mais importantes para alcançar os objetivos políticos pretendidos pelo país, por isso justificam-se por si mesmos. A flexibilidade na

organização do trabalho e da produção é feita de forma violenta no que se refere ao dispêndio de esforços (físicos e mentais), pelo trabalhador. Isso não é diferente no trabalho docente, principalmente, forjado pelas vontades e necessidades do Estado.

Menga e Boing (2004, p. 1163) declararam que “a estatização foi um passo rumo à profissionalização, porque significou o rompimento dessa relação vocacional”. Mas, os autores lembram que segundo Nóvoa, o processo de estatização não foi capaz de levar adiante a construção de uma codificação deontológica da profissão, como têm as profissões liberais atuais. A explicação do autor para esse fato se dá pela imposição, na estatização, de instituições mediadoras da regulação. Não havia muita escolha, fato que coloca em plano secundário qualquer ideologia.

As diretrizes para o ensino superior, a partir da Constituição de 1998 foram baseadas na reforma universitária (1968), mantendo principalmente os objetivos maiores para a educação. Portanto, coube ao Estado como fomentador, organizador e regulador da educação, a iniciativa de aparelhar o Brasil às novas demandas internas por mão de obra especializada, fator determinante para melhorar a competitividade de suas organizações. Ocorre que ao longo dos processos, várias intercorrências prejudicaram os objetivos, dentre elas, destaca o esgotamento do sistema de acumulação fordista.

Todas as mudanças em trânsito, como os avanços da globalização, a quedas de barreiras comerciais, e o acelerado avanço das tecnologias exigiam e concentravam-se cada vez mais no aumento da produção e no aparelhamento dos processos produtivos, para atingir a produtividade exigida pelo sistema produtivo. Tudo isso, lembrando a lição de Arendt (2013) que o fim da ação humana, distintamente dos produtos finais da fabricação, nunca pode ser previsto de maneira confiável, os meios utilizados para alcançar os objetivos políticos, várias intercorrências na aprendizagem devem ser pensadas, no sentido de produzir uma mão de obra mais confiável e como meio, adequada aos fins do sistema.

Uma intercorrência que prejudicou os projetos do Estado e do sistema capitalista foi que o ensino, mesmo depois da reforma, não conseguia produzir mão de obra e tecnologias com a mesma velocidade exigida pelo mercado. Por isso, o mundo do trabalho enfrentou ao longo das décadas 1980/1990, carências de mão de obra que atendesse as novas exigências para o trabalho e para a produção, prejudicando a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras, comparadas com as demais economias do mundo. O caminho era a educação. Foi um período em que do trabalho era exigido produtividade extraordinária, extrapolando horas e tempo nos processos, com desdobramentos violentos no bem-estar físico e mental do trabalhador, principalmente do docente.

Na verdade o desenvolvimento do país, sob a ótica estrutural do ensino e desenvolvimento tecnológico, já estava, teoricamente falando, defasado há aproximadamente 30 anos, após a reforma do ensino superior promovida pela Lei 5.540 de 1968, porque não andou na velocidade desejada. Era inevitável que surgisse um quadro crítico de carências, inclusive para mão de obra docente, problema que poderia ser resolvido somente pela reforma da Universidade e do ensino estrutural. E o Estado não poderia falhar com o setor produtivo, sob pena de ficar à margem do comércio internacional.

As necessidades de mudanças no sistema de ensino levaram à edição da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBE) com o objetivo de adequar a educação às rápidas modificações que ocorriam no cenário socioeconômico mundial. Implica no fato de que, mais uma vez, percebeu-se que o Estado deveria nortear as mudanças necessárias e que elas somente aconteceriam via ensino e educação.

Mas os objetivos da classe dominante e do sistema permaneciam os mesmos, agora inovados pela ampliação e instrumentos e ações necessários à melhoria da competitividade do país, no cenário do comércio mundial. A reforma provocou mais uma busca mudança nos processos de organização produtiva, exigindo muito mais do ensino e logicamente da aprendizagem. As preocupações com todos os problemas mencionados, e com a formação para o mundo do trabalho vieram mais explícitas na referida lei. Já no seu Art. 1º:

Art. 1º - A educação envolve processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e as manifestações culturais.

§ 1º - Esta lei disciplina a educação escolar, que desenvolve predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º - A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Várias leituras podem ser feitas sobre o citado conteúdo da nova LDBE. No *caput* do artigo, é possível deduzir que o objeto da lei é um processo formativo, levando a mediação reflexiva de todas as realidades difusas na sociedade. No seu parágrafo primeiro a lei elege como local das discussões ou mediações, ou educação escolar as instituições próprias. Finalmente, o parágrafo segundo apresenta a vinculação da educação – ensino para atender as demandas do mundo produtivo (do trabalho).

2.2 A Organização do trabalho nas instituições de educação

Pela lei, como visto, o local de ensinar é na escola. É, portanto, nesse local em que o professor desenvolve as suas atividades, fato que nos permite, preliminarmente, vislumbrar uma atividade subordinada, hierarquizada e interativa. Menga e Boing destacam o entendimento de Isambert, Jamati e Tanguy (1990, p. 233-234).

As autoras também insistem sobre a importância de se considerar a atuação dos professores dentro de um sistema subordinado à regularização pelo Estado, o que impõe limites à sua autonomia como grupo ocupacional. Em contrapartida, do fato de trabalharem em um estabelecimento decorrem inúmeras influências sobre a atuação dos profissionais da educação, integrados em uma rede de interação com colegas, alunos, funcionários, pais, enfim, um microcosmo que é preciso conhecer de perto para se entender melhor essa ocupação (MENGA; BOING, 2004, p. 1163).

Na verdade, a interação mencionada é também uma incógnita, quando colocados os diferentes objetivos da escola e dos agentes que nela atuam. Cabe ressaltar que as tecnologias começaram a interferir no microcosmo da escola, inclusive, como instrumento de integração e é por isso que não é fácil entender a ocupação e a inter-relação dos agentes que se tornam cada vez mais, automatizadas e frias.

Mészáros (1998) defende que a flexibilidade horizontal, de acordo com a conveniência da organização, faz do trabalho capitalista organizado de uma única forma horizontal, o que significa multiplicidade de jornadas coexistentes e cooperantes que podem ser supervisionadas lado a lado. Tal arranjo abre espaços para a automação e uso de tecnologias que substituem o homem, violentando os espaços do trabalhador.

Nesse grupo de trabalhadores está o docente, cujas atribuições se tornaram mais difíceis e penalizadas pelo sistema em ascensão, e irreversível, sob a ótica de ser o responsável por formar mão de obra e, mais do que isso, construir homens para atender às necessidades do sistema. As dificuldades adaptativas, as novas formações, a leitura e a interpretação dos novos projetos de objetivos globais, os valores e as crenças institucionais, as condições e a qualidade de vida no trabalho, o questionamento de seus valores, são evidências que nos permitem teorizar que as novas ordens e formas de organização da produção e do trabalho, provocaram violentas mudanças e reações, no *status quo* do docente.

É óbvio que o local de trabalho do professor, a escola, é também uma organização que deve ser organizada e gerida de acordo com suas diretrizes – missão e objetivos. Tardif e Lessard (2007, p. 23) concordam que a “organização do trabalho nas instituições de ensino é negligenciada. Para eles o professor serve apenas como referência implícita ou parcial para a

discussão do currículo, das disciplinas da didática ou das estratégias pedagógicas". Para os autores, isso representa um perigo que ameaça a pesquisa sobre a docência e, mais amplamente, toda pesquisa sobre educação, é o perigo da abstração: elas se fundamentam as mais das vezes sobre abstrações – a pedagogia, a didática, a tecnologia do ensino, o conhecimento, a cognição, a aprendizagem, etc.

A ideia acima parte do pressuposto que os fatos estão ocorrendo em uma instituição que segue religiosamente os processos necessários. Há instituições nas quais os professores são admitidos atendendo as normas de admissão, mas que na verdade não conhecem as diretrizes da escola; recebem o seu plano de ensino pronto, sem participar de sua construção; desconhecem os regimentos e normas, logo, ficam totalmente isolados, criando, assim, vários desvios na sua identidade e nos processos em que atua.

Tudo isso, sem levar em consideração fenômenos como: o tempo de trabalho do professor; o número de alunos, suas dificuldades e suas diferenças; a disciplina a cumprir e sua posição e natureza nos processos gerais; os recursos disponíveis; as dificuldades presentes; a relação com os colegas de trabalho e com os especialistas; os conhecimentos dos agentes escolares; o controle da administração do colegiado e da escola; a burocracia; a divisão e a especialização do trabalho dentre outras. Por esses indicadores pode-se verificar que não são poucos os processos, que exigem e pesam sobremaneira, a organização da instituição e do trabalho docente.

Esse imperativo é tanto ou mais importante por ser a escola, ligada historicamente ao progresso da sociedade industrial e dos Estados modernos. Historicamente falando, a organização da escola tem sido concebida, tanto nas suas formas quanto no conteúdo, estritamente relacionada aos modelos organizacionais do trabalho produtivo e à regulamentação dos comportamentos e atitudes que sustentam a racionalização das sociedades modernas pelo Estado (TARDIF; LESSARD, 2007).

Desta forma, os autores acima salientam que pode-se dizer que a escola e o ensino tem sido historicamente invadidos e continuam ainda a sê-lo, por modelos de gestão e de execução do trabalho oriundos diretamente do contexto industrial e de outras organizações econômicas hegemônicas.

Ao contrário, nas sociedades de serviços – logicamente de outros serviços – ainda segundo Tardif e Lessard (2007), grupos de profissionais, cientistas e técnicos ocupam progressivamente posições importantes e até dominantes em relação aos produtores de bens materiais. Esses grupos criam e controlam o conhecimento teórico, técnico e prático

necessário às decisões, às inovações, ao planejamento das mudanças sociais e à gestão do crescimento cognitivo e tecnológico.

Essas atividades estão relacionadas historicamente às profissões e aos profissionais que são representantes típicos dos novos grupos de especialistas na gestão de problemas econômicos e sociais com o auxílio de conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. Entendo que refletem a importância dos ofícios e das profissões que tem seres humanos como objeto de trabalho (Gerentes, Diretores, Recursos Humanos, etc.). Evidentemente que isso representa a hierarquização de todos os processos em uma instituição de ensino, constituindo várias camadas de dominação ao docente.

2.3 Os papéis do professor no atual modelo de ensino

Na prática, outorgou-se às Universidades o papel de produzir ciência via pesquisas, principalmente voltada para a inovação tecnológica; enquanto as Instituições Isoladas Ensino cuidariam da formação de mão de obra mais técnica e prática (formativa), para atender com maior rapidez as mudanças para os novos processos produtivos.

Almeida (2002, p. 53) consegue traduzir exatamente a questão central de tais *papéis*:

Verifica-se o advento de uma era que a informação científica tem sido central, tanto para a conquista e manutenção de hegemonia política (caráter estratégico das ciências sociais e da mídia), quanto para a dominação econômica, no sentido de incrementar a produção, aumentando a eficácia e a competitividade das empresas.

Por tudo isso, no que se refere ao trabalho docente, as mudanças sobre o objeto e sobre os objetivos do ensino, parecem ter criado um grande imbróglio sobre “o que” o professor terá que aprender e ensinar. Deduz-se que, pelas disposições da lei, os papéis do professor universitário se tornaram mais complexos e amplos, sob o ponto de vista do ensino e da pesquisa.

Observa-se ainda, que o seu *locus* deixou de ser apenas a Universidade, obrigando-o a conhecer, compreender e monitorar os movimentos de todos os ambientes, onde o homem permeia e o ensino existe (família, sociedade, organizações, etc.), mediando as discussões e soluções de problemas reais que ocorrem na sociedade. Isto sem se esquecer do vínculo com o sistema produtivo, exigido pela educação formativa.

A escola se transformou numa mediadora de conhecimentos, saberes e experiências oriundas da família, da convivência humana, do trabalho, dos movimentos sociais e das demais organizações. Infere-se que não basta ao professor universitário, passar apenas conhecimentos específicos e técnicos de sua área de estudo, mas também esse profissional se viu na contingência de criar um trabalhador munido de conhecimentos inovadores, flexibilidade, incorporado de valores, atitudes e múltiplas habilidades.

A carga de trabalho e de novos objetivos para o professor, traçados pelo sistema, aumenta pelo objetivo de formar indivíduos íntegros, conscientes; e capazes de agregar maior valor econômico aos bens e serviços produzidos pelo mundo capitalista. O trabalho docente tem as responsabilidades aumentadas, pois se estabelece pelo fulcro de levar o aprendiz a aprender com maestria, a racionalizar os processos produtivos, e a gerar maiores resultados econômicos para o País e para as organizações. Não seria exagero afirmar que a formação humana cedeu espaço para a formação técnica, violentando inclusive, objetivos, ideologias e valores, do docente universitário. Mas, o crescimento dos mercados e de seus limites geográficos fez, de acordo com Almeida (2002), que os países se vissem obrigados a aceitar a universalização do capitalismo e manter a sua identidade e soberania, o que exige estratégias próprias, locais e em blocos regionais.

No âmbito da organização do trabalho e da produção as principais mudanças visando maior competitividade e lucratividade observadas por Kanaane (2008) foram:

- Enxugamento dos fatores produtivos (*lean production*);
- Disseminação da terceirização, fugindo do foco da empresa via subcontratação.
- A qualidade de tarefas simultâneas torna a delegação, mais do que nunca, um instrumento poderoso e necessário;
- A participação “times” tem sido praticamente virtual, o que tem levado os executivos a defender boas ideias, delegando para os colaboradores condições para desenvolvimento;
- O executivo tende a abdicar dos tradicionais símbolos de *status* (sala exclusiva, mesa grande, etc.) adotando flexibilidade e criatividade no dia-a-dia de trabalho.
- A tecnologia tem possibilitado a caracterização do escritório itinerante, ligado à rede da empresa e qualquer lugar de trabalho.

O elenco de mudanças citadas pelo autor sinaliza também um leque de violências impostas ou praticadas contra o trabalhador e contra o docente que se vê obrigado a admiti-las de alguma forma no seu trabalho.

Kanaane (2008) acredita que do lado do trabalhador, onde culturalmente o docente se coloca, algumas exigências deram-lhe novas características profissiográficas, essencialmente definitivas para o setor produtivo, como ser mais polivalente e flexível; hábil no uso de ferramentas flexíveis e; para gerar resultado do trabalho e produtos mais flexíveis, sobremodo inovador e criativo, para atender à redução do ciclo de vida dos produtos e serviços.

Mas é impossível sentir-se bem, trabalhando num ambiente que objetiva ensinar e produzir pessoas para o desemprego, em função dos fatores profissiográficos que o trabalhador deve possuir, e; que aliado à tecnologia, à inovação, propõe reduzir drasticamente os espaços para o trabalho e a exclusão do homem dos processos produtivos, embora maximizando a produção, a qualidade, e a produtividade. Entretanto, no âmbito sociopolítico, alguns problemas começaram a perturbar o trabalhador, suas posições no mundo do trabalho, e suas representações. Primeiramente, o setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas prejudicam também a qualidade nos contratos de trabalho. Consequentemente, na pressão exercida pelo setor produtivo, os sindicatos passam a lutar para desvincilar de práticas marcadas pelo grande porte das empresas, e pela falta de organização nos locais de trabalho, que os estava levando a uma diminuição na sindicalização. Finalmente, o desemprego e a informalização, corroendo grandemente o poder de agenciamento dos sindicatos, enfraquecia por consequência, o próprio trabalhador.

Em tese, todas as alterações ou mudanças em andamento, nos processos de desenvolvimento do mundo socioeconômico, deveriam ser absorvidas pelo docente, não somente por força de lei, mas sobremodo pelos novos papéis que deveria desempenhar a partir daquele momento. Entretanto, isso não poderia ocorrer num curto prazo e muito menos por imposições do sistema vez que, as mudanças não envolviam apenas conhecimentos. Era preciso adequar-se à nova visão de mundo socioeconômico, incorporando novos valores, habilidades, atitudes e procedimentos (KANAANE, 2008). Preliminarmente, somente pesquisando o professor universitário, conseguiremos conhecer, compreender e quiçá, avaliar as influências das mudanças sobre o seu trabalho.

Kanaane (2008), entretanto, relata que os valores não são incorporados em sua totalidade pelo homem. Ele os incorpora segundo critérios preestabelecidos pelo grupo social, representando-os a partir da abstração de elementos retirados das realidades, relacionados à experiência direta, aos objetos (estímulos), às instituições e ao processo de comunicação social. Não se pode negar que a proposta capitalista neoliberal contém uma gama de disposições que contrariam total e filosoficamente, o professor universitário. O autor entende

que as relações estabelecidas no ambiente de trabalho tendem a estar associadas à experiência de vida; isto nos leva a crer que a conduta é caracterizada por um conjunto de condicionamentos e aprendizados que afetam sistematicamente as interações sociais e profissionais.

É razoável admitir então, que a redução dos caminhos para formar o homem, através de novos modelos de ensino e de instituições, tenha sido a principal mudança trazida pela nova LDB/1996, que mais impactou as funções do docente. Com certeza a valorização do homem, do profissional e é lógico do professor, deve caminhar à frente da valorização do capitalismo (empresas). Mas a questão é tão intrigante que não há consenso nas discussões se o magistério é um trabalho ou uma profissão.

Não há historicamente falando, uma única definição absoluta para o trabalho nem para o trabalhador. Há sim, conveniências ideológicas que rotulam a produção como trabalho, ou de capitalista, e o homem que movimenta e transforma os fatores produtivos, como trabalhador. Isso estigmatizou a produção de bens materiais como trabalho, sem menção a um eventual trabalho secundário ou intelectual que estaria por traz daquela produção.

O fato de estar envolvido por relações sociais de produção que definiam o trabalhador, e mais do que isso, o cidadão. Essas relações sociais de produção, por sua vez, eram vistas como o coração mesmo da sociedade, e o trabalho produtivo, como o setor social mais essencial, aquele pelo qual se garantiam ao mesmo tempo a produção econômica da sociedade e seu desenvolvimento material. Na verdade, é ainda a mesma visão que está por trás, hoje, das ideologias desenvolvimentistas e neoliberais. (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 16).

Se incorporar aos processos já representava um grande desafio para o docente, incorporar às mudanças exigia um desafio maior ainda. Como relata Kanaane (2008), os papéis profissionais se manifestam no interjogo de papéis, criando interdependências que às vezes não são aceitas ou incorporadas pelos agentes que participam do jogo.

A interdependência tende a criar uma zona de indefinição entre eles, ou seja, uma zona em que os papéis não ficam claramente definidos ou se estão atingindo os objetivos propostos. Assim, o professor universitário entrou nesta rota de colisão com o Sistema vez que, várias mudanças confrontavam com seus princípios, valores e culturas diante dos objetivos neocapitalistas que nortearam as mudanças. Daí para frente os conflitos são inevitáveis.

Os primeiros passos da incorporação do docente ao novo cenário para entender os seus papéis, devem ter sido cercados de dúvidas e de incertezas. A estrutura e a dinâmica das

organizações inserem-se numa relação de reciprocidade e ambiguidade, que são preenchidas por posições, ora determinadas, ora espontâneas, pelos membros que dela fazem parte (KANAANE, 2008). Deduz-se que na verdade na relação do docente com o novo sistema não existia a reciprocidade desejada, quanto ao valor e a posição que lhe ficou reservada, proceder como o sistema determinava. As maiores dificuldades situavam-se na clareza dos objetivos das instituições de ensino, que em muitos pontos, formavam contrapontos à formação e à cultura e a filosofia do docente. Não é raro o docente assumir a sua posição – executar o conteúdo de sua disciplina – sem ter participado da elaboração do Plano de Ensino, da Ementa e dos conteúdos programáticos.

Não menos raro é inserir-se no ambiente da instituição sem conhecimento pleno de seus projetos, planos e objetivos institucionais. Mas o principal contraponto entre o sistema e os anseios do professor, foi a sua desvalorização e precarização do seu trabalho. Enquanto o sistema valoriza o capitalismo (empresas), o docente é obrigado a servi-lo, mas, sem o reconhecimento e valor que merece. Ou seja, o professor passou a trabalhar a favor de uma proposta que não acredita, que não ajudou a elaborar, que já veio com os caminhos e direções prontos, inibindo a própria criatividade profissional e intelectual.

Para Tardif e Lessard (2007), inúmeros estudos indicam que a integração do professor na vida da escola, e que diversos projetos de reforma de ensino esbarram em alguns fenômenos importantes, representam obstáculos à profissionalização do professor. Assim, a participação do professor na vida dos estabelecimentos fica reduzida, e a pesquisa fica aquém do projeto de edificação de uma base de conhecimentos profissional.

Além disso, muitos professores ficam amarrados à prática e métodos tradicionais de ensino, enquanto os estabelecimentos escolares são, muitas vezes, refratários a reformas seja por inércia e costume, seja simplesmente porque não recebem recursos financeiros, materiais e temporais necessários para levá-las adiante.

Tardif e Lessard (2007, p. 27), reafirmam:

Enfim, a própria estruturação das organizações escolares e do trabalho dos professores se presta pouco a uma profissionalização séria desse ofício: fechados em suas classes, os professores não têm nenhum controle sobre o que acontece fora delas; eles privilegiam, consequentemente, práticas marcadas pelo individualismo, ausência de colegialidade, o recurso à experiência profissional como critério de competência.

Assim, permeando todo esse contexto, o docente universitário com certeza, está atuando num ambiente precário, sem autonomia, desmotivado, desvalorizado e sem

perspectivas maiores, enquanto perdurarem os fundamentos neocapitalistas nos processos educacionais.

2.4 Desvalorização e precarização do trabalho docente?

Não se trata de uma afirmativa e sim de um questionamento. Antes de tudo, é unanimidade a ideia de que o professor deve ser valorizado. Como? primeiramente pelo saber, afinal, maior componente do seu portfólio de ensino. Ocorre que os processos educacionais, em grande parte, não conseguem valorar ou pelo menos traduzir esse saber em benefício para o docente. Não se conhece, exceto por titulação, formas de mensurar o saber de um docente, para colocá-lo no *ranking* de valores profissionais.

Menga e Boing (2004, p. 1174) tratam a questão assim:

Tratando do aspecto estratégico e da desvalorização do saber docente, Tardif et al. (1991), concluem que essa relação é, no mínimo, ambígua. Ao mesmo tempo em que se evidencia a importância do saber docente na sociedade da informação, percebe-se que a profissão de professor não mantém o mesmo prestígio social.

Menga e Boing (2004, p. 1174), lembram, nessa linha de pensamento, que Tardif et al (1991) apontam cinco elementos explicativos para tal ambiguidade.

Primeiro, por uma divisão do trabalho na qual os professores universitários foram assumindo a pesquisa e os professores da escola básica, a formação. Segundo, por causa da relação moderna entre saber e formação, deslocando o foco dos saberes em si para procedimentos de transmissão desses saberes. Terceiro, o aparecimento das ciências da educação, fazendo com que a pedagogia passasse a se subdividir em muitas especialidades. Quarto, pelo fato de as instituições escolares serem tratadas como uma questão pública. Finalmente, a desconfiança dos diversos grupos sociais com relação aos saberes transmitidos pela escola, por avaliarem que estes têm pouca aplicabilidade na sociedade atual (MENGA; BOING, 2004, p. 1174).

Realmente a divisão do trabalho docente, pela legislação, se tornou mais flexível e moderna, sem prejuízo, entretanto, de algumas disfunções, principalmente na prática. Na prática, a divisão criou ainda outras subdivisões, uma delas já é notória. As Universidades Federais, por exemplo, cumprem o seu papel e dedicam-se fundamentalmente às pesquisas. Entretanto, algumas universidades particulares ou IES assumem também, o papel de formação, para atender às demandas do mundo produtivo com maior velocidade.

O fato incontestável de que o saber transmitido tem pouca aplicabilidade na sociedade em que a instituição atua se dá, seguramente, pela visão estreita do capitalismo, pensador exclusivo de que os saberes só são válidos se servirem para resolver problemas, inerentes aos processos de gestão de organizações. Talvez essa posição venha a ser futuramente um grande erro da história da educação, infelizmente aos olhos de quem não pensa na educação e sim, na mão de obra.

A asserção dos autores Menga e Boing (2004) confirma que realmente a precarização do trabalho docente acontece, e fortemente, dentre outras formas, pela própria estrutura organizacional das instituições de ensino, ao colocá-lo fora do seu organograma, às vezes por conveniência, desconhecimento, ou pelo equivocado modelo de gestão. Tudo sem levar em conta que a matéria prima para formar o aluno-homem, vem da própria sociedade. Não dá para pensar isoladamente na missão de ensinar. A rigor, na leitura sobre as novas necessidades do capitalismo, aparentemente, o ensino técnico, pelo menos a primeira vista, seria privilegiado e orientado pelo mercado, porque pode ser construído mais rapidamente e com menos recursos. Com isso a ciência seria o foco de formação, apenas, para as grandes corporações, que precisam ser grandes e estruturadas, e que para enfrentar e competir no mercado mundial precisam da pesquisa e do desenvolvimento de processos e de produtos.

Isso pode ser questionado, levando-se em conta o número de Institutos Federais instalados nos últimos anos. Entretanto, é óbvio que o desenvolvimento não depende apenas do conhecimento técnico. O que não se discute é a importância do conhecimento, seja técnico ou científico, para o desenvolvimento do capital e do sistema socioeconômico.

Entende-se que Almeida (2002), tem percepção semelhante de todas as dificuldades enfrentadas pelo docente universitário, a partir das mudanças, quando se valoriza a formação técnica, em detrimento (desvalorização) da informação científica. A autora afirma que o saber técnico-científico se torna um insumo produtivo. Mas, no fundo, parece cética quando afirma:

Contudo, por mais que se faça e fale em pesquisa industrial, a universidade apresenta-se como o centro de agenciamento do conhecimento. Tem sido seu papel não somente a formação de profissionais que atuam junto aos departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas, mas sobretudo o desenvolvimento da pesquisa básica que tem sido a ante-sala do desenvolvimento tecnológico. [...]

Verifica-se o advento de uma era em que a informação científica tem sido central, tanto para a conquista e manutenção de hegemonia política (caráter estratégico das ciências sociais e da mídia quanto para a dominação econômica, no sentido de incrementar a produção, aumentando a eficácia e a competitividade das empresas (ALMEIDA, 2002, p. 52).

A autora continua seu ensinamento:

Com o processo de globalização, um novo desafio se impõe às nações: abrir-se aos fluxos do mercado mundial promovido pela universalização do capitalismo e manter sua identidade e soberania, o que exige estratégias próprias, locais e em blocos regionais. No discurso *neoliberal*, pouco se fala de estratégia das nações. Fala-se muito em estratégias de empresas.

Com os objetivos diversos, o que realmente intriga é a baixa valorização do ensino e por consequência do docente. Tardif e Lessard (2007, p. 17) confirmam isso ao definirem a posição do ensino e do docente diante dos postulados (DE COSTER e PICHAUT, 1998; TOURAIN, 1998). Para eles “o ensino é visto como uma ocupação secundária ou periférica em relação ao trabalho material e produtivo. A docência e seus agentes ficam nisso subordinados à esfera da produção. Isso devido à missão de preparar os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho”.

Pode-se deduzir que o trabalho docente, como tantos outros que não produzem bens tangíveis, é considerado como trabalho improdutivo, a serviço do capitalismo, na missão de reproduzir força de trabalho necessária. Isto porque, em Marx (1980, p. 105): “O trabalhador produtivo é aquele que emprega a força de trabalho, que diretamente produz mais-valia; portanto só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital”.

Nesse sentido, mesmo produzindo mais-valia, o trabalho docente que é imaterial e intelectual, é considerado improdutivo porque não converge em meios de produção e de subsistência. Para ser considerado como produtivo, o trabalho tem que produzir mais-valia, devendo ser assalariado e objeto de troca de capital para capital produtivo. Ou seja, deve ao mesmo tempo produzir valores de uso e ser trocado por capital (ANTUNES, 2009).

Por isso, Tardif e Lessard (2007, p. 17), defendem a tese de que “longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, o trabalho docente constitui uma das chaves para a compreensão das transformações atuais da sociedade do trabalho”.

É nessa capacidade de ensinar e fazer compreender o homem, a natureza; de ensinar o homem a manuseá-la para transformá-la em um produto; de discutir os efeitos ou produto da interação dos dois, que faz do trabalho docente, a meu ver, transformar-se em um trabalho efetivamente primário. Sem ele, todos os demais processos não existiriam.

Ora, apesar de sua hegemonia, nossa tese é de que os modelos de trabalho material e tecnológico não podem explicar o processo do trabalho sem negá-lo ou desfigurá-lo, quando acontece num contexto de interações humanas, como é o caso do trabalho docente. Com efeito, ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos. – Essa impregnação do trabalho pelo “objeto humano” merece ser problematizada por estar no centro do trabalho docente (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 31).

Os relatos e discussões sinalizam que não há uma divergência entre os objetivos do ensino, da ciência e pesquisa. Mas fica muito claro que tanto o conhecimento técnico, como o conhecimento científico, no sistema capitalista, funde-se por um elo indissolúvel, sobrevalorando interesses do Estado e das grandes empresas, em detrimento da valorização do homem e por consequência, do docente. Ele deve servir o sistema. Isso está muito claro na visão de Almeida.

Se do ponto de vista epistêmico, pode-se fazer uma competição entre hipóteses e teorias, do ponto de vista da pesquisa tecnológica, principalmente no início do século XX, em que estão envolvidas a existência e a inter-relação de duas práticas fundamentais, a científica e a tecnológica, a competição apresenta-se como elemento externo capaz de direcionar linha de empenho acadêmico (ALMEIDA, 2002, p. 57).

Apesar de recente regulamentação conforme a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, ainda não podemos dizer que já é possível transferir tecnologias desenvolvidas pela Universidade, para as empresas. Não se sabe, entretanto, o estágio da massificação deste procedimento, fato que mais uma vez, restringe o campo de trabalho e de satisfação no trabalho do docente, maculada pela disparidade de interesses e propósitos. Finalmente, o professor universitário-pesquisador, desprovido de valor e objetivos, limita-se ao trabalho de consultoria, embora ávido por discussões locais, mesmo que vivendo num ambiente globalizado. Talvez esse seja um grande nicho para pesquisas sobre a educação, particularizada pelos afazeres do docente universitário.

Depreende-se que foi exatamente no momento em que a produção dos serviços (intelectual) começaram a superar a produção produtos (material), o trabalho do professor passou a ser o principal elemento de discussão sobre o trabalho pois, afinal é ele que forma o trabalhador. Tardif e Lessard (2007 p. 15) defendem este status crescente das profissões humanas interativas na organização socioeconômica. O docente foi, portanto, decisivo em todas as fases da organização do trabalho e da produção. A questão epistemológica é, portanto, a posição distorcida do capitalismo na valorização do docente e do ensino.

Em Menga e Boing (2004, p. 1165):

Também as diferentes exigências de formação, seja quanto à duração, seja quanto ao nível das instituições formadoras, acabam determinando diferenças e hierarquias, num corpo docente que não constitui uma força unida, como acontece, por exemplo, no caso dos médicos.

A subordinação estrita a normas e diretrizes emanadas do Ministério da Educação e de seus órgãos também explica grande parte da falta de autonomia de um grupo ocupacional, distante da situação de independência de um grupo profissional, que se autodetermina, se autocontrola e se autoconduz ao desenvolvimento. A falta de uma unidade de forças contribui para a desvalorização da profissão.

Mesmo diante de tantas dificuldades, empecilhos para o professor exercer o seu ofício, com certeza haverá um grande número de pessoas que não aceitam que existe precarização no trabalho docente. Como qualquer tema, está sujeito a contrapontos, talvez quando é levado em conta apenas um nível de escola; as condições físicas das instituições; a segurança e/ou os salários pagos aos docentes das universidades, dentre outras necessidades para o desempenho do trabalho.

Menga e Boing (2004, p.1160), no trabalho intitulado “Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes”, cuja temática central é discutir a questão da precarização do trabalho docente, tendo como pano de fundo o conceito de profissão, dão excelentes contribuições para o assunto. Suas contribuições e a de vários estudiosos aos quais recorrem, sobre a formação do docente, condições de trabalho, identidade, socialização, profissionalismo, saberes e desenvolvimento profissional, profissionalização, convergem perfeitamente com os objetivos do presente estudo, que é o de buscar, conhecer e compreender, a visão do próprio docente universitário sobre alguns dos subtemas mencionados, componentes ou não, de uma possível precarização do trabalho docente.

Inobstante o termo violência seja muito forte, conhecendo as diferentes formas em que ela é praticada, amenizam o conceito. Pode-se imaginar, por exemplo, que o professor sinta-se violentado por um sistema, que o obrigue a contrariar seus princípios e valores no exercício de suas funções, de forma a servir pura e simplesmente as demandas da classe capitalista dominante. É claro que isso implica em uma visão muito particular do docente, sobre as condições gerais que regem o seu trabalho, e sobre o sistema no qual ele se insere. São suas concepções sobre o trabalho e suas subjetividades que determinam sua verdadeira posição.

A margem da docência universitária, Tardif e Lessard (2007, p. 22), afirmam que: “É preciso considerar que grande parte dos professores – básico e fundamental – infantil –

primárias – secundárias – pré-escolar – tem mais de um emprego e precisam cumprir dois ou três contratos semanalmente para receber um salário decente”.

Isso é o mínimo, diante dos inúmeros fatores discutidos, um que provoca reflexões sobre a precarização, desumanização, desvalorização e violência contra o docente. Apesar de tudo, ele continua como figura central na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, mesmo sobrevivendo num ambiente totalmente desfavorável, dominado e moldado pelo rigor do poder capitalista.

Não há dúvida de que é possível criar condições sob as quais os homens são desumanizados – tais como os campos de concentração, a tortura, a fome - mas isso não significa que eles se tornem semelhantes a animais; e, sob tais condições, o mais claro indício de desumanização não são a raiva e a violência, mas a sua ausência conspícuia. A raiva não é, de modo algum, uma reação automática à miséria e ao sofrimento [...] ou a condições sociais que parecem imutáveis. A raiva aparece quando há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas mas não são (ARENDT, 2013, p. 81).

A constatação de que as condições de trabalho do docente pioraram, começa exatamente pelas coisas mais simples. É o que mostra Menga e Boing (2004, p. 1160): “à parte a nostalgia, que em geral valoriza mais o que já passou (“a minha escola”, “a minha professora”...), não é difícil constatar a perda de prestígio, de poder aquisitivo, de condições de vida e sobretudo de respeito e satisfação no exercício do magistério hoje”.

Mesmo assim, e longe de ser um grupo de trabalhadores economicamente reacionário, como pensa a classe dominante - a profissão de professor (periférica ou secundária) em relação à produção material: “os agentes escolares constituem hoje, tanto por causa do número como de sua função, uma das principais peças da economia das sociedades modernas avançadas” (TARFIF; LESSARD, 2007, p. 22).

2.5 Profissionalização do docente e seu trabalho

Já percebemos a dificuldade de conceituar e definir o trabalho do magistério. Outro grande problema diz respeito à identificação de eventos ou fatos que demonstrem sua desprofissionalização ou a precarização do seu trabalho. Menga e Boing (2004) insistem na busca do entendimento do valor do trabalho docente, inspirados no trabalho de Viviane Isambert-Jamati:

No caso, trata-se da ideia de “desprofissionalização” do magistério, apresentada por ela em um curso para alunos de pós-graduação, ministrado

em parceria com Lucie Tanguy (Isambert-Jamati & Tanguy, 1990). Ela lançou a ideia de que, possivelmente, tenha havido um recuo, um retrocesso no processo de profissionalização dos professores na França, uma “desprofissionalização”. Vamos examinar as suas principais razões para levantar tal hipótese e tentar visualizar como elas se refletem, ou não, na situação de nossos professores (MENGA; BOING, 2004, p. 1162).

Verificar isso, no Brasil, principalmente em função de suas peculiaridades socioeconômicas ocorridas a partir do ano 2002 é muito interessante, como resposta se há e quais são os impactos, provocados pela reestruturação da produção e do trabalho, no trabalho docente.

Menga e Boing (2004) encontram apoio no texto de Bourdoncle (1991), que propõe:

Uma tripla distinção entre profissionalidade, profissionismo e profissionalismo, no campo do estudo das profissões. Profissionalidade, termo de origem italiana e introduzido no Brasil pela via francesa, está associado às instabilidades e ambigüidades que envolvem o trabalho em tempos neoliberais, e geralmente vem colocado como uma evolução da ideia de qualificação, como vimos acima. Profissionismo ou corporatismo são neologismos ligados a estratégias e retóricas coletivas que tentam transformar uma atividade em profissão. O que ocorre claramente pela ação dos sindicatos e das corporações para inculcar no métier um estatuto profissional, para transformar o trabalho especializado em efetivo exercício da profissão. Por essa via, o profissional em formação vai entendendo as exigências profissionais coletivas (MENGA; BOING, 2004, p. 1173).

Sob a ótica de vivermos um estado de ambiguidades e instabilidades, provocado pelo sistema capitalista-neoliberal, a literatura está a ensinar que a profissão docente é na verdade uma profissionalidade, portanto à frente de uma simples profissão. Outra variável, nas análises sobre a profissão docente, é apresentada pelas autoras Jamati e Tanguy (1990). De acordo com a pesquisa de Menga e Boing (2004), onde as autoras:

Apresentam algumas restrições importantes de sua análise. A primeira refere-se ao próprio uso da noção de “profissão”, bastante útil para uma análise sociológica, contanto que se respeitem seus limites. Essa noção, tomada em um sentido forte, é, em parte, uma construção ideológica elaborada pelos próprios interessados. Ela supõe um caráter eminentemente social, reposando sobre uma pura competência (MENGA; BOING, 2004, p. 1163).

Completam o raciocínio:

Ora, essa neutralidade é particularmente contestável quando se trata de professores, de qualquer nível. (...) Eles não ensinam puros saberes científicos, tratados como independentes de um quadro social. Eles ensinam,

ao mesmo tempo, ideias, elementos ideológicos e propõem modelos de comportamento. É o que faz a sua dignidade de educadores, mas aí também não se trata de pura competência, intercambiável de um professor a outro (JAMATI e TANGUY apud MENGA e BOING, 2004, p. 1173).

A posição dos autores reforça a ideia defendida neste trabalho, de que a função do docente é mediar as realidades que existem na sociedade transformando-as em objeto de estudo, de ensino, e de soluções de problemas criados pela própria sociedade. O docente universitário desenvolve um trabalho que é intercambiável, não somente com os colegas, com a escola, mas com toda sociedade. Soma-se a isso, as suas subjetividades, elemento que deve ser levantado nos estudos, indispensável para se acercar de sua verdadeira concepção sobre o trabalho docente. Entende-se que na concepção de Menga e Boing, isso seria “profissionalidade”.

Por outro lado, a profissionalização do docente está ligada ao estabelecimento de ensino. Menga e Boing (2004, p. 1174), afirmam que não se pode falar de profissionalização docente sem se referir ao estabelecimento de ensino. Existe uma íntima relação entre o estabelecimento de ensino e a profissionalização docente. A escola é praticamente o único espaço onde o professor é considerado profissional ou onde dele se exige, pelo menos, um comportamento profissional (BOING, 2002).

Quando se fala de profissionalização, a qualquer momento encontramos um fio condutor entre o trabalho docente e as exigências formativas, impostas pelo sistema capitalista. Menga e Boing (2004, p. 1165) tentam desvendar a fragilidade da organização do trabalho docente, como elemento que desvaloriza a profissão, como é o caso da falta de autonomia de organizar a atividade pedagógica.

Também as diferentes exigências de formação, seja quanto à duração, seja quanto ao nível das instituições formadoras, acabam determinando diferenças e hierarquias, num corpo docente que não constitui uma força una, como acontece, por exemplo, no caso dos médicos. A subordinação estrita a normas e diretrizes emanadas do Ministério da Educação e de seus órgãos também explica grande parte da falta de autonomia de um grupo ocupacional, distante da situação de independência de um grupo profissional, que se autodetermina, se autocontrola e se autoconduz ao desenvolvimento (MENGA e BOING 2004, p. 1165).

É evidente que no atual sistema de ensino, regulado pelo Estado e dependente do sistema capitalista para atuar, foram surgindo diversas especialidades no ensino que levaram as instituições a criar cursos com duração diferente, com metodologia de ensino diferente para formação diferente, fatos que diversificaram muito as estruturas organizacionais das

instituições de ensino. Há estruturas que exigem elementos preparados para a gestão de colegiados; em que existem Núcleo Estruturante de Ensino - NDE; que exigem um diretor administrativo; um inspetor; um reitor e um pró-reitor, um coordenador do curso; etc. Tais estruturas são hierarquizadas, demandando formações diferentes, embora, como defendido pelos autores, efetivamente a gestão de uma instituição não se constitui por uma força una. Os reflexos sobre as condições de trabalho do docente são inevitáveis, principalmente considerando sua individualidade, e os instrumentos de delegação na própria instituição.

Para Hirata,

As qualificações exigidas no interior desse "novo modelo produtivo", representado pelo modelo empresarial japonês, contrastam fortemente com aquelas relacionadas com a lógica taylorista de remuneração, de definição de postos de trabalho e de competências: trata-se da capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e consertar, de administrar a produção e a qualidade a partir da linha, isto é, ser simultaneamente operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro.[...] (HIRATA, 1994, p.130).

Por analogia, o docente deve ser preparado ou requalificado, para ser um “coringa” dentro do sistema da Instituição, porque não dizer responsável por tudo. O problema está na contraprestação que lhe é dada.

Essas novas condições de requalificação leva a discussão para o campo da sociologia das qualificações – a uma superação do paradigma da polarização das qualificações dominante desde o fim dos anos setenta, e a emergência do modelo de competência” [...] A competência é uma noção oriunda do discurso empresarial nos últimos dez anos e retomada em seguida por economistas e sociólogos na França (cf. M. Dadoy, 1990). (HIRATA, 1994, p. 132)

Instalava-se assim a era da competência, modelo a ser seguido para a qualificação do docente e para o resultado que teria que mostrar, de seu trabalho. Sem, contudo, não lhe oferecer um espaço para negociar as condições, para o desempenho do seu trabalho.

É como nos ensina Hirata (1994), baseada em Zarifian (1992), o modelo da competência é muito difícil de ser praticado, se não se verificam soluções (negociadas) a toda uma série de problemas; sobretudo o de um desenvolvimento não remunerado das competências dos trabalhadores na base da competência. A falta de incentivo e de respostas à valorização do docente, mesmo quando requalificado para competência, não encontra eco nas instituições, na dimensão que ele merecer.

Na outra ponta está o sistema social que, muda e inova diuturnamente, criando novas demandas profissionais, exigindo por consequência, um aprendizado diferente. A partir deste raciocínio há uma inevitável fragmentação na classe de docentes. Aliás, percebem-se algumas discussões teóricas em torno das diferenças conceituais entre o trabalho que produz os produtos industriais, do trabalho que não produz bens tangíveis, o ensino por exemplo.

Tardif e Lessard (2007, p.31) lecionam: “No caso do trabalho industrial, seu objeto concerne realidades tangíveis, materiais, que possuem substância e uma forma determinadas, definidas, fixas [...] Essas coisas são manipuladas fisicamente”.

Tardif e Lessard (2007) confirmam a ideia, dizendo que o trabalho sobre símbolos remete a processos cognitivos baseados em informações, conhecimentos, concepções, ideias, etc. É ligado a atividades como a observação, a compreensão, a interpretação, a análise e a criação intelectual. Dá para entender que o aprendizado não é literalmente, fruto de um trabalho material, mas é ele que da forma a um Ser político e social, revestido da matéria “homem”.

Tardif e Lessard (2007) ressaltam ainda que atualmente, muitos autores inspirados nas ciências cognitivas procuram definir a docência como um trabalho. O trabalho é baseado no tratamento de informações diversas, que utiliza material simbólico (programas, livros) e cujo objetivo é propriamente simbólico: favorecer a aquisição de uma certa cultura, permitir a construção do conhecimento.

Assim, pode-se afirmar que o trabalho docente é realmente de um mediador das realidades sociais. O trabalho cognitivo alimenta-se na maior parte das vezes, de informações, conhecimentos e saberes, interiorizados pelo docente, advindos do cotidiano social, analisados e traduzidos por sua cognição, subjetividades, no sentido de permitir que um Ser construa o próprio conhecimento. Entretanto, esse processo de conhecer, compreender, aplicar, sintetizar e analisar, requer vários trabalhos adjacentes pouco percebidos, como o é a própria essência, para transformar os dados e as informações sociais em matéria-prima do ensino.

Mas o trabalho não se limita nem basta pelo cognitivo de tradução e mediação. Ao adentrar em uma sala de aula, depois de um trabalho até maior do que este, o docente assume um papel quase que de manipulador para mobilizar o ensino. Sobre isso, Tardif e Lessard (2007, p. 32) pontuam:

Como dizíamos, os alunos são clientes forçados, obrigados que são ir para a escola. A centralidade da disciplina e da ordem do trabalho docente, bem como a necessidade quase constante de “motivar” os alunos, mostram que os professores confrontam com o problema da participação do seu objeto de

trabalho – os alunos – no trabalho de ensino e aprendizagem. Eles precisam convencer o aluno que “a escola é boa para eles”.

O trabalho docente é, portanto, uma atividade muito dinâmica que começa fora dos muros da escola, captando informações e conhecimentos difusos na sociedade, e termina no mesmo lugar, devolvendo à sociedade as soluções para os problemas, por ela produzidos, através dos conhecimentos produzidos (adquiridos) pelos aprendizes. Tardif e Lessard (2007, p. 35), confirmam: “a docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores”.

Sem discutir o mérito se o trabalho docente é material ou cognitivo, a verdade é que ele está atrelado a uma série de regras, normas, e diretrizes que lhe dão o caráter de obediência ao sistema. “Mais uma vez, a obediência revela-se chave-mestra do trabalho docente, embora ele mude de sentido: já não basta obedecer regras cegas, mecânicas, mas trata-se de compreendê-las e interiorizá-las como cidadãos responsáveis” (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 36).

Um dos grandes problemas a teorizar, é saber exatamente o que os professores fazem, onde fazem, porque fazem, como fazem e, logicamente, como se sentem fazendo. Um dos claros exemplos dessa dificuldade é dado por Menga e Boing (2004, p. 1161) ao explicar o magistério:

Assim, convivem agora os cursos oferecidos pelas universidades, como os de pedagogia e de licenciatura, o curso normal superior, dentro dos institutos superiores de educação, e ainda o antigo curso normal, em nível médio. Essa é apenas uma das dificuldades que se levantam quando tentamos entender o magistério como uma profissão.

Menga e Boing (2004) encontraram dificuldades para conceituar o que seja a profissão docente. Assim, recorrem a outros estudiosos como Bourdoncle (1991 e 1993) e Cogan e Barber e relatam:

Com dois artigos que, numa visão ao mesmo tempo histórica e sociológica, desvelam o panorama no qual se vem desenvolvendo o grupo ocupacional dedicado ao magistério ao longo dos tempos. O autor traz à tona as dificuldades de conceituação do que seja uma profissão, trabalhando, sobretudo, com a produção francesa e anglo-saxônica a esse respeito. No texto de 1991 ele discute a contribuição de vários autores que procuraram identificar os atributos essenciais dos comportamentos profissionais. Entre outros, Cogan & Barber concordam em quatro critérios comuns a todas as profissões: a)uma profunda base de conhecimentos gerais e sistematizados;

b) o interesse geral acima dos próprios interesses; c) um código de ética controlando a profissão pelos próprios pares; e d) honorários como contraprestação de um serviço e não a manifestação de um interesse pecuniário. Goode, depois de examinar cerca de 15 características, reduziu-as a duas dimensões fundamentais: um corpo de conhecimentos abstratos e um ideal de serviço. Por fim, Maurice afirma que só existe um consenso acerca dos atributos comuns a todas as profissões: a especialização do saber (MENGA; BOING, 2004, p. 1161).

Para Tardif e Lessard (2007, p. 49), “trabalhar é agir, num determinado contexto em função de um objetivo, atuando sobre um material qualquer para transformá-lo através do uso de utensílios e técnicas”. Por isso, a docência pode ser analisada inicialmente como um trabalho que tem suas peculiaridades.

Isso sugere ainda, que o trabalho docente, na acepção total de trabalho não é muito diferente dos demais tipos de trabalho. É evidente que o professor é dependente direto de uma estrutura organizacional diferente: de diretrizes diferentes, comparando-se uma instituição de ensino com as empresas comuns. Está sujeito a regulações, normas e regras diferentes, além das diferentes responsabilidades com o produto final de seu trabalho. “A docência pode ser analisada como qualquer trabalho humano, ou seja, descrevendo e analisando as atividades materiais e simbólicas dos trabalhadores tais como elas são realizadas nos próprios locais de trabalho” (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 37).

Entretanto, culturalmente não é bem assim. As expectativas e o crivo da sociedade sobre o seu trabalho, é de alguma forma mais um elemento de dependência substitutiva, isto é, às vezes, suprindo papéis que deveriam ser desempenhados pelas próprias famílias. Tardif e Lessard (2007, p. 380) completam: “Os professores são também atores que investem em seu local de trabalho, que pensam, dão sentido e significado aos seus atos, e vivenciam sua função como experiência pessoal, construindo conhecimentos a uma cultura própria da profissão”.

Diante das análises de Tardi e Lessard (2007), temos que o trabalho docente vai muito além de preparar aulas, material pedagógico, provas, documentação, diários, correções de atividades, reuniões, etc. E o tempo despendido para todas as suas atividades é superior a qualquer outro tipo de trabalho. E não é remunerado, sendo pago apenas as horas que o professor está na sala de aula, exceto os casos de professores com horários parciais ou integrais. Mas, mesmo assim, são sugados e pressionados ao extremo, para produzirem o máximo que podem, em um frenético ritmo no processo produtivo. É por isso que se afirma que a precarização ou desvalorização do professor não se restringe à remuneração, já que há muito tempo não é remunerado à altura. A jornada de trabalho do professor ainda é um desafio para o sistema.

Até os objetivos do docente foram mudados, por decorrência e dependência do sistema socioeconômico.

Outro fenômeno importante para os docentes diz respeito ao que podemos chamar de “pragmatização” dos conhecimentos, da formação e da cultura. A função dos professores não consiste mais, talvez em formar indivíduos segundo a velha imagem orgânica da cultura geral, mas em equipá-los, prevendo a impiedosa concorrência do mercado de trabalho numa sociedade totalmente orientada para o funcional e o útil (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 147).

Tudo é recorrente ao que foi defendido desde o início do trabalho, ou seja, o ensino, e por consequência o docente, são reféns dos ditames do sistema produtivo, principalmente aos olhos do capitalismo, ou neoliberalismo, Daí seus objetivos são mais fortes quando prepara para atender o sistema, mais do que isso, são diferentes porque cada um procura atender as especificidades dos vários segmentos do setor produtivo.

Menga e Boing explicam isso:

De uma obrigação explícita, constritiva e prescrita, à qual se deve obediência, ele passa a um universo de obrigações implícitas, de investimento pessoal, cercado de incertezas e dependente da criatividade individual e coletiva. O trabalho “real” vai aos poucos tomando o lugar do “trabalho prescrito”, a partir dos anos de 1960, e o nível de exigência sobre os trabalhadores vai crescendo, assim como a competição entre eles e a concorrência entre as empresas, com a redução dos empregos e a racionalização dos recursos humanos. Entra em cena o “modelo da competência” (MENGA; BOING, 2004, p. 1166).

2.6 A Organização do trabalho escolar e as relações docente

O trabalho escolar, tanto como oficina, quanto na sua organização, difere totalmente de outras organizações, como já comentado. Para Tardif e Lessard (2007, p. 81):

Os professores constituem um grupo de referência que jamais conseguiram controlar o seu ambiente organizacional, nem impor normas e regras de trabalho a outros grupos. Embora importantes na organização escolar e para as diretrizes da escola, estão sempre subordinados na estrutura hierárquica.

Segundo estes autores, a organização escolar se caracteriza do tipo clientes/serviços e pode ser definida por seis características, que permitem perceber os elementos fundamentais

próprios das organizações escolares e que influenciam diretamente sua missão básica, como também, por tabela, a missão de trabalho dos professores. São elas:

1. Os materiais básicos da escola são seres humanos;
2. A definição dos objetivos é na maior parte do tempo problemática e ambígua;
3. As tecnologias utilizadas pela organização escolar são por demais indeterminadas;
4. O osso duro das atividades da organização escolar está nas relações entre o pessoal e os clientes, ou seja, entre os professores e alunos;
5. Esse tipo de organização se apoia mais e mais em um pessoal profissional;
6. A ausência de medidas confiáveis e válidas de eficácia. (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 104)

A descrição dada pelos autores, não me parece muito diferente das estruturas usadas pelos demais tipos de empresas, exceto, no que se refere aos processos produtivos. Outra posição questionável é de que o aluno é cliente. Considerando que o conhecimento é o produto do ensino e que esse conhecimento é vendido – ou retornado à sociedade de forma devolutiva – através dos alunos, o verdadeiro cliente da educação é a sociedade.

Isso é reforçado pelos mesmos autores (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 195), que entendem que:

No contexto dos estabelecimentos escolares atuais, a questão dos fins educativos é inseparável das lógicas de ação que modelam essas mesmas organizações. Tais lógicas – negociação, conflito, colaboração, proteção de território, etc – levantam, inicialmente, o difícil problema da coordenação dos fins entre o sistema escolar e os diferentes atores que trabalham nele.

É evidente que mesmo as escolas possuem expectativas e definem objetivos diferentes entre elas. É como se fossem organizações concorrentes em qualquer negócio. Tardif e Lessard (2007, p. 198) traduzem muito bem isso. “Definir os objetivos da escola de modo geral não é fácil, uma vez que eles são histórica e socialmente muito variados”. De fato, trata-se de uma tarefa propriamente política. É o rescaldo do capitalismo, definindo o que devem fazer os professores para atingir os objetivos daquela escola.

E um dos principais agentes que atuam na escola, o professor, não consegue nem mesmo dentro da instituição, por conta dos objetivos do sistema, a congregar forças.

Dentre os autores que abordaram a ideia de competência em Educação & Sociedade, destacamos o enfoque de Freitas (2003, p. 1.108), que chama a atenção para o afastamento dos professores de seu coletivo profissional, pelo fato de as competências seguirem uma lógica de responsabilização

individualizante. Na mesma linha, percebemos as preocupações de Dubar (1998, p. 99), para quem a dimensão política que sustenta o conceito de “competência”, adotado pelo discurso gerencial, mostra-se frágil ao não reconhecer o dinamismo das construções sociais, presentes nas relações entre indivíduo e empresa (MENGA; BOING, 2004, p. 1172).

Se a escola e a docência trabalham para o desenvolvimento dos negócios, não se pensou até agora nos resultados perniciosos dessa relação ou dessa dependência. Isso demonstra a despreocupação das ciências sociais com o homem, no caso, com o docente, no desempenho de seu trabalho, para tais finalidades.

Isso é confirmado por Arendt (2013, p. 23):

Ninguém que se atenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial (ciências sociais não reconhecer a violência – só vendo-a em assuntos humanos).

Pelo fato do Estado se colocar como o regulador, norteador e responsável pelo crescimento econômico, vem dele, sob forma de pressão, de restrições de direitos dos trabalhadores, de ingerência total no sistema de ensino, as maiores manifestações de violência contra o docente. Arendt (2013) entende que, para Marx, o papel da violência na história era secundário. Mas ele, Marx, considerou o Estado como um instrumento de violência sob o comando da classe dominante, porque entendia que o poder era o papel desempenhado pela classe dominante na sociedade, e no processo de produção.

Embora Marx tenha considerado que o papel da violência na história fosse irrelevante, historicamente, todos os processos de organização da produção e do trabalho, notadamente nas mudanças que levaram a adoção dos novos modelos de produção e trabalho exigido pelo capitalismo neoliberal, por representar uma ruptura com os sistemas anteriores, considerados mais humanizados, representa uma grande violência contra o trabalhador professor.

Entretanto, a coisa mais intrigante nas relações entre a universidade e o Governo é a total dependência deste em relação ao sistema produtivo ou classe dominante, e daquela com o governo. Arendt (2013, p. 91) elucida bem a situação dizendo:

Pareto compreendeu que a rápida integração dos trabalhadores no corpo político e social da nação de fato correspondia uma “aliança entre a burguesia e os trabalhadores”, ao “aburguesamento” dos trabalhadores que então, de acordo com ele, deu origem ao novo sistema, que ele chamava de

“plutodemocracia” – uma forma mista de governo, na qual a plutocracia é o regime da burguesia e a democracia, o regime dos trabalhadores.

Tudo é muito complicado porque acontece através de inúmeros alinhavos diretos ou indiretos, entre governo/setor produtivo/ sociedade/escola/docente. Tais alinhavos formam um emaranhado de leis, normas, regulamentos, projetos, fundamentos, princípios que de certa forma, tornam a voz do docente inaudível; suas ideologias imperceptíveis; seus valores e crenças agredidos; e seu papel fica reduzido à reprodução de tudo que o sistema ditar. O docente em tais condições é um Ser burocratizado. Tão bem definido por Arendt, na hierarquia do sistema educativo criado pelo capitalismo, o docente é uma figura pouco conhecida e totalmente dominada pela burocracia.

Hoje poderíamos acrescentar a última e talvez a mais formidável forma de tal dominação: a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a minoria, pode ser tomado como responsável e que deveria apropriadamente chamar-se domínio de Ninguém”. (ARENDT, 2013, p. 54)

São situações pelas quais poderíamos dizer que seria perfeitamente comum que alguma reação nascesse, principalmente nas universidades, por serem formadas por grupos intelectualizadas, capazes de analisar e resistir ao domínio, às pressões, e à força do poder dominante. Entretanto, urge tanta necessidade e pressa de se adaptar a novos modelos globais, que as reações de docentes e/ou de estudantes, não conseguem lograr êxito ao propor mudanças sobre as mudanças.

Na escola, além de ter pouco impacto na redução de mão de obra, as novas tecnologias têm levado, paradoxalmente, à criação de novos postos de trabalho. No entanto, isso não significa que elas estejam valorizando a “profissão” docente. Para entender melhor essas sutilezas na escola, é preciso estabelecer uma distinção entre o que ocorre nas dimensões administrativa e pedagógica do estabelecimento de ensino. (MENGA; BOING, 2004, p. 1169)

É muito difícil dizer que existe um grupo forte formado por docentes.

Encontramo-nos no cruzamento de dois paradigmas, duas maneiras de ver o processo de construção da individualidade e do grupo social. Na primeira há forte predomínio do componente social, como relações de classe, de exploração salarial, de dominação. Já na segunda vai lentamente tomando força um novo componente, ao mesmo tempo pessoal e “societário”. É um elemento crucial do que o autor chama de “crise das identidades profissionais” (MENGA; BOING, 2004, p. 1168).

Para Menga e Boing (2004, p. 1177) “A ideia de parceria é bastante discutida por Erineu Foerste (2002) em sua tese de doutorado, malgrado os problemas educacionais ainda por serem resolvidos, especialmente a valorização social do trabalho docente, o eixo principal das mudanças está na formação inicial”.

Em Arendt (2013, p. 27):

O conhecido amálgama de Sartre entre o marxismo e existencialismo, pensou a luta de classes em termos militares; mas terminou propondo nada mais do que o famoso mito da greve geral, uma forma de ação que hoje pensariamos, por outro lado, como pertencente ao arsenal na política não violenta.

Percebe-se que nas últimas décadas e mais precisamente de 1998 a 2014, uma grande dependência da Universidade que goza de autonomia administrativa e didática pedagógica, possui acentuada dependência do governo tendo em vista que para viabilizar aumento de recursos com o objetivo de atender as demandas internas tais como melhoria da infra estrutura para ensino, extensão e pesquisa precisa vincular-se aos programas instituídos pelo poder central. Desta forma, o poder dominante além de exercer esse poder de forma violenta, pelos pressupostos apresentados, contribui diretamente para a falência dos objetivos de várias instituições. Todo esse contexto permite reflexões a respeito do regime de violência a que se submete o docente, mesmo praticando a política da não violência, mencionada acima.

Embora possa ser defendido que todas as noções do homem criando-se a si próprio tenham em comum o rebelar-se contra a própria facticidade (*factuality*) da condição humana, nada é mais óbvio do que a afirmação de que o homem não deve sua existência a si mesmo, tanto como membro da espécie, como indivíduo – e que, portanto, o que Sartre, Marx e Hegel têm em comum é mais relevante do que as atividades particulares por meio das quais esse não fato poderia presumivelmente advir; não se pode todavia negar que um abismo separa as atividades essencialmente pacíficas do pensamento e do trabalho de todos os feitos da violência. (ARENDT, 2013, p. 28)

Na verdade, a posição do docente no cenário socioacadêmico, não lhe confere a individualidade dignidade que merece. Sua existência está longe de ser definida por si próprio, sobremodo, por estar à sombra de vários poderes: do coordenador do curso, do colegiado, da direção da escola, do MEC, da CAPES, do Estado, do Sindicato, etc. Tudo isso provoca um tipo de subserviência diferente.

Arendt (2013, p. 54) pondera: “O poder, no entendimento de Passerin d’Entrèves, é uma força “qualificada” ou “institucionalizada” – [...] por isso enquanto autores definem a

violência como a mais flagrante manifestação do poder, Passerin define o poder como uma forma de violência mitigada”.

Menga e Boing (2004) ilustram a desqualificação do trabalhador aos olhos do capitalismo neoliberal.

A crise dos anos de 1980 levara ao desemprego dos anos de 1990, e cada vez menos vai se falar em “identidade de empresa”, que implicava carreiras internas, longas e custosas operações de formação e gerência participativa. Surge a nova noção de empregabilidade, cada assalariado assumindo a responsabilidade pela aquisição e manutenção de suas próprias competências. Não é mais a escola ou a empresa que produzem as competências exigidas do indivíduo para enfrentar o mercado de trabalho, mas o próprio indivíduo. A empregabilidade consiste em se manter em estado de competência, de competitividade no mercado. (MENGA; BOING, 2004, p. 1167).

Nas condições atuais, o docente universitário não sofre uma violência mitigada. É realmente uma forte violência, levando-se em conta o número de poderes aos quais ele se sujeita. Isso é reforçado por Arendt (2013, p. 58): “A forma extrema do poder é todos contra um; a forma extrema da violência é um contra todos”.

Depreende-se que o poder está muito ligado à liberdade, à construção identitária e formação de grupos sociais. Se o poder é verticalizado, é esse eixo que define a individualidade de cada elemento. Este é um dos impactos causados pelas mudanças estruturais nas relações trabalhistas a partir de 1990, com reflexos diretos na profissão docente.

CAPÍTULO 3 - OS PRÓXIMOS CAMINHOS DAS PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

Os caminhos das pesquisas sobre a educação no Brasil tem uma trajetória interessante. Tardif e Lessard (2007, p. 40) salientam que “enquanto as questões relativas à aprendizagem dominaram as pesquisas em educação durante várias décadas, desde o início dos anos 1980 o ensino, a formação para o magistério e a profissão docente tornaram-se temas maiores de pesquisa”.

Historicamente os registros nos mostram:

No plano da organização escolar e das ideologias políticas pode-se fazer a mesma constatação. Enquanto as décadas de 1960 e 1979 foram caracterizadas, sobretudo por reformas visando a melhorias destinadas aos alunos (democratização, igualdade, integração das crianças em dificuldades, medidas compensatórias, ajuda financeira, etc), as reformas atuais dizem respeito, em boa parte, em diversos países ocidentais, ao corpo de professores, suas condições de trabalho, sua formação e sua profissionalização (Tardif et al., 1998). Essas reformas resultam tanto de uma insatisfação do grande público e da classe política diante das performances da escola quanto de uma inquietação, que parece profunda, que, como dizíamos anteriormente, está afetando em todo lugar os professores, que se sentem desvalorizados e pouco reconhecidos (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 40).

Presume-se que os estudos sobre o trabalho docente devem doravante, concentrarem-se sobre o que faz, como faz, onde faz, porque faz, mas, sobretudo, em que condições o seu trabalho é feito e reconhecido. É preciso abordar o trabalho docente no seu todo – dentro e fora da instituição – e não somente as técnicas, os métodos, e as avaliações utilizadas no seu trabalho.

Concordo com Tardif e Lessard (2007, p. 40), ao afirmarem que:

Como todos os trabalhos na sociedade atual, a docência se desenvolve num espaço já organizado que é preciso avaliar; ela também visa a objetivos particulares e põe em ação conhecimentos e tecnologias de trabalho próprias; ela se encaminha a um objeto de trabalho cuja própria natureza é, com veremos, cheia de consequências para os trabalhadores; enfim, a docência se realiza segundo um certo processo do qual provêm determinados resultados. Organização, objetivos conhecimentos e tecnologias, objetos, processos e resultados constituem, consequentemente, os componentes da docência entendida como trabalho.

Ainda Tardif e Lessard (2007, p. 40) completam dando-nos a ideia de que as pesquisas sobre docentes devem, hoje, revestirem-se de caráter de pesquisa sociológica.

Hoje, uma das tendências de pesquisa sobre a docência consiste em privilegiar os aspectos maleáveis ou fluidos do ofício, às vezes em detrimento dos aspectos codificados ou formalizados [...] marcado principalmente pelas contingências situacionais. O ensino torna-se uma atividade de improvisação mais ou menos regulada fundamentada na intuição (Van Manen, 1990) ou mesmo idiosyncrasia de cada professor (Elbaz, 1983).

Os autores defendem, também, a ideia de que pesquisas sobre o ensino é de natureza sociológica.

A organização do trabalho na escola, é antes de tudo, uma construção social contingente oriunda das atividades de um grande número de atores individuais e coletivos que buscam interesses que lhe são próprios mas que são levados, por diversas razões, a colaborar numa mesma organização (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 46).

A subordinação do docente não se prende aos preceitos morais e aos interesses que defende, quando dirige uma sala de aula. Ele está ali na defesa e em atendimento ao seu colegiado perseguindo objetivos comuns. Ao obedecer e seguir normas da escola, sindicais, das leis e dos Conselhos que regulam a profissão, e por fim, as leis socioeconômicas comuns a todos os cidadãos, ele está, de certa forma, preso a obrigações e imposições coletivas.

De outro lado é possível perceber certa flexibilidade nos trabalhos do docente. “[...] contudo, que a docência também comporta diversas ambiguidades, diversos elementos informais, indeterminados, incertezas, imprevistos. Isso permite uma boa margem de manobra dos professores., tanto para interpretar como para realizar sua tarefa” (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 43).

O parecer dos autores corrobora a ideia de que as pesquisas sobre a docência assumem uma abrangência e um foco realmente sociológico, levando-se em conta a importância da cognição, abstrações e subjetividades do pesquisador, sobre um enorme conjunto de interesses e ambiguidades. Pela complexidade, somente o professor pode sentir e expressar sobre isso, pela vivência, evitando as construções hipotéticas sobre o futuro, sobre técnicas e métodos educativos, largamente utilizadas em pesquisas sobre educação.

Sobre esses tipos de pesquisas, Arendt (2013) faz uma alerta importantíssima.

A falha lógica nessas construções hipotéticas dos eventos futuros é sempre a mesma: aquilo que antes aparece como uma hipótese – com ou sem consequentes alternativas, conforme o grau de sofisticação – torna-se imediatamente, em geral após uns poucos parágrafos, um “fato”, o qual

origina toda uma corrente de não fatos similares, daí resultando que o caráter puramente especulativo de toda empreitada é esquecido. Não é preciso dizer que isso não é ciência, mas pseudociência, “a desesperada tentativa das ciências sociais e comportamentais”, nas palavras de Noam Chomsky, de imitar características superficiais das ciências que realmente têm conteúdo intelectual significativo. (ARENNDT, 2013, p. 21)

Arendt (2013, p. 21) é enfática quanto à inconsistência das pesquisas hipotéticas sobre o futuro. E a mais óbvia e a mais profunda objeção a esse tipo de teoria estratégica não é a sua utilidade limitada, mas o seu perigo, pois ela pode levar acreditar que temos um entendimento a respeito desses eventos e um controle sobre o seu fluxo, o que não temos, como indicou recentemente Richard N. Goodwin em seu artigo de revista e rara virtude de decretar o característico “humor inconsciente” de muitas dessas pomposas teorias pseudocientíficas.

Ao definir os eventos como ocorrências que interrompem processos e procedimentos de rotina, a autora nos faz lembrar de que a todo momento, as coisas estão mudando e que as “previsões do futuro nunca são mais do que projeções de processos e procedimentos automáticos do presente, isto é, de ocorrências que possivelmente advirão se os homens não agirem e se nada de esperado acontecer” (ARENNDT, 2013, p. 22).

Pego isso como reforço da tese de que as pesquisas e estudos sobre o trabalho do docente, principalmente sobre aqueles “obrigados” a produzir cientificamente, devem levantar e demonstrar não somente a mecânica de suas atividades, mas também, o cabedal de conhecimentos, informações, sentimentos e reações, advindos de todas as suas atividades – inclusive praticadas extra classe. Sobremodo, levando-se em consideração o ambiente de domínio socioeconômico, de poder e de violência.

Se existe algo difícil de se fazer no Brasil, são pesquisas. Talvez por isso mesmo, não são preocupações do Estado nem dos agentes econômicos, que preferem os assessores “que não pensam” – não pesquisam – ou deixam-se levar pela famosa “experiência” como vetor de suas ações. Isso é em última análise, a substituição da ciência pela prática, cujos resultados podem ser positivos, mas com maior margem de erro e em prazos infinitamente maiores.

Há institutos e organismos públicos e privados dedicados à pesquisas, fomentando e incentivando, como a Capes, Emater (MG), mas, obedecendo os preceitos capitalistas na composição dos projetos.

Arendt (2013, p. 45) vê esta situação da seguinte forma:

Infelizmente, a refutação da teoria pela prática tem sido sempre, no melhor dos casos, uma tarefa precária e de longo prazo. Os viciados na manipulação,

aqueles que temem não menos individualmente que aqueles que depositam sua esperança nela, dificilmente percebem a realidade das coisas.

Outra questão complicada no que se refere às pesquisas no campo da educação e da docência, são as exigências subjetivas do pesquisador por pesquisas originais. Mesmo sabendo que o número de variáveis, eventos e problemas socioeconômicos e educacionais são muitos e dinâmicos, porquanto, sempre novos e emergentes e difusos, buscam a originalidade e o ineditismo, abordando novos campos de estudos. Isso pode comprometer o resultado de pesquisas.

A infundável e insensata demanda por pesquisas originais em um número de campos em que apenas a erudição é agora possível conduziu tanto à pura irrelevância – o famoso saber mais e mais sobre cada vez menos – quanto ao desenvolvimento de uma pseudoespecialização que, na verdade destrói o seu objeto. (ARENDT, 2013, p. 46)

Diante do quadro, resta então, obedecendo a racionalidade, saber como analisaremos os resultados de uma pesquisa sobre projeções do futuro, sem ilação.

O progresso confere uma resposta perturbadora para a questão: “E o que faremos agora? A resposta, em seu grau mais primário, é a seguinte: vamos desenvolver o que já temos em algo melhor, maior, etc.” “(A fé dos liberais no crescimento, à primeira vista irracional e tão característica a todas as teorias políticas e econômicas atuais, depende dessa noção)” (ARENDT, 2013, p. 44).

É realmente elucidativo. Isso comprova que a ciência jamais termina ou oferece um produto pronto e acabado. Todo fim é um novo começo. As pesquisas com o objetivo de fazer projeções sobre o futuro, não são, portanto, de tudo irracionais. Ao atingir aquele futuro. A racionalidade reside no fato de que naquele ponto, as teorias válidas serão perenizadas até que novos eventos possam mudá-las. Mas os modelos liberais engrossam o conceito de crescimento, que tudo pode ir em busca do mesmo.

Menga e Boing (2004 p.1178) têm uma concepção interessante sobre pesquisas no trabalho docente. Ressaltando suas diferenças, alerta-nos sobre os diferentes projetos que devemos elaborar.

Em suma, advogamos a ideia de que a pesquisa do professor da escola básica é diferente daquela da academia, mas isso não significa que seja hierarquicamente inferior. O desenvolvimento de uma pesquisa própria, que não se restringe apenas à sua prática, mas aos conhecimentos específicos de sua identidade disciplinar e aos saberes docentes próprios do campo, contribuirá decisivamente para que o professor encontre os próprios rumos

de sua profissionalização – contribuição necessária para a valorização do trabalho docente.

Em todos os casos, estamos seguros de que nada absolutamente novo e totalmente inesperado pode acontecer, nada senão os resultados “necessários” daquilo que já sabemos (ARENTE, 2013).

Hirata (1994) faz uma observação muito importante para o docente, principalmente àqueles que se dedicam a pesquisas. Diz respeito à divisão sexual no trabalho. Lembra ela, primeiramente, que as relações de gênero e de divisão entre os sexos atravessa o conjunto da sociedade e não apenas o espaço da empresa. Afirma que a dimensão gênero questiona fortemente as ciências sociais e as ciências econômicas que parte nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem como encarnando o universal.

Em estudos sobre o magistério isso é realmente revelador. Desta forma alguns estudos sobre a divisão sexual dos processos de formação podem induzir a erros na visão de Hirata (1994 cf. G. DONIOL-SHAW et alii, 1989; G. DONIOL-SHAW e A. LEROLLE, 1990). Para os autores, as ações de requalificação não têm a mesma extensão, nem o mesmo alcance, nem a mesma significância, para as mulheres e para os homens, e a formação pode ser o lugar mesmo da construção da incompetência técnica das mulheres (cf. G. DONIOL-SHAW et alii, 1989; G. DONIOL-SHAW e A. LEROLLE, 1990).

Por outro lado, é questionável concordar totalmente com tais posições porque algumas variáveis não mencionadas, como a função ou a profissão, não foram consideradas e, que a requalificação por divisão de gênero, podem não ter importância. É o caso das requalificações aplicadas a docentes. A encarnação do universal por ser tanto para homem, quanto pela mulher. Logo, precisamos admitir certo relativismo nas posições acima.

Mas, qual é o futuro, ou quais são os caminhos, das pesquisas sobre educação a partir de agora? O estudo nos permite algumas constatações – que, aliás, não são novas nem inéditas – mas, seguindo a trajetória da recente história sobre tais pesquisas, podem orientar para releituras das finalidades e dos processos de pesquisas sobre educação.

Recorrentemente, a ideia de que as pesquisas sobre educação abordando questões relativas ao ensino e à aprendizagem, carro-chefe até a década de 1970, estão em estado de esvaziamento, não assemelha como algo absoluto. Por conta do avanço de tecnologias, especificamente daquelas aplicáveis nos processos educacionais, ainda novas e muito discutidas, acredita-se que um novo campo de pesquisa se abre, sobre a eficiência e a eficácia destas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem; sobre as dúvidas geradas pela baixa inclusão do aluno carente nesse mundo em prejuízo dos resultados; sobre a estruturação

de novos modelos de ensino, pelas instituições; sobre a formação do docente para o uso adequado daqueles recursos; sobre a desumanização das relações nas atividades de ensino-aprendizagem; sobre a intencionalidade de ensinar; sobre os perigos de tirar o aluno do foco do ensino, dentre outros.

Por outro lado, é impossível admitir que pelo menos no campo da educação, as pesquisas hipotéticas continuem a ser usadas na mesma escala. Em última análise uma pesquisa é destinada a resolver problemas atuais e reais, criados e difusos pela própria sociedade. Daí ser temerário hipotetizar o futuro, já que uma hipótese, no caso, nada mais seria do que criar um novo problema, em cima de um problema velho.

Isso nos faz lembrar uma afirmação de Arendt (2013) que entende que pesquisas hipotéticas são meras construções hipotéticas dos eventos futuros. Arendt afirma que a previsão de eventos futuros é especulativa, no que concordo, tratando-se da educação. Realmente, o máximo que poderia acontecer no caso, seriam meras projeções de um futuro, cercado de ceticismo, dúvidas e incertezas, porque não se estabelece a partes de eventos atuais e reais emergentes da própria sociedade.

Isso não quer dizer que seria correto, ou intransigente, refutar a teoria pela prática. Ai não aparece nada de originalidade. Afinal, das práticas sociais surgem novas teorias, ou mudam as teorias já existentes. Cabe lembrar Menga e Boing (2004), que deixam muito claro suas posições em relação às pesquisas sobre educação, como sendo pesquisas de natureza social – portanto abrangendo problemas sociais – atuais e reais – como a empregabilidade que, para os autores, consiste em manter em estudo de competências que o próprio indivíduo constrói. Além disso, as competências que os indivíduos procuram atualmente, estão direta e intimamente ligadas aos problemas sociais criados pelo novo modelo de organização da produção e do trabalho ditado pelo mundo capitalista.

Outra fase sobre pesquisas em educação data do início da década de 1980, quando as pesquisas se concentraram em temas relacionados com o ensino, com a formação para o magistério e a profissão docente. Não creio que uma nova matriz de pesquisas possa excluir tais temas, ao contrário, deve reforça-los com novas roupagens, a partir do pressuposto que pesquisas sobre educação, são pesquisas de natureza sociológica. A natureza sociológica abre um enorme leque de possibilidades porque o foco no homem há de envolver problemas que numa escala vertical, que vem do Governo até o aluno, antes de atingir a sociedade, sempre com abordagens intercorrentes.

Mais do que nunca não há como não se preocupar com o homem, a partir do novo modelo de organizar o trabalho e a produção, criado pela economia capitalista recente,

considerando não ser um modelo apenas de bônus para o homem, e muito menos ou apenas, um modelo de violência contra o ele. Tais posições criam novas e incontáveis variáveis de estudos, principalmente ao abordar ou abranger todos os agentes envolvidos com a educação.

A partir dos anos 1990 e 2000, até hoje, temas ligados à (des)valorização da profissão docente, sobre o caráter público e autonomia da universidade e sobre os cortes de verbas para a educação, sobre a construção da carreira docente, remuneração e condições de trabalho do docente, têm sido recorrentes nos trabalhos de pesquisas. No entanto, o que se vê é uma inexplicável redução de trabalhos no plano da organização escolar e das ideologias políticas dos agentes ligados à educação, principalmente do docente.

Sem querer ousar em criar novos rumos e temas para as pesquisas científicas, entendo que na verdade, pouca ênfase é dada ao trabalho docente respeitando-o como um homem que tem o papel informar, ensinar, formar, libertar e preparar o indivíduo para servir a sociedade a que pertence, e não somente a um sistema de organização da produção e do trabalho submetido ao Estado e ao capitalismo. É isso que desvia as pesquisas sobre educação, do campo das ciências sociais e da construção social.

Há muita coisa a ser discutida sobre a relação da escola com uma sociedade totalmente subjugada ao sistema econômico, inclusive a própria escola. A despreocupação com o homem e a dependência da escola com os negócios é uma posição perigosa, porque é de certa forma, é uma despreocupação com as ciências sociais. Pouco se discute ou reconhece a violência existente, muitas vezes velada, provocada pelas dependências mencionadas. Só se vê ou pesquisa alguma forma de violência, em assuntos humanos.

A rigor, uma análise do sistema educacional no Brasil demonstra diversas facetas de violências praticadas contra o ensino, e principalmente contra o docente. É um sistema burocrata, verticalizado, pesado, departamentalizado, criado para sustentar os ditames de uma classe capitalista dominante. Tem no topo o sistema produtivo, do qual o Estado é servidor e se submete aquele; a seguir vem o MEC e suas inúmeras ramificações, também para atender ao domínio do sistema; depois vêm as instituições, reguladas, orientadas, fiscalizadas pelos fundamentos do sistema; vem a direção das instituições pressionando por resultados, principalmente financeiros e dando pouco apoio às atividades acadêmicas e a valorização do docente; vem as coordenações de curso, cuja cartilha não é diferente; vai até a sala dos professores como reduto da competição acirrada, e; chega na sala de aula pelas propostas que eliminam de vez os objetivos e as ideologias docentes.

Os modelos globais novos de organização do trabalho e da produção, não valorizam as dimensões pedagógicas e administrativas à altura das exigências por produtividade, qualidade,

e resultados. Pouco ou quase nada se discute ou reconhece, pela meritocracia, o trabalho docente como formador do homem. Fala-se dele, como formador de um elemento para continuar a atender as demandas do sistema capitalista. Com isso condiciona o professor a uma desvairada correria para a qualificação, requalificação, produção acadêmica, dobra de turno e aumento da carga horária de trabalho para atender a competição, a produtividade e suas necessidades pessoais. Mas antes há de seguir a cartilha do sistema, mesmo com a exploração salarial que enfrenta. Tudo, inevitavelmente irá provocar uma crise identitária no professor.

Não há como não se lembrar de Marx (1988), para o qual o papel da violência na história era secundário. Por outro lado, ele considerou o Estado como um instrumento de violência sob o comando da classe dominante que detinha o poder. Muito atual esse raciocínio, dentro do quadro percorrido por este trabalho.

Infere-se, pois, que a partir de agora, abre-se um fértil campo de pesquisas no campo da educação, fundamentalmente estruturadas na pessoalidade dos agentes nela envolvidos, dando-lhes conotação de pesquisas sociais e valorizando o homem e sobretudo o docente. Os estudos não podem mais desvincular as agruras, os medos, as incertezas, as frustrações, as ideologias, as dificuldades, a desvalorização, e a precarização do trabalho docente, das suas causas, ou seja, das pressões físicas e psicológicas, criadas por um sistema globalizante de organização do trabalho e da produção.

CAPÍTULO 4 - DADOS E DISCUSSÕES

Resultado da experiência multicampi da Universidade Federal de Uberlândia, a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) situada fora dos limites do município, foi o primeiro dos sete campi da UFU. A criação e efetivo funcionamento do campus Pontal, localizado na cidade de Ituiutaba aconteceu nos anos 2006 e 2007. A cidade encontra-se na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a 155 km da cidade de Uberlândia, onde está localizada a sede da UFU.

O quadro de docentes concursados da FACIP é de 156 professores, e os cursos oferecidos são: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia da Produção, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia, Química e Serviço Social.

Este capítulo discute os resultados obtidos pela pesquisa cujo objetivo central foi levantar e analisar a visão dos docentes da FACIP, sobre a influência das evoluções da forma de organizar a produção e o trabalho e o consequente impacto na reestruturação das Universidades Federais, no que se refere à formação profissional dos egressos dos cursos de graduação, entre os anos de 2002 a 2016, considerando que a pesquisa empírica foi concluída no mês de setembro de 2016.

Preliminarmente, é importante ressaltar que a amostra obtida de 48 questionários validados numa população de 156, permite algumas considerações importantes. Primeiramente por se tratar de uma população composta de professores universitários, instalados no mesmo *locus* de uma Universidade Federal, é razoável pressupor que há um considerável grau de homogeneidade da população e das respostas.

Por outro lado, é importante frisar que a amostra obtida, pelo tamanho, não satisfaz às necessidades para se realizar as análises estatísticas pretendidas, com a aplicação do Qui-Quadrado.

4.1 As Influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre os processos de formação da mão de obra

O primeiro bloco de questões foi elaborado com o objetivo de conhecer melhor a opinião dos docentes acerca dos impactos provocados pelas novas formas de organizar a produção e o trabalho, sobre a empregabilidade e sobre a formação da mão de obra no país a partir do ano 2002.

Para orientar melhor o pesquisado, foi feita uma contextualização do tema da seguinte forma: – “*O avanço da globalização espalhou por todo mundo intensa disputa para*

aumentar a competitividade dos Países e das Organizações. O fato disseminou nas últimas décadas, novas formas de organizar a produção e o trabalho com o objetivo de produzir mais, melhor e com menos recursos. O modelo, inspirado no toyotismo (modelo japonês), em linhas gerais busca maior produtividade, eficiência e adaptabilidade da mão de obra, aproveitamento máximo de novas tecnologias, flexibilização nas relações trabalhistas, racionalização dos custos e dos processos e maior qualidade. Todos esses objetivos convergiram em mudanças profundas principalmente a partir do ano 2002, sobre a formação da mão de obra e a empregabilidade no país”.

A partir dessa contextualização, várias hipóteses foram propostas no sentido de obter do pesquisado sua opinião sobre a influência dos processos de organização da produção e do trabalho do modelo toyotista sobre a empregabilidade e sobre a formação da mão de obra, como ponto de partida para avaliar sua visão sobre as funções da Universidade, nesse contexto. A Tabela 1 retrata, através do Ranking Médio, a posição dos entrevistados.

Tabela 1. Ranking médio das principais influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre a formação da mão de obra

	Formação do Respondente	Pós Doutor		Doutorado		Mestrado	
		A	D	A	D	A	A
	Ingresso na Universidade – Antes e Depois de 2000						
A1	O cenário descrito implica na adoção de mais tecnologias; na simplificação e na especialização da mão de obra, e; portanto, na redução da matriz de empregos, no país.	5,00	4,00	3,75	3,88	0	3,56
A2	O quadro da empregabilidade no país a partir do ano 2002 mudou, aumentando a procura por mão de obra mais qualificada e reduzindo a procura por mão de obra menos qualificada. Isso criou um achatamento no poder de competição da mão de obra.	4,00	4,00	4,75	3,75	0	3,67
A3	Nos últimos anos o sistema capitalista produziu uma profunda crise na humanidade em que o trabalhador perdeu a sua identidade social, por conta das bruscas mudanças exigidas nas suas atividades laborais e intelectuais.	4,00	2,50	2,67	3,88	0	4,22
A4	A competitividade no mundo do trabalho provocou uma alienação da própria cognição do trabalhador, afastando do seu ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, para atender os valores produtivos.	4,00	4,50	4,00	3,88	0	3,94
A5	As novas exigências do novo mundo produtivo reduziram muito a troca de experiências entre os trabalhadores; criando um ambiente de meras relações competitivas, e; fechando portas para as relações interpessoais e sociais;	4,00	4,00	2,50	3,13	0	3,94

A6	As novas exigências impostas ao trabalhador pelo mundo produtivo, somente podem ser assimiladas mais rapidamente, por aqueles que possuam maior formação, conhecimentos, cognição e adaptabilidade.	3,00	3,50	2,75	3,50	0	4,00
A7	No novo sistema de emprego, exigindo maior adaptabilidade, o trabalhador se vê obrigado a exercer funções diversas de sua formação, levando à desprofissionalização e reduzindo as vagas no mundo do trabalho.	4,00	4,00	4,25	3,00	0	3,56
A8	A orientação para uma dominante revolução tecnológica provoca uma violência contra o trabalhador, pelas pressões que o sistema exerce sobre suas funções e reações psicosociais.	4,00	4,00	3,25	3,00	0	3,39
A9	Pelo novo modelo, o trabalhador não consegue impor nenhuma condição que contrarie as normas do capital. Assim, não consegue fugir do descontrole sobre o emprego nem consegue atuar nos processos decisórios das organizações.	4,00	3,50	3,00	3,38	0	3,50
A10	O novo modelo produtivo oferece perigo de alienação do trabalhador às diretrizes do capitalismo. É preciso recuperar, também, o trabalho como a atividade especificamente humana;	4,00	4,50	3,00	3,63	0	3,94

A = Ingresso no magistério antes do ano 2002.

D = Ingresso no magistério depois do ano 2002.

Fonte: Cálculos elaborados pela pesquisadora de acordo com as respostas obtidas na pesquisa, 2016.

4.1.1 Visão dos docentes com pós-doutorado

Observa-se na tabela acima que na visão dos professores com pós-doutorado a principal influência das novas formas de organizar a produção e o trabalho ditadas pelo modelo capitalista/toyotista, sobre a educação e a formação da mão de obra, é a redução da matriz de empregos no país. Isso, por conta da adoção cada vez maior de tecnologias nos postos de trabalho, e da busca constante da simplificação e da especialização da mão de obra para atender às demandas do mundo produtivo.

Realmente, tais fatos delineiam um quadro onde a busca por maior produtividade, eficiência e adaptabilidade da mão de obra, representam as maiores exigências do mundo produtivo para o perfil do profissional que demanda. Linhas atrás, aprendemos que os maiores reflexos da estruturação do sistema produtivo e da forma com que ele organiza a produção e o trabalho, incidem direta e necessariamente na formação da mão de obra demandada por ele. Mas, por outro lado, é a sociedade que determina, indiretamente, o sistema a ser adotado pelo mundo produtivo, para conseguir atender às demandas por seus produtos e serviços. O fato é que a sociedade cresce, aprimora-se, desenvolve-se e, com isso, faz crescer suas demandas e

exigências por uma variedade maior de produtos e serviços, por uma qualidade maior, por tecnologias e por preços menores. E para se adequar a tais demandas e exigências, o sistema produtivo precisa melhorar seus processos produtivos e reduzir custos. O preço social pode ser maior ou menor dependendo dos impactos que tudo isso provoca sobre a matriz de empregos.

Os postos de trabalho são reduzidos pelo uso de novas tecnologias e pela simplificação dos processos produtivos e por assim acontecer, os processos admissionais se tornam bem mais exigentes e seletivos. A redução dos postos de trabalho pela substituição tecnológica, pela redução dos cargos e a maior seletividade da mão de obra para um menor número de vagas, reduz drasticamente a matriz de empregos.

No fordismo a automação implementada pelo sistema, também provocou crises no mundo do trabalho, só que agora não se buscava mão de obra tão qualificada e sim mais técnica. Foi exatamente o que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. Conclui-se que mais uma vez a matriz de empregos foi afetada.

O surgimento do toyotismo provocou nova mudança no quadro da empregabilidade. A sociedade, mais exigente, sinalizou para demandar maior diversidade de produtos, qualidade, preços, inovação, tecnologia e com isso a mão de obra exigida pelo setor produtivo mudou de perfil, exigindo agora, mais refino, criatividade e capacidade inovar. Perdem espaços os técnicos, ganham espaços os científicos, pesquisadores, estudiosos e multifuncionais.

Por tudo isso as instituições encarregadas da formação profissional tem que se adaptar a tais mudanças sob pena de se colocarem à margem dos processos socioeconômicos globalizados. O novo perfil profissional demandado por esse novo mundo está focado de profissionais mais qualificados, diferenciados e acima de tudo empreendedores para que possam fugir da pressão do desemprego cada vez mais maior, criado pelo modelo toyotista de organizar a produção e o trabalho. Isso se aplica a todas as áreas de formação profissional com uma dificuldade muito maior para a carreira docente que não tem muitas oportunidades de empreender, subjugando-se ao mundo do trabalho.

Ainda na visão daqueles docentes, todas as demais influências e reflexos propostos pela pesquisadora possuem a mesma relevância e o mesmo peso, revelando que os professores com pós-graduação possuem uma visão sistêmica apurada – socioeconômica e das suas correlações com a educação superior.

Para esses profissionais um dos principais efeitos e influência causados pela nova organização do trabalho e da produção é o perigo de alienação do trabalhador às diretrizes do

capitalismo obrigando-o a dar ao trabalho uma configuração menos humanista, mais racional e mais técnica.

Parece-nos realmente uma visão abalizada e técnica. A desumanização do trabalho se torna possível quando ele é moldado apenas pelos fatores competitivos – matriz do modelo toyotista – de organizar a produção e o trabalho. Assim, é uma tarefa difícil para a Universidade ou qualquer outro agente formativo, moldar indivíduos que consigam dar ao trabalho significados mais humanizados e que ao mesmo tempo consigam conviver com as novas realidades e pressões que o sistema exerce sobre o trabalhador, inserido no contexto.

Aqueles docentes entendem ainda que o aumento da competitividade no mundo do trabalho provocou uma alienação da própria cognição do trabalhador, afastando do seu ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, para atender os valores produtivos.

Tal comportamento é inevitável. As organizações exercem uma enorme pressão sobre a cognição do trabalhador porque isso representa aumento da produtividade. Para isso condicionam o trabalhador a concentrar todas as suas forças no atendimento e defesa da filosofia, dos valores, das crenças e dos objetivos organizacionais. Não sobra assim, muito espaço para o trabalhador exercer o seu papel político e social.

Como se observa, os docentes com pós-doutorado possuem uma visão bastante humanizada do trabalhador e contestam o novo sistema produtivo por impedir uma formação profissional com tais características. Entendem ainda que o convívio do trabalhador nesse contexto exige uma formação especial, que além de lhe permitir o resgate de seus valores e crenças, lhe oriente como lidar de forma menos traumática com a competição do mundo do trabalho.

4.1.2 Visão dos docentes com formação em Doutorado

A visão dos docentes com formação em doutorado sobre as influências do mundo produtivo na formação da mão de obra não é muito diferente da visão dos docentes com pós-doutorado. Para esse grupo de pesquisados as principais influências e reflexos do novo sistema produtivo sobre a vida e a formação do trabalhador estão refletidos no achatamento do poder de competição da mão de obra, face a alta especialização e maior procura por mão de obra mais qualificada.

É evidente que isso provoca uma corrida constante do trabalhador para uma melhor formação, mas, ao mesmo tempo reduz a sua competitividade no ambiente de trabalho face ao nivelamento de formação dos trabalhadores contrapondo a um espaço de empregabilidade cada vez menor. Por isso a corrida do trabalhador para se qualificar está ocorrendo com maior frequência, e não é raro observar indivíduos ocuparem cargos e desempenhar funções que na prática não exigem aquela formação. Mas contribui decisivamente na produtividade, objeto maior do sistema capitalista/toyotista.

Para esse grupo de pesquisados outra influência marcante é que o trabalhador, uma vez obrigado a exercer diferentes funções, perde a identidade com sua formação caracterizando, portanto, a sua desprofissionalização. Tecnicamente falando, a visão desses docentes é que tudo está relacionado com a pressão que o novo sistema produtivo exerce sobre a vida e sobre a formação do trabalhador. O parágrafo anterior demonstra também exemplo de fatos que contribuem para o fator desprofissionalização.

O perigo de uma crise de humanidade no trabalho ocorre quando o trabalhador perde a sua identidade social, por conta das bruscas mudanças exigidas nas suas atividades laborais e intelectuais. A necessidade de estar sempre competindo, de ser sempre o melhor e acima disso, de fazer o diferente pode impor ao trabalhador um ritmo alucinante de obediência às normas e procedimentos impostos pela organização e pelo sistema, provocando assim a substituição de identidade, pela identidade organizacional. Implica viver intensamente a organização, abdicando dos próprios princípios e valores pessoais.

Não raro a imposição de normas e regras – produtividade, qualidade, controle, disciplina, dentre outros processos de controle, obrigam o trabalhador a se preocupar mais com o seu desempenho do que com a sua satisfação, no ambiente de trabalho. Isso pode acontecer, mas não é uma regra. O setor produtivo tem mudado muito para melhorar a gestão e o relacionamento com pessoas adotando novas técnicas e processos, oriundos de estudos empírico-científicos. Contribuiu também para a melhoria nas relações, a busca por maior formação e a luta do trabalhador, na defesa de seus direitos. O próprio conceito de direitos trabalhistas mudou e não se restringe a direitos de natureza pecuniária, mas sobretudo, visando ações e procedimentos que contribuam para o desenvolvimento das pessoas e com a qualidade de vida no trabalho.

Resumidamente, para os mesmos docentes, os principais efeitos e influências exercidos pelo novo mundo produtivo – toyotismo – sobre a vida e formação do trabalhador, estão também, relacionados com: i) o achatamento da matriz do emprego; ii) o surgimento de uma profunda crise na humanidade em que o trabalhador perdeu a sua identidade social, tudo

por conta das bruscas mudanças exigidas nas suas atividades laborais e intelectuais; e iii) que a competitividade no mundo do trabalho provoca uma alienação da própria cognição do trabalhador, afastando do seu ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, para atender os valores produtivos.

Cabe ressaltar ainda que todos os demais efeitos e influências propostas pelo estudo, e descritos na tabela acima, na visão dos docentes com doutorado, pelo *Ranking Médio*, possuem um grau de importância mais pulverizado do que aqueles percebidos pelos docentes com formação em pós-doutorado que deram um grau de importância uniforme e elevado sobre os mesmos. Tal fato pode justificar realmente a influência dos movimentos do mundo produtivo na formação do indivíduo qual seja, quanto maior a formação mais ampla é a visão dos processos inseridos naquele cenário.

4.1.3 Visão dos docentes com formação em Mestrado

Os docentes com formação em mestrado, todos ingressantes na universidade a partir do ano 2002 entendem que a principal influência das novas formas de organizar a produção e o trabalho ditados pelo modelo capitalista/toyotista sobre a empregabilidade e sobre a formação da mão de obra no país a partir do ano 2002, é uma profunda crise na humanidade em que o trabalhador perdeu a sua identidade social, por conta das bruscas mudanças exigidas nas suas atividades laborais e intelectuais.

Com certeza essa crise existe por vários fatores. A perda da importância do domínio laboral do trabalho substituída pelas funções intelectuais e pela obrigação de exercer funções diversas de sua formação original; pela substituição do trabalhador por tecnologias e pela simplificação de processos, e; ainda por uma exigência exacerbada sobre o desenvolvimento das habilidades cognitivas, afastou o trabalhador de fatores definiam o caráter pessoal de sua identidade social. Deixa de ser um indivíduo personalizado por suas características pessoais, para se transformar em uma mera engrenagem do sistema produtivo. Digo mais, perde sua identidade política porque o seu discurso, está necessariamente ligado e direcionado pelos ditames organizacionais.

Os agentes têm de ter, ainda, muito cuidado e contribuir para evitar a perigosa perda da identidade do trabalhador com sua formação e expectativas profissionais. Isso pode ser um sintoma de desprofissionalização, o que realmente se torna preocupante no sentido de prejudicar a satisfação do trabalhador com o seu trabalho. As suas vocações, a satisfação com

o trabalho, os seus anseios e as suas realizações profissionais do trabalhador, podem ficar estanques, prejudicados ou perdidos, ao longo do caminho que percorre para atender as pressões exercidas pelo mundo produtivo sobre o seu trabalho.

Corroboram ainda com a visão dos docentes com outras formações, que são importantes também, as influências do mundo produtivo sobre a formação da mão de obra, porque aliena aos agentes formativos, novas exigências formativas e novas preocupações com sua formação e com o desenvolvimento cognitivo do trabalhador. Preocupam ainda e assim com a necessidade de se criar um profissional com alto grau de polivalência de conhecimentos para serem capazes e de se adaptarem em situações diversas. Tudo, portanto, está condicionado ao poder do trabalhador de assimilar às demandas do mundo produtivo, por exercer seu trabalho num ambiente de grande estresse. Formar esse indivíduo não será uma tarefa simples.

Num raciocínio lógico, alinhando as visões os docentes com formação em mestrado às visões de outros colegas pesquisados, todos atribuem grande relevância também às influências do mundo capitalista pelo aumento da competitividade no mundo do trabalho, provocando uma alienação da própria cognição do trabalhador; afastando do seu ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, substituindo-os por valores do mundo produtivo. Em outras palavras é o mundo produtivo provocando profundas mudanças culturais no trabalhador através do condicionamento de mudanças de seu foco.

Tudo depende das configurações que o trabalhador cria a respeito do trabalho e de como as organizações contribuem para a melhoria nas relações. A visão moderna de que empresa é um ente sistêmico e integrado à sociedade, da qual depende para definir, criar e oferecer seus produtos e serviços, necessariamente, envolve os traços e os laços culturais de toda sociedade e principalmente do trabalhador. Esta determinante pode em última instância, minimizar uma virtual distância entre os objetivos organizacionais e os objetivos, crenças, valores e símbolos do trabalhador.

Ressaltam ainda como fonte importante de influências sobre a formação da mão de obra o fato de que as novas exigências do novo mundo produtivo reduziram muito a troca de experiências entre os trabalhadores; criando um ambiente de meras relações competitivas, e; fechando portas para as relações interpessoais e sociais.

Entendemos como lamentável, a transformação do indivíduo em um mero competidor por um espaço, castrando-o totalmente das funções políticas e sociais. Concordam assim, que as exigências do mundo capitalista/toyotista, provocaram uma desumanização do trabalho, provocando no trabalhador uma configuração muito técnica e fria do trabalho.

Finalmente, a exemplo de todos os demais pesquisados, esse grupo de docentes concorda que o novo modelo produtivo oferece perigo de alienação do trabalhador às diretrizes do capitalismo, afastando de suas configurações o conteúdo do trabalho como sendo uma atividade especificamente humana. No caso, o foco do trabalhador passa a ser na competitividade profissional e nos objetivos das organizações produtivas, afastando-se e até evitando relações que possam comprometer o seu posicionamento ou desenvolvimento político e social. Aliás, isso contraria o discurso do mundo produtivo que prega a participação ativa do trabalhador nas organizações. Pode ser verdade, mas essa participação estará sempre vinculada aos valores e crenças da organização e do sistema.

4.1.4 Considerações gerais sobre as influências das regras do mundo produtivo sobre a formação da mão de obra na visão geral dos docentes

A leitura sobre as indicações e visões dos três grupos de docentes pesquisados sobre as influências do novo capitalismo – modelo toyotista de organizar a produção e o trabalho – sobre a formação da mão de obra, é realmente muito conclusiva e compõe um quadro de reflexões muito interessante.

Sobre esse modelo focado na racionalização dos processos produtivos, na seletividade da mão de obra e na produtividade, todos os pesquisados, mesmo que por variáveis diferentes, concordam que o sistema produtivo exerce um papel interferente e determinante na formação da mão de obra e na empregabilidade.

A tabela 2 abaixo apresenta os números do grau de concordância dos pesquisados sobre as influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre a formação da mão de obra.

Tabela 2. Números de incidências em cada opção proposta do grau de concordância sobre as principais influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre a formação da mão de obra

Altern	Afirmativa proposta	Número de incidências em cada Grau de Concordância				
		DT	DP	NCND	CP	CT
A1	O cenário descrito implica na adoção de mais tecnologias; na simplificação e na especialização da mão de obra; e, portanto, na redução da matriz de empregos, no país.	6	2	2	24	14
A2	O quadro da empregabilidade no país a partir do ano 2002 mudou, aumentando a procura por mão de obra mais qualificada e reduzindo a procura por mão de obra menos qualificada. Isso criou um achatamento no poder de	4	4	0	26	14

	competição da mão de obra.				
A3	Nos últimos anos o sistema capitalista produziu uma profunda crise na humanidade em que o trabalhador perdeu a sua identidade social, por conta das bruscas mudanças exigidas nas suas atividades laborais e intelectuais.	4	0	2	22
A4	A competitividade no mundo do trabalho provocou uma alienação da própria cognição do trabalhador, afastando do seu ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, para atender os valores produtivos.	5	4	6	13
A5	As novas exigências do novo mundo produtivo reduziram muito a troca de experiências entre os trabalhadores; criando um ambiente de meras relações competitivas, e; fechando portas para as relações interpessoais e sociais;	5	6	4	13
A6	As novas exigências impostas ao trabalhador pelo mundo produtivo, somente podem ser assimiladas mais rapidamente, por aqueles que possuam maior formação, conhecimentos, cognição e adaptabilidade.	2	2	15	20
A7	No novo sistema de emprego, exigindo maior adaptabilidade, o trabalhador se vê obrigado a exercer funções diversas de sua formação, levando à desprofissionalização e reduzindo as vagas no mundo do trabalho.	7	6	7	12
A8	A orientação para uma dominante revolução tecnológica provoca uma violência contra o trabalhador, pelas pressões que o sistema exerce sobre suas funções e reações psicossociais.	6	7	6	18
A9	Pelo novo modelo, o trabalhador não consegue impor nenhuma condição que contrarie as normas do capital. Assim, não consegue fugir do descontrole sobre o emprego nem consegue atuar nos processos decisórios das organizações.	6	8	4	21
A10	O novo modelo produtivo oferece perigo de alienação do trabalhador às diretrizes do capitalismo. É preciso recuperar, também, o trabalho como a atividade especificamente humana;	5	2	2	19
Totais	Total das incidências	50	41	48	188
%	Porcentagem de cada tipo de incidência	10	9	10	32

DT = Discordo Totalmente.

DP = Discordo Parcialmente

NCND = Nem Concordo Nem Discordo.

CP = Concordo Parcialmente.

CT = Concordo Totalmente.

Fonte: Produzido pela pesquisadora - Resultados consolidados do número de incidências de respostas em cada alternativa proposta, 2016.

O grande destaque fica por conta do alto grau de concordância dos pesquisados com as hipóteses propostas sobre as influências e os efeitos das exigências do mundo produtivo sobre a

vida e a formação do trabalhador. A soma do grau de concordância (total ou parcial) dos pesquisados é de 71%.

Por todo exposto até aqui, reforça-se a tese que as novas formas de organizar a produção e o trabalho ditadas pelo novo modelo capitalista/toyotista provocaram mudanças substanciais no comportamento, na vida e na formação do trabalhador, fato que exigiu também uma mudança total do foco formativo desse indivíduo para compô-lo suficientemente adaptado e conviver com esse mundo.

Isso leva a inferir, preliminarmente, que a Reforma Universitária – nas Universidades Federais – ao propor uma formação de pesquisadores para orientar e desenvolver pesquisas e tecnologias para servir as empresas está de certa forma, tentando alinhar seus objetivos, suas funções e seus propósitos aos ditames do novo modelo capitalista.

No subitem seguinte será possível discutir se efetivamente o novo modelo produtivo, pelo novo perfil de mão de obra que demanda, exerce influências ou ingere nas funções, comportamentos e objetivos do docente.

4.2 Os impactos sobre a carreira docente provocados pela reestruturação do trabalho e da produção a partir do ano 2002 – Modelo Capitalista/Toyotista

É sintomático. Uma mudança de foco, de comportamento e de procedimentos dos agentes que permeiam o mundo produtivo ou ainda na sua forma de atuar e produzir, necessariamente, desencadeia processos de mudanças e de adaptações não somente nos agentes e nos fatores produtivos mas, por consequência em todo tecido social. Isso talvez pudesse ser contestado caso não vivêssemos no contexto de um sistema capitalista. Como não é o caso, a ocorrência de fenômenos que alteram a forma de organizar a produção e o trabalho, provoca reflexos, inevitáveis mudanças no comportamento, nas atitudes e nos projetos da sociedade como um todo, sobremodo, na vida do trabalhador.

Na primeira parte das discussões propostas por este trabalho, verificou-se que os pesquisados de forma significativa, percebem e concordam com as inúmeras relações existentes entre as duas variáveis – demandas de mão de obra pelo mundo produtivo e formação desta mão de obra.

Ora, havendo relações e vínculos diretos entre a organização da produção e do trabalho com a formação da mão de obra, é razoável afirmar que isso determina a necessidade e prioridade de adequação às normas de tais relações, pelos organismos formadores daquela mão de obra. Daí, não é exagero admitir que as exigências do mundo produtivo sobre o perfil

da mão de obra demandada, provocam mudanças nas diretrizes – missão e objetivos – das Escolas e da Universidade. A partir daí, não há como evitar mudanças nos objetivos, nos posicionamentos e nos procedimentos do docente para adequar-se e alinhar-se aos objetivos da instituição a que serve.

Por tais pressupostos definiu-se como objetivos deste bloco de afirmativas conhecer, compreender e discutir as opiniões dos pesquisados relacionadas aos impactos sobre a carreira e o trabalho docente, provocados pela reestruturação do trabalho e da produção, a partir do ano 2002.

Para facilitar o raciocínio do pesquisado propôs-se que “As mudanças ocorridas no mundo produtivo a partir do ano 2002 criaram novas exigências sobre o perfil do trabalhador, da mão de obra, e; reescreveram as relações trabalhistas sob a ótica da participação e do controle. Tudo isso desencadeou novas preocupações no mundo do ensino com reflexos substanciais sobre os papéis da profissão docente.

A tabela 3 abaixo traduz, pelo Ranking Médio, a visão dos pesquisados sobre os reflexos mais importantes das formas de organizar a produção e o trabalho sobre os papéis da profissão docente.

Tabela 3. Ranking Médio - Visão dos pesquisados sobre os principais reflexos das formas de organizar a produção e o trabalho sobre os papéis da profissão docente

Alter n.	Formação do respondente	Pós Doutorado		Doutorado		Mestrado	
		A	D	A	D	A	D
A1	Mesmo sob a pressão do Estado e do sistema capitalista, mesmo depois das reformas do ensino/universidade, a partir do ano 2002 o sistema de ensino não consegue produzir mão de obra e tecnologias com a mesma velocidade exigida pelo mundo produtivo.	4,00	3,00	4,00	2,63	0	3,50
A2	O valor do trabalho docente é reconhecido quando os seus processos objetivam, prioritariamente, a formação do indivíduo para servir o mundo produtivo, e em um plano inferior, contribuir para as mudanças e transformações da sociedade.	1,00	4,50	4,25	2,88	0	3,11
A3	As reformas no ensino e na universidade criaram a partir do ano 2002 várias dificuldades para o docente dentre elas, a de adaptação às novas formações técnicas e cognitivas, à leitura e à interpretação dos novos projetos de objetivos globais;	3,00	3,50	4,00	2,63	0	3,33
A4	As novas necessidades do mundo produtivo provocaram o esfacelamento da tradição intelectual docente, que não tem categorias suficientemente abrangentes	3,00	3,50	4,00	2,50	0	3,44

	para lidar de maneira apropriada com o ineditismo das experiências políticas exigidas.						
A5	A vinculação, a dependência e a submissão do trabalho docente aos ditames do mundo capitalista é indiscutível. A importância do trabalho docente é medida e se expressa, inexoravelmente, através dos indicadores sobre o desenvolvimento socioeconômico do País.	2,00	3,50	4,75	2,88	0	3,61
A6	As reformas do ensino e da universidade implementadas sob a égide do mundo produtivo, supervalorizam os valores e as crenças ditados pelas instituições de ensino, em detrimento aos valores e as crenças do docente, agredindo violentamente seu <i>status quo</i> e comprometendo a qualidade de vida no seu ambiente de trabalho.	2,00	4,50	4,75	3,25	0	3,78
A7	Após as reformas no sistema de ensino e da universidade, o trabalho docente tornou-se, cada vez mais dependente do sistema sociopolítico, mais hierarquizado, penoso, competitivo, e desvalorizado. Desconfigurou o microcosmo em que o docente atua, submetendo-o aos interesses do macroambiente.	4,00	4,00	4,50	3,00	0	3,67
A8	O professor, condicionado à nova ordem do setor produtivo se sente violentado; mudando as suas expectativas e configurações sobre o trabalho, por força das mudanças psicosociais em curso.	3,00	3,50	4,25	2,88	0	3,44
A9	O sentido da profissão docência não pode ficar restrito ao seu ambiente de trabalho e este, desatrelado do que está acontecendo no mundo produtivo e do trabalho, porque não é mais apenas nele que o docente consegue relacionar-se, produzir, realizar-se e, sobretudo, avaliar os resultados do seu trabalho.	3,00	3,50	4,25	3,50	0	4,56
A10	O professor, no novo modelo produtivo e com medo do desemprego, redefiniu suas ações abdicando de valores políticos importantes. Mantido praticamente pelo Estado, mentor do neoliberalismo, o docente passou a jogar o jogo ditado pelas corporações.	4,00	3,00	3,75	2,38	0	2,61
A11	A precarização do trabalho docente ou desvalorização do professor não se restringe à vergonhosa remuneração. A jornada de trabalho e os objetivos profissionais representam novos desafios para o sistema.	3,00	5,00	4,75	3,38	0	4,00
A12	A nova regulamentação da reforma de ensino e da universidade para atender o mundo capitalista, restringe o campo de trabalho e a satisfação no trabalho do docente, maculando-a pela disparidade de interesses e de propósitos.	3,00	4,50	4,50	3,88	0	4,06
A13	Pelos fundamentos do mundo produtivo, o	2,00	4,00	3,75	2,63	0	3,00

	trabalho docente por ser imaterial e, sobretudo, intelectual, é considerado improdutivo porque não converge em meios de produção e de subsistência.						
A14	Com a expansão do ensino superior no Brasil, atraídos por melhores condições de trabalho, de salários e instigados pela possibilidade da empregabilidade, os professores do ensino superior criaram uma nova demanda profissional.	4,00	3,50	3,25	3,50	0	4,22
A15	O fantasma do desemprego ronda o docente em relação à sua qualificação. Ora é exigida, ora é desprezada, já que a titulação dos professores muitas vezes é omitida sob pena de demissão.	4,00	4,00	3,75	2,88	0	3,39
A16	Precarização do trabalho, flexibilização das tarefas, regime de dedicação no trabalho, são efeitos presentes que nos permitem inferir, que o novo capitalismo criou uma nova identidade para o docente, marcada por piores condições de trabalho.	3,00	4,00	4,75	3,50	0	4,06
A17	No novo capitalismo o professor se sente mais pressionado para mudar a si próprio e em conseguir responder às demandas que estão muito além da sua formação. Não há limites para atitudes inovadoras e estimuladoras de mudanças.	3,00	4,00	4,50	2,00	0	3,00
A18	O professor, eclético e polivalente, para atender uma demanda de novos tipos profissionais, traz consigo um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional e de constatação de que ensinar, às vezes, não é o mais importante.	3,00	3,00	3,75	2,63	0	4,00
A19	O Estado, elemento regulador e fiscalizador, interfere de forma direta (instituições públicas) e indireta (instituições privadas); nas políticas de emprego e de funcionamento das Instituições de Ensino. Isso interfere na empregabilidade do setor.	4,00	4,50	4,75	3,63	0	3,83
A20	A reforma universitária não se ateve a um problema: o baixo crescimento nos cursos de graduação e de pós-graduação voltados para profissão docente, comparado com o crescimento exponencial de cursos em outras áreas.	3,00	3,00	3,50	3,50	0	4,22
A21	Participar é se relacionar com a distribuição do poder, de autoridade, de propriedade, de coordenação e de integração no processo de tomada de decisão. Assim, a nova universidade, focada nas regras do sistema produtivo, não facilita a participação do docente nos processos.	2,00	2,50	3,50	3,50	0	3,61
A22	Na função docente não há, dado as especificidades funcionais de cada um, a chamada rotação de tarefas preconizada pela nova forma de organizar o trabalho. O professor não tem controles dos processos	4,00	3,50	3,00	3,50	0	3,89

	educativos totais, a não ser em relação à produção do aluno.						
A23	A Reforma Universitária representa uma violência contra os fundamentos do trabalho pelo seu caráter político. Fundamentada simplesmente em alinhar os objetivos do ensino superior aos objetivos do capitalismo e do País; com a função central é criar novas técnicas e tecnologias de organização do trabalho e da produção, não atinge os objetivos maiores do trabalho docente.	3,00	4,50	4,50	3,25	0	3,56
A24	Pode não ter sido perfeita sob a ótica de trabalho, mas a Reforma Universitária tentou resolver um quadro crítico de carências, inclusive para mão de obra docente, mesmo que o objetivo central tenha sido aparelhar a competitividade do Estado.	4,00	4,00	3,25	3,00	0	3,50
A25	O professor, depois da Reforma Universitária, por ter que seguir os fundamentos capitalistas, passou a trabalhar a favor de uma proposta que não acredita, que não ajudou a elaborar, que já veio com os caminhos e direções prontos, inibindo a própria criatividade profissional e intelectual.	3,00	3,50	4,00	2,50	0	3,61
A26	O docente universitário, com certeza está atuando num ambiente precário, sem autonomia, desmotivado, desvalorizado e sem perspectivas maiores, enquanto perdurarem os fundamentos neocapitalistas nos processos educacionais.	3,00	3,50	3,75	3,38	0	3,72
A27	O discurso proferido em defesa da reforma universitária omite a verdadeira exploração, intensificação e precarização do trabalho docente, porque não estabelece vínculos à própria luta pela sobrevivência ditada pelo sistema de metabolismo social do capital.	3,00	4,50	4,25	3,63	0	3,83
A28	Há uma grande concorrência na docência universitária porque os cursos em outras áreas de profissionalização absorvem em seus quadros uma maioria considerável de profissionais-docentes.	4,00	3,00	3,50	2,75	0	2,83

A = Ingresso no magistério antes do ano 2002.

D = Ingresso no magistério depois do ano 2002.

Fonte: Cálculos Elaborados pela Pesquisadora de acordo com as Respostas obtidas na pesquisa, 2016.

4.2.1 Visão dos docentes com Pós-doutorado

Pela leitura da tabela acima e na visão dos professores com pós-doutorado, os impactos e reflexos mais importantes exercidos pelo mundo produtivo sobre a carreira docente a partir do ano 2002, estão relacionados com a incapacidade do Sistema de Ensino

como um todo, mesmo sob a pressão do Estado e do sistema capitalista, de produzir mão de obra e tecnologias com a mesma velocidade exigida pelo mundo produtivo.

Na verdade isso não se trata de incompetência do Sistema de Ensino mas, principalmente porque sendo um sistema extremamente burocrático e pesado, regulado por um Estado e com as mesmas características, não consegue acompanhar com a mesma velocidade as mudanças ocorridas no mundo produtivo, notadamente sobre as características a serem implementadas ao profissional formado. Os projetos pedagógicos são projetos que não se modificam com a mesma celeridade. Da forma com que se comportam os dois sistemas este *gap* sempre existirá, refletindo em todo sistema socioeconômico. Em outras palavras o Sistema de Ensino está sempre atrás das exigências que lhe são impostas pelo mundo produtivo.

Na visão dos mesmos docentes, além das exigências que lhe são impostas no que se refere à formação, postura e objetivos, o trabalhador é obrigado a conviver com um mal generalizado no mundo do trabalho: o desemprego. Ele existe também na carreira docente. Um dos fundamentos do sistema capitalista que reflete no ensino é uma formação de mão de obra para servir este mundo. O docente não está livre dessa ameaça, principalmente quando atua nas Instituições Particulares onde é muito forte a relação titulação/empregabilidade, como fator redutor desta.

Enquanto as Universidades Federais valorizam sobremaneira a titulação, por questões financeiras e de objetivos, as Instituições Particulares, no máximo, atendem os percentuais de titulação exigidos para compor os seus quadros. Isso, ao mesmo tempo em que provoca uma corrida para a titulação, circunscreve um quadro restrito da massa de empregabilidade para o professor Universitário. Soma-se a isso o aumento da concorrência para a docência universitária registrado em Instituições Particulares, nos cursos de graduação, outras áreas de profissionalização – que não seja para a docência. Isso acontece porque aquelas instituições absorvem em seus quadros uma maioria considerável de profissionais-docentes, tomando espaço dos docentes-profissionais. É uma concorrência significativa com os profissionais docentes e principalmente com os qualificados e titulados.

Por isso, os professores pesquisados entendem que o Estado, enquanto regulador e fiscalizador do ensino atua de forma direta (instituições públicas) e indireta (instituições privadas); nas políticas de emprego e de funcionamento das Instituições de Ensino. Isso interfere como um todo na empregabilidade do setor.

Em relação à organização e ao funcionamento dos processos internos nas instituições de ensino, os docentes pesquisados entendem que não há, dado as especificidades funcionais

de cada um, a chamada rotação de tarefas preconizada pela nova forma de organizar o trabalho do capitalismo/toyotismo. O professor não tem controle dos processos educativos totais a não ser em relação à produção do aluno. Ou seja, foge do seu controle a gestão e o controle de inúmeras decisões administrativas, restringindo o seu papel às atividades pedagógicas. O efeito de tudo isso é a limitação das capacidades produtivas do docente, contrariando o que o novo sistema produtivo preconiza, ou seja, uma atuação participativa, sistêmica e eclética.

Apesar de tudo isso, os docentes com formação em pós-doutorado acham muito importante e consideram um avanço, o fato da Reforma Universitária ter tentado resolver um quadro crítico de carências, inclusive para mão de obra docente, mesmo que o objetivo central tenha sido aparelhar a competitividade do Estado.

Os referidos pesquisados entendem ainda, que há uma grande concorrência na docência universitária porque os cursos em outras áreas de profissionalização – que não seja para a docência – absorvem em seus quadros uma maioria considerável de profissionais-docentes.

Realmente esse quadro é comum nas Instituições Privadas cujos objetivos declarados são a formação para o mundo do trabalho. Por isso valorizam muito a formação e a experiência do professor na sua área de formação. Implica, portanto, num fator de concorrência com os títulos. O oposto é a realidade das Universidades Federais.

Outro reflexo importante citado pelos pesquisados é que a pressão exercida pelas exigências do mundo produtivo sobre a profissão docente está relacionada com a precarização do trabalho docente – condições sociais e institucionais para exercer a função – ou que a desvalorização do professor não se restringe à vergonhosa remuneração. A jornada de trabalho e os objetivos profissionais do docente representam novos desafios para o sistema.

A precarização do trabalho docente é um tema sempre novo e emergente. Não se refere apenas às questões dos salários e das condições físicas de trabalho. A pressão do mundo produtivo por uma formação extremamente qualificada, direcionada e rápida; a escassez de recursos para a educação comprometendo os investimentos; a mudança dos objetivos institucionais para atender o mundo produtivo e; a premente necessidade do docente de adequar a esse quadro de pressão interfere direta e indiretamente na sua vida e na sua remuneração. A partir daí ele se vê na contingência de ser mais competitivo no seu meio; de trabalhar em mais de uma instituição para sobreviver; em aceitar passivamente os ditames institucionais em prejuízo de sua criatividade e capacidade de tomar decisões; de enfrentar um clima organizacional onde as inter-relações pessoais e profissionais são mais frias e

competitivas; de afastar-se da sua cultura e de seus objetivos pessoais. Tudo isso faz parte do conceito de precarização do trabalho.

No entendimento dos respondentes à pesquisa, outra pressão sobre o professor exercida pelo sistema, é a consciência pública de que o valor do seu trabalho, ultimamente, só é reconhecido quando os seus processos objetivam, prioritariamente, a formação do indivíduo para servir o mundo produtivo, e em um plano inferior, contribuir para as mudanças e transformações da sociedade. É uma visão muito importante porque retrata uma realidade que realmente preocupa, ou seja, é desumanizar o sistema quando a preocupação e os objetivos das instituições formadoras da mão de obra estão cada vez mais focados nas necessidades do mundo produtivo, cada vez mais aparelhado tecnicamente falando, mas a cada decisão, menos humanizado.

Uma das explicações plausíveis para os problemas mencionados, é o fato das instituições formativas serem muito burocráticas – por imposição do sistema de ensino – e geralmente adotam projetos pedagógicos pouco flexíveis, que não permitem mudanças com a velocidade compatível com as demandas e evoluções esperadas pelo mundo produtivo.

Outra questão fundamental, diz respeito ao volume e prazo com que os investimentos são feitos em pessoas, em equipamentos de apoio e nos processos educacionais, principalmente nas Instituições Federais. Tudo depende de projetos, orçamentos e de vontade política, todos precedidos por processos demorados que emperram e até inviabilizam o andamento de muitos objetivos, nas instituições. Lembrando que os investimentos em pesquisas são fundamentais para encurtar as diferenças, entre o tempo ditado pelo setor produtivo e o tempo de resposta dado pelas instituições.

Inserido nesse quadro sombrio, como agente formador que depende dos dois lados, o professor tem que “fazer mágica” e com muita boa vontade, conseguir trazer para dentro da sala de aula, para os laboratórios e para outros locais de estudos, usualmente mal equipados, as realidades sociais para serem discutidas em tempo real, cuja dinâmica produz novos eventos a todos os momentos. Mais difícil ainda é colocar os alunos no centro dos processos, orientando-os e supervisionando-os, para que eles próprios consigam buscar, processar e discutir aquelas realidades; tudo isso, sem apoio logístico, técnico, instrumental, formativo, financeiro e psicológico.

Assim, o trabalho docente exige sacrifícios físicos, intelectuais, financeiros e psicológicos do professor não lhe bastando ser bom no conteúdo ou na disciplina que ministra. Tem que ir além. Há de fazer diversas leituras de ambientes diversos, traduzir dados, enfim, decifrar fenômenos e informações mais complexas sobre questões que envolvem a

sociedade e o mundo produtivo, facilitando o acesso dos alunos aos mesmos. Para tanto deve estar continuadamente se qualificando inclusive, aberto e preocupado com as pesquisas. Estes são alguns dos fatores que estão, diuturnamente, perturbando o docente, por conta do descompasso entre o mundo produtivo e o mundo da educação no que se refere o fator tempo.

Na visão dos professores, existem ainda novas situações que completam o quadro de influências do mundo produtivo na função docente. Concordam com os demais colegas e destacam como sendo a influência mais importante do mundo produtivo sobre a carreira docente a precarização do trabalho docente e a desvalorização do professor, conforme comentado linhas atrás.

O grupo de professores ressalta também como influência sobre as funções docentes, o fato das reformas do ensino e da universidade implementadas sob a égide do mundo produtivo, supervalorizarem os valores e as crenças ditados pelas instituições de ensino, em detrimento aos valores e as crenças do docente, agredindo violentamente seu *status quo* e comprometendo a qualidade de vida no seu ambiente de trabalho.

Não há como negar que no seio da Universidade existe a competição ditada pelo mundo produtivo e o alinhamento dos objetivos institucionais aos objetivos do Estado, tanto nas Instituições Privadas quanto nas Instituições Públicas. Daí o modelo alienado pelo Estado vai impregnar todos os objetivos, crenças e valores do docente por uma configuração totalmente distorcida sobre o seu trabalho que consequentemente, comprometerá seu status, suas relações profissionais, e extensivamente, suas relações familiares e sociais.

É uma visão unânime da classe de professores com pós-doutoramento, muito importante na avaliação do contexto; reforçada pela visão de que a nova regulamentação da reforma de ensino e da universidade para atender o mundo capitalista, restringe o campo de trabalho e a satisfação no trabalho do docente, maculando-a pela disparidade de interesses e de propósitos. São os chamados conflitos de interesses e de objetivos comentados neste texto.

Reforçam a visão ao concordarem que a Reforma Universitária representa uma violência contra os fundamentos do trabalho pelo seu caráter político. Fundamentada simplesmente em alinhar os objetivos do ensino superior aos objetivos do capitalismo e do País, e; com a função central é criar novas técnicas e tecnologias de organização do trabalho e da produção, não atinge os objetivos maiores do trabalho docente.

Esses docentes são enfáticos sobre a grande influência do novo modelo produtivo sobre as funções docentes quando concordam que o discurso proferido em defesa da reforma universitária omite a verdadeira exploração, intensificação e precarização do trabalho docente,

porque não estabelece vínculos à própria luta pela sobrevivência ditada pelo sistema de metabolismo social do capital.

Realmente a reforma universitária é muito prática e objetivamente política. Por isso mesmo ela coloca como verdade o fato de que ela, a reforma, resolveria também os problemas da profissão, do trabalho e da satisfação do docente. Na verdade o que ela fez foi camuflar a existência e aumento de uma acirrada luta do docente pela própria sobrevivência, pela competição e pelas novas exigências profissionais. Inobstante tenha avançado em alguns pontos sobre a carreira docente, a Reforma não conseguiu minimizar alguns problemas sérios como o dos salários e da empregabilidade no setor. É o reflexo da dependência do Estado para o desenvolvimento da profissão. Os investimentos em educação são ainda insuficientes para resolver a maioria dos seus problemas.

Resumidamente a visão geral dos docentes com formação em pós-doutorado reflete claramente uma posição comparativa, ampla e bem próxima da realidade, sobre as principais influências e reflexos das formas de organizar a produção e o trabalho, ditadas pelo novo capitalismo/toyotista sobre os papéis da profissão docente. Se por um lado observa-se por parte dos professores que ingressaram na universidade antes de 2002 uma luta para estreitarem o *gap* entre os dois períodos, por outro reflete uma enorme frustração de expectativas sobre as reformas nos docentes que ingressaram a partir do ano 2002. No resto, as considerações e as visões são semelhantes e complementares.

4.2.2 Visão dos docentes com formação em Doutorado

Esse grupo de professores não é muito diferente, embora ampliem o quadro de eventos e influências importantes produzidos pelo mundo capitalista, que pressionam a carreira docente.

A primeira relação importante na visão do grupo é concordar que existe uma indiscutível vinculação, dependência e submissão do trabalho docente aos ditames do mundo capitalista. Realmente, a importância do trabalho docente é medida e se expressa, inexoravelmente, através dos indicadores sobre o desenvolvimento socioeconômico do país, produzidos e/ou monitorados pelo Estado. Faz parte de um conjunto de indicadores que avaliam fundamentalmente a posição do Estado junto à concorrência internacional não servindo primeiramente para orientar os investimentos e o desenvolvimento sociocultural e da educação.

Concordam com os outros colegas docentes como influência importante, que as reformas do ensino e da universidade implementadas sob a égide do mundo produtivo, supervalorizam os valores e as crenças ditados pelas instituições de ensino, em detrimento aos valores e as crenças do docente, agredindo violentamente seu *status quo* e comprometendo a qualidade de vida no seu ambiente de trabalho. Isso já foi comentado linhas atrás.

Não deixaram também de confirmar como muito importante, o fato de que a precarização do trabalho docente ou que a desvalorização do professor não se restringe à remuneração, à jornada de trabalho. Ressaltam pelas entrelinhas que os objetivos profissionais do docente representam novos desafios para o sistema de ensino. São novos desafios sim, inclusive para colocar em pauta uma nova discussão conceitual sobre a precarização do trabalho docente. É pertinente ampliar a abrangência do conceito, como proposto nesta tese.

Esse grupo de docentes concorda que após as reformas no sistema de ensino e da universidade, o trabalho docente tornou-se cada vez mais dependente do sistema sociopolítico, mais hierarquizado, penoso, competitivo e desvalorizado e que isso provocou a desconfiguração do ambiente interno em que o docente atua, submetendo-o aos interesses do macroambiente. Esta concordância apenas reforça a visão geral de todos os respondentes, sobre as influências negativas que o sistema produtivo exerce sobre o trabalho docente, quando dependente do mundo político, também sob a ótica técnica/funcional.

Por esse grupo de docentes é reforçada a visão geral de que o Estado, enquanto organismo regulador e fiscalizador da educação, interfere de forma direta (instituições públicas) e indireta (instituições privadas) nas políticas de emprego e de funcionamento das Instituições de Ensino. O grupo deixa claro também que o Estado através de suas políticas educacionais, definidas pela reforma do ensino e da universidade; fundadas nos pressupostos do capitalismo/toyotista e na competitividade do próprio Estado, interfere na empregabilidade de todos os setores da economia inclusive do ensino.

Tudo está relacionado: maior formação e capacitação para o docente; diferenciação dos objetivos entre as Universidades Federais e as Instituições Privadas; valorização das pesquisas específicas para as empresas entre outros, são fatores que geram crises de empregabilidade no setor de ensino. Por isso, os pesquisados reforçam e concordam que a nova regulamentação da reforma de ensino e da universidade, para atender o mundo capitalista, restringe o campo de trabalho e a satisfação no trabalho do docente, maculando-a pela disparidade de interesses e de propósitos. Depreende-se, pois, que da crise de empregabilidade decorre também a crise psicológica para o docente.

A crise do emprego, a exigência da mais alta formação para a função requisitada pelo mundo produtivo e o surgimento incontrolável de novas tecnologias substitutivas ou simplificadoras da mão de obra, são ingredientes que comprometem o equilíbrio do trabalhador entre fazer o que gosta e gostar do que faz. Desempenhar funções que extrapolam este equilíbrio significa sim estar fora do eixo proposto por suas cognições e desejos profissionais. O sucesso e a satisfação profissional do trabalhador dependerão muito, e também, de suas disposições para se qualificar mais e de forma constante, do monitoramento sistemático que fizer sobre oportunidades profissionais e do estabelecimento de novas perspectivas profissionais.

Atribuindo também um alto grau de importância, esse grupo de docentes concorda que a Reforma Universitária representa uma violência contra os fundamentos do trabalho pelo seu caráter político. Fundamentada simplesmente em alinhar os objetivos do ensino superior aos objetivos do capitalismo e do país; com a função central de criar novas técnicas e tecnologias de organização do trabalho e da produção, não atinge os objetivos maiores do trabalho docente. Tudo isso está muito claro nos objetivos da reforma do ensino e da Universidade que se caracteriza pela gênese, como uma reforma política para o ensino. E isso a torna conflituosa com os vários interesses e expectativas da classe de docentes.

4.2.3 Visão dos docentes com formação em Mestrado

Os professores com formação em mestrado, todos ingressantes na Universidade depois do ano 2002, porquanto depois da Reforma do Ensino, evidentemente, não possuem parâmetros para comparar a influência e os efeitos do sistema produtivo capitalista sobre a formação do trabalhador e consequentemente sobre a profissão docente, antes e depois da reforma. Mas, representam com muito peso e clareza, a sua convivência com o sistema.

Para esse grupo de professores, a humanização do trabalho é também uma grande questão. Para eles a principal influência dos processos e perfis de trabalhadores exigidos pelo mundo produtivo sobre as funções do trabalhador e do docente, reflete uma profunda crise na humanidade em que o trabalhador perde a sua identidade social, por conta das bruscas mudanças exigidas nas suas atividades laborais e intelectuais. A ideia passada por esse grupo, semelhante à dos demais grupos, é que o foco da identidade do docente foi desviado para uma identidade diferente, criada pelo mundo produtivo.

Ainda na visão desse grupo de professores, as novas exigências impostas ao trabalhador pelo mundo produtivo, somente podem ser assimiladas mais rapidamente, por aqueles que possuam maior formação, conhecimentos, cognição e adaptabilidade. A visão desses docentes corrobora o pressuposto de que a formação profissional está fortemente vinculada às demandas mais exigentes do mundo produtivo.

É indiscutível que o modelo produtivo propõe maior produtividade, qualidade e racionalidade dos fatores produtivos através do uso de tecnologias, usando sempre o menor volume possível de recursos. A partir desse pressuposto o trabalhador, inclusive o professor, com certeza fica sujeito e preso à racionalidade daqueles conceitos, vinculados de forma indissolúvel às suas funções. O resultado é que o trabalhador em geral passa a ter um significado do trabalho, inexoravelmente condicionado àqueles fundamentos.

É possível depreender que as questões discutidas relacionados com a vinculação do trabalho docente ao mundo produtivo, não são realidades exclusivas dos docentes que atuam no campo das ciências sociais aplicadas, mas em todos os campos de formação mudando de vez a postura e os objetivos da universidade, como definidos na reforma universitária.

A corrida pela profissionalização, requalificação e uma preocupação constante do trabalhador para conseguir acompanhar as exigências das organizações empregadoras. Não há como negar o sentido competitivo e o estresse que isso impõe ao trabalhador.

Pesa muito sobre a profissão docente na visão desse grupo de professores, o fato de que as novas exigências do novo mundo produtivo reduziram muito a troca de experiências entre os trabalhadores; criando um ambiente de meras relações competitivas, e; fechando portas para as relações interpessoais e sociais. Não adianta querer fugir dessa realidade. A competitividade, a especialização e a desprofissionalização – exercício de funções fora da formação do docente – a produtividade, e o nivelamento dos objetivos com os objetivos institucionais, são determinantes para contaminar o ambiente de trabalho e criar um clima organizacional pouco acolhedor, competitivo e egoísta para a transferência de conhecimentos.

Como os demais grupos de docentes pesquisados, os docentes com formação em mestrado entendem que o novo modelo produtivo – capitalista/toyotista, oferece perigo de alienação do trabalhador às diretrizes do capitalismo e que por isso é preciso recuperar também, o trabalho como a atividade especificamente humana. É indiscutível que essa preocupação procede. O modelo propõe maior produtividade, qualidade e racionalidade dos fatores produtivos através do uso de tecnologias usando sempre o menor volume possível de recursos. A partir desta realidade o trabalhador inclusive o professor, fica sujeito e preso à racionalidade daqueles conceitos vinculando-os de forma indissolúvel às suas funções. O

resultado é que o trabalhador em geral passa a ter um significado do trabalho, inexoravelmente condicionado aqueles fundamentos.

4.2.4 Considerações gerais sobre a visão dos docentes acerca das influências do capitalismo/toyotista sobre a profissão docente

Pelo *Raking Médio*, todas as hipóteses propostas pela pesquisadora abordando as interrelações entre o novo sistema capitalista, a vida do trabalhador e a profissão docente foram consideradas como determinantes na visão de todos os entrevistados. Os docentes pesquisados deram destaque especial também à influência do sistema produtivo sobre a matriz de empregos, sobre a qualidade de vida no trabalho e sobremodo sobre a satisfação profissional.

Destacam ainda o achamento no poder de competição da mão de obra; a crise de humanidade no trabalho provocando a perda da identidade social do trabalhador; o isolamento e redução na troca de experiências no ambiente de trabalho, por conta da competitividade em prejuízo das relações interpessoais e sociais; maiores espaços do mundo do trabalho para aqueles mais qualificados e com maior poder de cognição e de adaptabilidade; desprofissionalização e redução de vagas no trabalho por obrigar o trabalhador a exercer papéis diversos de sua formação, são na visão da maioria dos pesquisados, em maior ou menor grau, efeitos e influências indiretas sobre a formação do profissional.

É possível depreender que são realidades que não se aplicam exclusivamente ao campo das ciências sociais ou das ciências sociais aplicadas, mas a todos os campos de formação, mudando de vez a postura e os objetivos da universidade, como definidos pela própria reforma universitária. Mas, contrariamente ao que prega o novo modelo toyotista de organizar a produção e o trabalho, o perfil do novo trabalhador não é de um tomador de decisões, afastando-o dos processos decisórios, das organizações. Tanto que a autonomia foi outra dificuldade encontrada pelos docentes.

Mesmo, exercendo múltiplos papéis, para cumprir com suas funções. Essa posição nos faz lembrar o taylorismo, onde se exige uma formação diferenciada para exercer as funções organizacionais, mas cabendo ao trabalhador apenas executar da melhor forma possível, o que a Instituição planeja. O fato, não deixa de ser uma realidade no mundo do ensino. O professor não participa diretamente dos processos educativos totais, fugindo do seu controle a gestão e o controle de inúmeras decisões administrativas, restringindo o seu papel às atividades pedagógicas que, aliás, não são poucas.

Algumas realidades concorrem para isso. A construção de um Projeto Pedagógico de um curso, por exemplo, é precedida pela definição e decisão das diretrizes institucionais – missão e objetivos – da qual o docente não participou, mas tem que cumprir. As decisões de caráter financeiro e orçamentário não são diferentes. Logo, cabe ao professor simplesmente executar o Projeto Pedagógico, cuja construção pode nem ter participado também, porque chegou na Instituição depois de sua implementação. No que se refere à satisfação de construir ou de aplicar o conhecimento numa construção, é como se o indivíduo participasse da produção de um produto, conhecendo apenas a peça produzida no departamento em que esteve locado. Por mais que o conjunto de departamentos tenha produzido um produto perfeito, a satisfação dos indivíduos, isoladas, não serão as mesmas.

Esse paradoxo compromete o processo formativo daquele indivíduo por reduzir suas configurações sobre o trabalho como atividades infinitamente técnicas, precisas, muito racional e controlada, distante de ser uma atividade especificamente humana. Assim, outro desafio se apresenta na formação desse novo modelo de trabalhador, que é formá-lo para atender as demandas do mundo produtivo, sem perder a essência do significado do trabalho. Assim, os respondentes à pesquisa consideram que a Reforma do Ensino veio para atender a interesses do capitalismo/toyotista e do Estado, em detrimento a vários interesses do trabalhador e do professor.

Para que se tenha uma ideia mais específica do posicionamento dos pesquisados sobre o grau de concordância com as hipóteses propostas pela pesquisadora, a tabela 4 é esclarecedora.

Tabela 4. Números de incidências em cada opção proposta sobre as influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre os papéis da profissão docente

Altern	Afirmativa proposta	Número de Incidências pelo Grau de Concordância				
		DT	DP	NCND	CP	CT
A1	Mesmo sob a pressão do Estado e do sistema capitalista, mesmo depois das reformas do ensino/universidade, a partir do ano 2002 o sistema de ensino não consegue produzir mão de obra e tecnologias com a mesma velocidade exigida pelo mundo produtivo.	6	9	3	26	4
A2	O valor do trabalho docente é reconhecido quando os seus processos objetivam, prioritariamente, a formação do indivíduo para servir o mundo produtivo, e em um plano inferior, contribuir para as mudanças e transformações da sociedade.	11	2	9	16	10
A3	As reformas no ensino e na universidade criaram a partir do ano 2000 várias dificuldades para o docente dentre elas, a de adaptação às novas	10	0	15	20	4

	formações técnicas e cognitivas, à leitura e à interpretação dos novos projetos de objetivos globais;				
A4	As novas necessidades do mundo produtivo provocaram o esfacelamento da tradição intelectual docente, que não tem categorias suficientemente abrangentes para lidar de maneira apropriada com o ineditismo das experiências políticas exigidas.	9	0	15	20
A5	A vinculação, a dependência e a submissão do trabalho docente aos ditames do mundo capitalista é indiscutível. A importância do trabalho docente é medida e se expressa, inexoravelmente, através dos indicadores sobre o desenvolvimento socioeconômico do País.	4	13	0	18
A6	As reformas do ensino e da universidade implementadas sob a égide do mundo produtivo, supervalorizam os valores e as crenças ditados pelas instituições de ensino, em detrimento aos valores e as crenças do docente, agredindo violentamente seu <i>status quo</i> e comprometendo a qualidade de vida no seu ambiente de trabalho.	5	6	0	22
A7	Após as reformas no sistema de ensino e da universidade, o trabalho docente tornou-se cada vez, mais dependente do sistema sociopolítico, mais hierarquizado, penoso, competitivo, e desvalorizado. Desconfigurou o microcosmo em que o docente atua, submetendo-o aos interesses do macroambiente.	5	6	5	18
A8	O professor, condicionado à nova ordem do setor produtivo se sente violentado; mudando as suas expectativas e configurações sobre o trabalho, por força das mudanças psicossociais em curso.	7	6	8	16
A9	O sentido da profissão docência não pode ficar restrito ao seu ambiente de trabalho e este, desatrelado do que está acontecendo no mundo produtivo e do trabalho, porque não é mais apenas nele que o docente consegue relacionar-se, produzir, realizar-se e, sobretudo, avaliar os resultados do seu trabalho.	2	2	6	22
A10	O professor, no novo modelo produtivo e com medo do desemprego, redefiniu suas ações abdicando de valores políticos importantes. Mantidos praticamente pelo Estado, mentor do neoliberalismo, o docente passou a jogar o jogo ditado pelas corporações.	11	8	8	21
A11	A precarização do trabalho docente ou desvalorização do professor não se restringe à vergonhosa remuneração. A jornada de trabalho e os objetivos profissionais representam novos desafios para o sistema.	4	0	7	20
A12	A nova regulamentação da reforma de ensino e da universidade para atender o mundo capitalista, restringe o campo de trabalho e a satisfação no trabalho do docente, maculando-a pela disparidade de interesses e de propósitos.	3	3	24	20
A13	Pelos fundamentos do mundo produtivo, o trabalho docente por ser imaterial e sobretudo intelectual, é considerado improdutivo porque não converge em meios de produção e de	12	4	4	26

	subsistência.				
A14	Com a expansão do ensino superior no Brasil, atraídos por melhores condições de trabalho, de salários e instigados pela possibilidade da empregabilidade, os professores do ensino superior criaram uma nova demanda profissional.	0	4	17	14
A15	O fantasma do desemprego ronda o docente em relação à sua qualificação. Ora é exigida, ora é desprezada, já que a titulação dos professores muitas vezes são omitidas sob pena de demissão.	4	2	19	19
A16	Precarização do trabalho, flexibilização das tarefas, regime de dedicação no trabalho, são efeitos presentes que nos permitem inferir, que o novo capitalismo criou uma nova identidade para o docente, marcada por piores condições de trabalho	4	0	9	17
A17	No novo capitalismo o professor se sente mais pressionado para mudar a si próprio e em conseguir responder às demandas que estão muito além da sua formação.	13	4	7	18
A18	O professor, eclético e polivalente, para atender uma demanda de novos tipos profissionais traz consigo um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional e de constatação de que ensinar, às vezes, não é o mais importante.	4	11	6	17
A19	O Estado, elemento regulador e fiscalizador, interfere de forma direta (instituições públicas) e indireta (instituições privadas); nas políticas de emprego e de funcionamento das Instituições de Ensino. Isso interfere na empregabilidade do setor.	2	0	11	19
A20	A reforma universitária não se ateve a um problema: o baixo crescimento nos cursos de graduação e de pós-graduação voltados para profissão docente, comparado com o crescimento exponencial de cursos em outras áreas.	2	4	15	12
A21	Participar é se relacionar com a distribuição do poder, de autoridade, de propriedade, de coordenação e de integração no processo de tomada de decisão. Assim, a nova universidade, focada nas regras do sistema produtivo, não facilita a participação do docente nos processos.	0	3	21	8
A22	Na função docente não há, dado as especificidades funcionais de cada um, a chamada rotação de tarefas preconizada pela nova forma de organizar o trabalho. O professor não tem controles dos processos educativos totais, a não ser em relação à produção do aluno.	3	4	14	16
A23	A Reforma Universitária representa uma violência contra os fundamentos do trabalho pelo seu caráter político. Fundamentada simplesmente em alinhar os objetivos do ensino superior aos objetivos do capitalismo e do País; com a função central é criar novas técnicas e tecnologias de organização do trabalho e da produção, não atinge os objetivos maiores do	5	4	6	20

	trabalho docente.				
A24	Pode não ter sido perfeita sob a ótica de trabalho, mas a Reforma Universitária tentou resolver um quadro crítico de carências, inclusive para mão de obra docente, mesmo que o objetivo central tenha sido aparelhar a competitividade do Estado.	2	7	16	18
A25	O professor, depois da Reforma Universitária, por ter que seguir os fundamentos capitalistas, passou a trabalhar a favor de uma proposta que não acredita, que não ajudou a elaborar, que já veio com os caminhos e direções prontos, inibindo a própria criatividade profissional e intelectual.	6	3	16	18
A26	O docente universitário, com certeza está atuando num ambiente precário, sem autonomia, desmotivado, desvalorizado e sem perspectivas maiores, enquanto perdurarem os fundamentos neocapitalistas nos processos educacionais.	4	7	7	18
A27	O discurso proferido em defesa da reforma universitária omite a verdadeira exploração, intensificação e precarização do trabalho docente, porque não estabelece vínculos à própria luta pela sobrevivência ditada pelo sistema de metabolismo social do capital.	0	11	4	14
A28	Há uma grande concorrência na docência universitária porque os cursos em outras áreas de profissionalização absorvem em seus quadros uma maioria considerável de profissionais-docentes.	11	2	14	19
Totais	Total das incidências	1148	131	265	510
%	Porcentagem de cada tipo de incidência	11	10	19	V38
					22

DT = Discordo Totalmente.

DP = Discordo Parcialmente.

NCND = Nem Concordo Nem Discordo.

CP = Concordo Parcialmente.

CT = Concordo Totalmente.

Fonte: Produzido pela pesquisadora - Resultados consolidados do número de incidências de respostas em cada alternativa proposta, 2016.

A soma daqueles que concordam (parcial e totalmente) atinge 60% do pesquisados enquanto a soma do outro extremo (discordam total ou parcialmente) é de apenas 21%. Os números comprovam assim o alto grau de concordância dos pesquisados com as hipóteses propostas sobre as influências e os efeitos das exigências do mundo produtivo sobre a vida e a formação do trabalhador, refletindo diretamente na carreira docente.

Ficou comprovado que na visão dos docentes a Reforma Universitária – Universidades Federais – foi delineada sob a influência da nova forma de organizar a produção e o trabalho ditadas pelo mundo capitalista e que o foco na competitividade do País frente aos seus parceiros internacionais, forma o epicentro da reforma.

A princípio, como comprova o refrão midiático de todas as IES, a diferença básica entre elas e as Federais, situa-se apenas no fato de que essas Instituições Particulares se concentram na formação de uma mão de obra, ideal para exercer funções nos mais variados postos de trabalho, em todas as profissões, de acordo com as demandas do mundo produtivo.

Por outro lado e ao mesmo tempo, as Universidades Federais se concentram na formação de pesquisadores; na orientação e no desenvolvimento de pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias para servir as empresas, regras estas, que lhes foram impostas pelo próprio Estado, através da reforma. Aqui, também, não há nenhum exagero afirmar que tudo isso é o alinhamento dos objetivos, das funções e dos propósitos da Universidade totalmente imbricados com os ditames do novo modelo capitalista e principalmente do Estado capitalista.

Mas é preciso ressaltar que o número de citações na coluna de “não concorda nem discorda” com as hipóteses propostas (19%), não deixa de ser considerável. Em última análise pode-se deduzir que isso pode estar relacionado com o (des)conhecimento do tema abordado; com a insegurança do docente, ou; simplesmente por se colocar neutro em relação à questão. Assim, não deixa de ser importante sugerir novos estudos específicos sobre os temas.

4.3 A Posição da docência e das pesquisas no desenvolvimento da universidade, da profissão docente e das relações trabalhistas no âmbito da universidade

Na primeira parte da discussão se estudou as influências e os efeitos provocados pela nova forma de organizar a produção e o trabalho impostos pelo sistema capitalista/toyotista, a partir do ano 2002, sobre a formação da mão de obra para atender a este sistema. Os resultados foram robustos pelos destiques feitos pelos pesquisados, relacionados aos profundos reflexos e até ingerências do sistema produtivo sobre a formação da mão de obra.

Na segunda parte deste trabalho, buscou-se conhecer e compreender qual é a visão dos docentes das Universidades Federais, pesquisados, quanto aos possíveis impactos que as novas formas de estruturar o trabalho e a produção, a partir do ano 2002 – forjadas pela matriz do sistema capitalista/toyotista; sobre a carreira e o trabalho docente para atender às demandas deste novo modelo. Sem perder a recorrência com a formação do trabalhador, os resultados permitem observar que se o sistema produtivo influencia significativamente sobre aquela formação que decorrência reflete, influencia e direciona direta, indireta e substancialmente o trabalho docente.

Portanto, as mudanças ocorridas no mundo produtivo a partir do ano 2002, criaram novas exigências sobre o perfil do trabalhador, da mão de obra, e; reescreveram as relações trabalhistas sob a ótica da participação e do controle, em todos os âmbitos do trabalho e do conhecimento humano. Os resultados demonstram que os docentes pesquisados concordam que tudo isso desencadeou novas preocupações no mundo do ensino, com reflexos substanciais sobre os papéis da profissão docente e por consequência sobre a posição da ciência nas mais variadas áreas, notadamente, com as pesquisas relacionadas com o trabalho docente.

A partir daquele ponto da história socioeconômica, mudando todos os processos produtivos e do trabalho, modificaram também e substancialmente, o perfil do trabalhador demandado pelo mercado suas funções e papéis operacionais e, com isso todas as relações trabalhistas. Este quadro seguramente refletiu sobre as funções e os objetivos profissionais dos docentes, instalando-se questionamentos sobre o seu papel no desenvolvimento e na posição da ciência – em todas as áreas do domínio humano – diante dos objetivos e dos modelos exigidos para a formação da mão de obra ditados pelo novo mundo capitalista/toyotista, exaustivamente discutido neste trabalho.

Para discutir a respeito, o Bloco IV de hipóteses propostas pela pesquisadora, teve por objetivo conhecer a opinião do pesquisado sobre a posição da docência enquanto ciência assim como, sobre as contribuições que pesquisas relacionadas com a docência podem oferecer para o desenvolvimento da universidade, da profissão docente e de suas relações trabalhistas.

Como nos blocos anteriores a pesquisadora propôs uma série de 13 afirmativas para responder a seguinte questão, devidamente contextualizada: “*A proposta da Reforma Universitária sugere que a universidade seja um centro de agenciamento do conhecimento; produtora de profissionais para atuarem junto aos departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas e em pesquisas básicas, e; como estimuladora do desenvolvimento científico, da capacitação tecnológica e da inovação. Isso reflete laços indissolúveis entre a universidade e o capitalismo, criando um novo e fértil terreno de pesquisas acerca do trabalho docente. Podemos afirmar:*”

Aplicando a técnica do *Ranking Médio*, a tabela 5 demonstra a visão dos docentes pesquisados sobre a questão, em cada uma das treze assertivas propostas.

Tabela 5. Ranking Médio – Visão dos pesquisados sobre as relações entre a universidade e o capitalismo e sobre a posição das pesquisas sobre o trabalho docente nesse contexto

	Formação do Respondente	Pós-Doutorado		Doutorado		Mestrado	
		A	D	A	D	A	D
Altern	Afirmativa proposta						
A1	A Reforma Universitária, originada das normas ditadas pelo sistema produtivo, mudou o <i>locus</i> da docência obrigando o professor a conhecer, compreender e monitorar os movimentos de todos os ambientes, onde o homem permeia e o ensino existe (família, sociedade, organizações, etc);	4,00	4,00	3,75	3,38	0	4,22
A2	Os novos objetivos da Universidade a partir do ano 2002 geram conflitos no docente relacionados às suas representações e símbolos sobre o seu trabalho; ao seu estado psicossocial e identitário; às suas configurações objetiva, subjetiva e humana do trabalho, como recorrências das funções docentes.	3,00	4,00	4,75	3,25	0	3,83
A3	O professor universitário ainda tem dúvidas sobre sua capacidade adaptativa ao sistema político-produtivo, aos objetivos macroambientais; sobretudo tendo como sobrepeso a dúvida instalada se o empirismo passa a superar ou não a ciência, na definição dos objetivos docentes.	4,00	2,50	2,87	3,00	0	3,39
A4	Baixa remuneração, competição interna e externa, flexibilidade para atuar em mais de uma profissão ou instituição, dedicação parcial ou exclusiva são questões que estão exigindo do docente uma revisão dos conceitos sobre a profissão.	4,00	4,50	4,00	3,25	0	3,72
A5	O professor não deveria servir apenas como referência implícita ou parcial para a discussão do currículo, das disciplinas da didática ou das estratégias pedagógicas. Isso prova que toda pesquisa sobre educação, corre o risco de parar nas abstrações.	3,00	4,00	2,50	3,13	0	4,06
A6	A reforma universitária outorgou às Universidades o papel de produzir ciência via pesquisas, principalmente voltada para a inovação tecnológica; enquanto as Instituições Isoladas de Ensino, cuidariam da formação de mão de obra mais técnica e prática (formativa), para atender com maior rapidez, às mudanças para os novos processos produtivos.	4,00	3,50	2,75	3,88	0	3,94
A7	O capitalismo, defensor da formação de um profissional flexível levanta dúvidas sobre a abordagem	3,00	4,00	4,25	4,00	0	

	conteudista de ensinar, substituída pela defesa do desenvolvimento de competências, de modo a atender às demandas de um mercado profissional sempre mutável.						
A8	A tendência de crescimento de professores com tempo integral nas escolas públicas preocupa, porque tais professores deixam de exercer a função legitimamente de docente para exercer outras mesmo que afins, fato que pode caracterizar a desprofissionalização da função docente.	4,00	4,00	3,25	3,88	0	3,80
A9	Os relatos e discussões sinalizam que não há uma divergência entre os objetivos do ensino, da ciência e pesquisa. Mas fica muito claro que tanto o conhecimento técnico, como o conhecimento científico no sistema capitalista, funde-se por um elo indissolúvel.	3,00	3,50	3,00	3,75	0	3,06
A10	A quantidade da produção docente é a determinante da qualidade e da sua valorização profissional. A falta disso, às vezes, rotula o trabalho docente como desqualificado ou improdutivo, criando por consequência, total desvalorização.	4,00	4,50	3,00	3,63	0	3,17
A11	A universidade tornou-se o centro de agenciamento do conhecimento e tem exercido seu papel não somente a formação de profissionais que atuam junto aos departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas, mas sobretudo, no desenvolvimento da pesquisa básica que tem sido a antessala do desenvolvimento tecnológico.	4,00	4,00	3,50	4,00	0	2,78
A12	A regulamentação da profissão docente dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Entretanto, há dúvidas se tem sido possível transferir tecnologias desenvolvidas pela Universidade para o setor produtivo.	3,00	4,00	3,25	3,63	0	4,00
A13	Não tem fundamento social a imposição das políticas públicas capitalistas de adotar como forma de se medir a eficiência do docente, através do rendimento dos alunos nos exames externos.	3,00	3,50	3,50	3,63	0	2,94

A = Ingresso no magistério antes do ano 2002.

D = Ingresso no magistério depois do ano 2002.

Fonte: Cálculos Elaborados pela Pesquisadora de acordo com as Respostas obtidas na pesquisa, 2016.

4.3.1 Visão dos docentes com formação em Pós-Doutorado

Esse grupo de professores, independentemente da época que ingressaram na Universidade como docentes, é enfático em concordar que a Reforma Universitária é originada das normas ditadas pelo sistema produtivo, mudando o *locus* da docência por obrigar o professor a conhecer, compreender e monitorar os movimentos de todos os ambientes onde o homem permeia e o ensino existe (família, sociedade, organizações, etc.).

Essa visão conduz necessariamente ao raciocínio de que o espectro de estudo e de pesquisas para o docente se tornou mais amplo e interativo, imbricando fortemente os fundamentos e a aplicabilidade de todas as áreas do conhecimento humano seja em ciências formais, e ainda das ciências empíricas (sociais e naturais).

Entendem, por outro lado, que os novos objetivos da Universidade a partir do ano 2002 geram conflitos no docente relacionados às suas representações e símbolos sobre o seu trabalho; ao seu estado psicossocial e identitário; às suas configurações objetivas, subjetivas e humanas do trabalho, como recorrências das pressões exercidas pelas novas funções e objetivos a que os docentes se submetem para atender ao sistema como um todo.

Não há dúvidas quanto a estas assertivas. O novo modelo de Universidade parece conduzir o docente para um foco muito complexo e muitas vezes, diverso do seu foco formativo e de sua conformação psicossocial. Isso porque, necessariamente, é obrigado a mudar ou apenas acatar visões e fundamentos que agridem o seu *status quo*, de forma circunstancial, submetendo-se a um movimento psicológico circunstanciado pelo meio e pelos objetivos institucionais.

Como destacado pelos docentes pesquisados, efetivamente, existem realidades e dúvidas indesejáveis produzidas pelo novo sistema de ensino, moldado no novo sistema capitalista/toyotista, que tem gerado várias preocupações. Não faltam discussões sobre a vergonhosa remuneração de um docente; sobre a acirrada competição que enfrenta dentro e fora da Instituição; quanto à degradação das condições de trabalho e das relações trabalhistas; quanto à necessidade de recorrer a mais de um emprego para sobreviver; quanto à imposta flexibilização de seus objetivos; quanto à opção de assumir uma docência em dedicação exclusiva ou parcial, e; quanto aos novos conceitos de docência e de pesquisa. Tudo isso, sem falar nos casos em que o docente é obrigado a exercer funções diversas de sua área de formação e de seu cargo.

Outra influência importante destacada pelos pesquisados sobre a posição da ciência e da docência no seio do novo mundo produtivo, é a preocupação com a tendência de

crescimento de professores com tempo integral nas Instituições Públicas, porque em muitos casos tais professores deixam de exercer a função legitimamente de docente/pesquisador para exercer outras, que mesmo sendo afins, podem caracterizar a desprofissionalização da função docente. Isso procede também. A partir do momento em que o docente é designado para dar aula em outra matéria ou disciplina fora de sua formação; ou não é contemplado com oportunidades de desenvolver pesquisas na sua área de interesse; ou passa a exercer cargos burocráticos/administrativos e/ou; passa a satisfazer apenas os projetos institucionais, de certa forma, se sente desvalorizado ao desfazer os sonhos construídos, sobre a docência.

Outra preocupação desse grupo de professores é que a quantidade da produção docente, pelo menos nas Universidades Federais é a determinante da qualidade e da sua valorização profissional. Os resultados são significativos, demonstrando recair sobre o professor, doravante, novas dúvidas sobre seus papéis e funções; diferentes insatisfações com as regras e normas impostas pelos sistemas; surgimento de dificuldades relacionais no âmbito do trabalho, fruto da acirrada competitividade profissional; novas ansiedades e inseguranças relacionadas com a profissão; desgastes físicos, psicológicos, crises existenciais para atender tantas exigências e tantas mudanças, enfim; o desenho desse novo profissional docente está cercado de inúmeras duvidas e indagações.

A falta disso, às vezes, rotula o trabalho docente como desqualificado ou improdutivo criando por consequência, total desvalorização da sua carreira. Esta realidade realmente preocupa.

Vários fatores interferem nesta questão. Principalmente nas Universidades Federais, a constante qualificação e a produção docente são determinantes para a sua valorização profissional. Por outro lado os incentivos para isso são ínfimos, diante das necessidades sociais e dos objetivos do professor, principalmente no que se refere ao orçamento institucional e à liberação de recursos. Da mesma forma e como regra geral, o professor de qualquer instituição encontra dificuldades consideráveis para fazer o seu mestrado ou doutorado, por falta ou por carências de tais cursos, principalmente na área da educação.

Como exemplo, é de conhecimento público que os investimentos em educação no Brasil que já eram poucos, reduziram-se mais ainda recentemente, em função da crise financeira que se instalou no país. É técnica e humanamente impossível para um docente crescer em produção ou formação, com os ínfimos recursos existentes. Faltam investimentos públicos e privados em cursos de pós-graduação ou de formação de docentes; nas instituições, faltam investimentos em equipamentos, salas de aulas, instalações e laboratórios, dentre

outros; eliminam-se praticamente os incentivos às pesquisas assim como, incentivos à iniciação científica, para os alunos.

Assim, enfrenta várias dificuldades para qualificar-se e para adentrar-se na área de produção científica, pior, até saindo do seu foco formativo para conseguir uma especialização, comprometendo por força do sistema, sua valorização.

Finalmente, na visão desse grupo de docentes, a universidade tornou-se o centro de agenciamento do conhecimento e tem exercido seu papel não somente na formação de profissionais que atuam junto aos departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas, mas, sobretudo, no desenvolvimento da pesquisa básica que tem sido a antessala do desenvolvimento tecnológico.

O fato de concordarem com esta afirmativa levanta outra questão delicada sobre o conceito de pesquisa básica. Destinada a descobrir os avanços tecnológicos que podem ser aplicados pelo mundo produtivo, tais pesquisas, valorizadas pela Reforma Universitária, podem não satisfazer os objetivos e a formação do docente, porquanto pode não criar no mesmo a indignação, a dúvida e o inconformismo que instigam e dirigem seu instinto de pesquisador, como nas pesquisas científicas. Presos às necessidades sociais dos agentes produtivos, os pesquisadores às vezes abdicam das pesquisas científicas, por questão de valorização mais rápida facilitada pelo empirismo ou por recursos oferecidos. Assim infere-se que as discussões sobre a importância e as diferenças entre os dois tipos de pesquisas estão ainda em um estado embrionário, com prejuízos para a ciência.

Todas as pressões sobre o docente discutidas sugerem uma releitura sobre os papéis desta profissão; sobre os riscos de um colapso na oferta de docentes profissionais, assim como sobre a precarização de seu trabalho, e; em última instância, sobre o risco e influências consideráveis do seu papel, no desenvolvimento da ciência e da pesquisa.

4.3.2 Visão dos docentes com formação em Doutorado

As visões dos docentes com formação em Doutorado não são muito diferentes dos professores com pós-doutoramento. Esse grupo concorda, por exemplo, de forma até mais contudente e objetiva que os novos objetivos da Universidade a partir do ano 2002, geram conflitos no docente relacionados às suas representações e símbolos sobre o seu trabalho; ao seu estado psicossocial e identitário; às suas configurações objetiva, subjetiva e humana do trabalho. Tudo recorrente nas definições de seus papéis e funções.

Realmente o novo modelo de Universidade impõe ao docente novos papéis e funções, às vezes fora do seu foco formativo, foco este, indissociável de outros conhecimentos. Somente através de esforços e de conhecimentos agregados conseguirá assimilar, conviver e contornar alguns fundamentos determinados pelo novo modelo de Universidade, mesmo que agridam o seu *status quo*.

Na verdade, pelas respostas obtidas na presente pesquisa e nas entrelinhas de discussões sobre a profissão docentes, sempre há aqueles que concordaram com isso, em maior ou menor grau. No caso presente, as discussões deixam claras que o docente se tornou obrigado diante do novo modelo de trabalho que lhe é imposto, a ter que atender primeiramente às normas, regras e objetivos da Instituição; indiretamente, aos objetivos do Estado e do mundo produtivo. Neste círculo de objetivos alinhados, os interesses e objetivos pessoais e profissionais do docente ficam para um plano inferior. Sobretudo, o atendimento aquelas prioridades, impõe-lhe determinadas normas e condutas que podem fugir de seus objetivos, contrariar princípios e valores, atingindo violentamente o seu estado psicossocial e identitário.

O grupo de docentes com doutorado é enfático em concordar que existem resistências e dúvidas sobre a postura do docente, provocadas pelo capitalismo por exigir uma formação de um profissional flexível, mas singularmente obediente aos fundamentos do sistema. O imbróglio é discernir se o sistema produtivo sugere uma abordagem conteudista de ensinar para garantir uma alta performance técnica e uma obediência cultural do aprendiz, ou; se entende que a formação deva ter como foco, o desenvolvimento de competências, de modo a atender às demandas de um mercado profissional, sempre mutável e ainda atuar como agente de mudanças, nesse contexto. Isso gera dúvidas no docente no exercício de suas funções. Se por um lado o sistema produtivo induz o Estado e o ensino, a fazerem investimentos em pesquisas básicas, ao mesmo tempo exige um profissional multifuncional, eclético, adaptável e flexível, indaga-se: como, o que e quando ensinar e produzir cientificamente falando. Cria-se, assim, um fértil campo de discussões sobre as relações causais e/ou formativas entre o ensino e as pesquisas.

4.3.3 Visão dos docentes com formação em Mestrado

Enriquecendo a presente discussão, os docentes com formação em Mestrado concordam com destaque que a Reforma Universitária, originada das normas ditadas pelo sistema produtivo, mudou o *locus* da docência obrigando o professor a conhecer,

compreender e monitorar os movimentos de todos os ambientes, onde o homem permeia e o ensino existe (família, sociedade, organizações, etc.).

Essa visão é bem singular ao sistema de ensino depois da Reforma Universitária, ou para os docentes que ingressaram na universidade a partir do ano 2002. Está clara a abrangência e o vínculo do trabalho docente com todos os conhecimentos difusos na sociedade, produzidos por ela mesma. E assim ficam aumentadas as funções, o *lócus* funcional e o foco da visão dos docentes, no sentido de estarem obrigados a processarem todas as fontes de conhecimentos, respeitando as normas impostas pelo novo sistema produtivo tanto no ensino, quanto nas pesquisas.

Nas respostas dadas por aqueles docentes aparece uma questão muito significativa. Para esse grupo, o professor não deveria servir apenas como referência implícita ou parcial para a discussão do currículo, das disciplinas, da didática ou das estratégias pedagógicas. Isso sugere que toda pesquisa sobre educação, corre o risco de parar nas abstrações.

Muito importante tal observação. Implica que esses professores que ingressaram mais recentemente na universidade, estão sentindo na pele a limitação de espaços para o seu desenvolvimento profissional. Observam eles, que são objetos, usados apenas nas decisões ligadas ao processo didático-pedagógico, faltando-lhes espaços para propostas, ações e decisões maiores, ficando estas, a cargo das instituições. Tal realidade com certeza limita a ação do docente e coloca em risco seu crescimento profissional, assim como o desenvolvimento das pesquisas científicas em educação.

Ratificam suas posições ao lembrarem e concordarem que a regulamentação da profissão docente dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Entretanto, há dúvidas se tem sido possível transferir tecnologias desenvolvidas pela Universidade para o setor produtivo.

Cheio de dúvidas sobre a ligação da universidade com as empresas no que se refere à transferência de tecnologias, o docente se sente inseguro com a possibilidade de desenvolver trabalhos com tais finalidades. Isso, por conseguinte, enfraquece as possibilidades de que tais docentes se dediquem a tais pesquisas, prejudicando em muito o desenvolvimento de pesquisas básicas e principalmente científicas.

Finalmente, esse grupo de docentes entende que a reforma universitária outorgou às Universidades o papel de produzir ciência via pesquisas, principalmente voltada para a inovação tecnológica; enquanto as Instituições Isoladas de Ensino, cuidariam da formação de mão de obra mais técnica e prática (formativa) para atender com maior rapidez, às mudanças para os novos processos produtivos. Esta visão ou divisão de ideia, pode de alguma forma

prejudicar o andamento de pesquisas – básicas e/ou científicas – porque desresponsabiliza e desestimula, de forma velada, os professores das Instituições não Universitárias, a fazerem pesquisas. Interessante é que isso cria uma grande lacuna no campo das pesquisas, exatamente por aqueles que tão bem conhecem a parte empírica dos processos produtivos que uma vez alinhados a objetivos científicos, produziriam um enorme avanço.

4.3.4 Breves comentários sobre a visão geral dos pesquisados sobre a posição do ensino e das pesquisas

Uma análise simples sobre todas as opiniões, dos três grupos de docentes pesquisados, permite inferir que suas posições ou concordâncias são na verdade complementares. Concordam, em última análise, que a universidade tornou-se o centro de agenciamento do conhecimento e tem exercido um papel preponderante no desenvolvimento do mundo produtivo, mas suscitam dúvidas quanto a velocidade que ela (a Universidade), acompanha as continuas mudanças no mundo produtivo em relação às formas de organização a produção e o trabalho.

Tal fato pode ser fruto da falta de incentivos às pesquisas, sobretudo por parte das Instituições que se preocupam apenas com a formação técnica do profissional. O complexo do mundo produtivo é muito amplo e célere, tornando as Universidades insuficientes, como exclusivas responsáveis pela formação de pesquisadores ou de profissionais pesquisadores.

Assim, na medida em que a Universidade não impinge o mesmo ritmo de desenvolvimento exigido pelo mundo produtivo por insuficiência de pesquisadores e de programas, abrem-se grandes espaços para as pesquisas científicas a respeito da profissão docente nesse contexto, sem prejuízo de outras carências em pesquisas pelo aumento da demanda por pesquisas básicas e científicas sobre as relações entre a Universidade e o mundo produtivo.

Isso é compreensível porquanto se sabe também que os investimentos em pesquisas na Universidade e no Brasil, ainda não são suficientes para atender às necessidades do meio social e principalmente dos pesquisadores. Isso acontece mesmo se sabendo que na regulamentação da profissão docente, está disposto que devem ser oferecidos estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. A soma de tudo isso reduz muito a possibilidade do docente oferecer resultados de pesquisas a todos os interessados.

Com a finalidade de avaliar o grau de concordância total, considerando as incidências em cada opção fornecida, a tabela 6 pode revelar informações importantes.

Tabela 6. Números de incidências em cada opção proposta sobre as relações entre a universidade e o capitalismo e sobre a posição das pesquisas sobre o trabalho docente nesse contexto

Altern	Afirmativa proposta	Grau de Concordância				
		DT	DP	NCND	CP	CT
A1	A Reforma Universitária, originada das normas ditadas pelo sistema produtivo, mudou o <i>locus</i> da docência obrigando o professor a conhecer, compreender e monitorar os movimentos de todos os ambientes, onde o homem permeia e o ensino existe (família, sociedade, organizações, etc);	2	0	13	22	11
A2	Os novos objetivos da Universidade a partir do ano 2002 geram conflitos no docente relacionados às suas representações e símbolos sobre o seu trabalho; ao seu estado psicossocial e identitário; às suas configurações objetiva, subjetiva e humana do trabalho, como recorrências das funções docentes.	0	6	13	15	14
A3	O professor universitário ainda tem dúvidas sobre sua capacidade adaptativa ao sistema político-produtivo, aos objetivos macroambientais; sobretudo tendo como sobre peso a dúvida instalada se o empirismo passa a superar ou não a ciência, na definição dos objetivos docentes.	6	11	3	12	6
A4	Baixa remuneração, competição interna e externa, flexibilidade para atuar em mais de uma profissão ou instituição, dedicação parcial ou exclusiva são questões que estão exigindo do docente uma revisão dos conceitos sobre a profissão.	0	9	7	22	10
A5	O professor não deveria servir apenas como referência implícita ou parcial para a discussão do currículo, das disciplinas da didática ou das estratégias pedagógicas. Isso prova que toda pesquisa sobre educação, corre o risco de parar nas abstrações.	4	6	13	15	10
A6	A reforma universitária outorgou às Universidades o papel de produzir ciência via pesquisas, principalmente voltada para a inovação tecnológica; enquanto as Instituições Isoladas Ensino, cuidariam da formação de mão de obra mais técnica e prática (formativa), para atender com maior rapidez, às mudanças para os novos processos produtivos.	0	2	13	19	8
A7	O capitalismo, defensor da formação de um profissional flexível levanta dúvidas sobre a abordagem conteudista de ensinar, substituída pela defesa do desenvolvimento de competências, de modo a atender às demandas de um mercado profissional sempre mutável	0	2	7	26	13
A8	A tendência de crescimento de professores com tempo integral, nas escolas públicas preocupa, porque tais professores deixam de exercer a função legitimamente de docente para exercer outras mesmo que afins, fato que pode caracterizar a desprofissionalização da função docente.	0	7	10	18	11
A9	Os relatos e discussões sinalizam que não há uma divergência entre os objetivos do ensino, da ciência e pesquisa. Mas fica muito claro que tanto	5	4	16	17	6

	o conhecimento técnico, como o conhecimento científico no sistema capitalista, funde-se por um elo indissolúvel.					
A10	A quantidade da produção docente é a determinante da qualidade e da sua valorização profissional. A falta disso, às vezes, rotula o trabalho docente como desqualificado ou improdutivo, criando por consequência, total desvalorização.	0	11	17	10	10
A11	A universidade tornou-se o centro de agenciamento do conhecimento e tem exercido seu papel não somente a formação de profissionais que atuam junto aos departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas, mas sobretudo, no desenvolvimento da pesquisa básica que tem sido a antessala do desenvolvimento tecnológico.	7	0	11	24	6
A12	A regulamentação da profissão docente dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Entretanto, há dúvidas se tem sido possível transferir tecnologias desenvolvidas pela Universidade para o setor produtivo.	0	4	19	12	13
A13	Não tem fundamento social, a imposição das políticas públicas capitalistas de adotar como forma de se medir a eficiência do docente, através do rendimento dos alunos nos exames externos..	7	0	22	8	10
Totais	Total das incidências	62	124	352	442	260
%	Porcentagem de cada tipo de incidência	55 %	10 %	28%	36%	21%

DT = Discordo Totalmente.

DP = Discordo Parcialmente.

NCND = Nem Concordo Nem Discordo.

CP = Concordo Parcialmente.

CT = Concordo Totalmente.

Fonte: Produzido pela pesquisadora - Resultados consolidados do número de incidências de respostas em cada alternativa proposta, 2016.

Observa-se que o grau total de concordância (total e parcial) com as hipóteses propostas pesquisadora atinge 57% das citações no conjunto das alternativas propostas. Significa que o grupo de indivíduos pesquisado concorda com a amplitude e com a fertilidade do campo de pesquisas, em aberto, para abordar o tema: influências do mundo produtivo sobre os papéis e objetivos da Universidade, principalmente após a Reforma Universitária.

Pelos resultados do presente trabalho, vislumbra-se também um fértil campo de pesquisas as discussões sobre os papéis e objetivos da Universidade no que se refere ao estímulo e à gestão de pesquisas básicas e científicas; necessárias ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, demandados pelo mundo produtivo.

Verifica-se ainda que em apenas 15% das citações os docentes não conseguem ter a mesma visão (discordam total ou parcialmente), e; que em 28% os docentes (não concordam nem discordam) com as variáveis propostas pela pesquisadora.

Tais dados de certa forma deixam dúvidas sobre a pré-disposição destes docentes de acreditar e realizar pesquisas. Isso sinaliza para um grande espaço de trabalho para a Universidade no sentido de orientar, sensibilizar, estimular e apoiar trabalhos de pesquisas, mesmo que exista algum ceticismo quanto à validade das pesquisas científicas nessa nova relação entre a Universidade e o mundo produtivo.

CONCLUSÕES

Preliminarmente cabe destacar algumas conclusões teóricas relevantes, relacionadas com o tema trabalho, percebidas ao longo dos estudos. A primeira delas diz respeito às abordagens sobre as formas com que as relações trabalhistas se desenvolvem, em qualquer tipo de trabalho/organização ou atividade, e por extensão, incluindo ai as relações no interior das instituições de ensinos. As discussões, regra geral, passam a ideia de que sempre existiu e que continuará existindo um infinto embate e uma relação exploratória do capital, sobre o trabalho; onde as forças do trabalhador são sempre e desproporcionalmente menores às forças dos patrões colocando-o, sempre em desvantagens, em tais relações. Assemelha-nos que o tema é tratado e estudado como um insolúvel conflito de interesses, chegando-se ao extremo de alcunhar o trabalhador como eterna vítima da existência do capital.

Contudo, talvez não seja pertinente generalizar este tratamento. Longe de negar que realmente existem relações com aquelas características, existem empresas cujas relações são muito sadias, exemplares e produtivas. A partir daí, entendemos que a qualidade das relações trabalhistas varia de acordo com o setor, com a empresa, com tipo e a linha do negócio, com a atividade, com a gestão, com as funções desempenhadas, enfim, que existem inúmeras variáveis que contribuem para que a relação seja rica ou pobre, sob a ótica da qualidade de vida do trabalhador.

O certo é que não haveria trabalho sem o capital, assim como, não existiria capital sem o trabalho, porque aquele se tornaria inerte por não gerar vagas de trabalho. Por isso, entendemos que os tratamentos dados ao tema devem ser repensados de forma menos ideológica, principalmente como objeto de estudos. A questão formata um imbróglio no mínimo intrigante. Entender e aceitar a ideia de que capital e o trabalho podem não ser forças antagônicas, ou pelo menos que não deveriam ser, e; que ambos buscam o atingimento de um objetivo comum exigido pela própria sociedade, nos parece muito distante dos estudos e discursos ideológicos.

Mas uma coisa é certa. Esta ideia tem tomado força, e o próprio enfraquecimento dos movimentos sindicais ocorridos nos últimos anos, é uma prova de que a visão sobre as relações trabalhistas está mudando. Ou o capital passou a oferecer uma recompensa justa e digna e uma maior satisfação ao trabalhador, ou os objetivos e os modelos das reivindicações trabalhistas se tornaram mais coerentes com as realidades, esgotando parte das divergências ou reivindicações.

Não menos polêmicos são os discursos sobre as influências do mundo produtivo sobre a empregabilidade e sobre a satisfação do trabalhador com o trabalho e com a vida, provocadas pelas formas de organizar o trabalho e a produção. Isso tem provocado nas últimas décadas, estudos ideológicos e discursos inflamados contra o capitalismo, alias mais contundentes após a expansão do capitalismo no mundo pela disseminação do modelo *toyotista* – discutido ao longo deste trabalho – como forma de organizar a produção e trabalho, adotado pela grande maioria das economias mundiais.

A verdade é que o conceito de capitalismo como um mal, presente nos discursos e estudos, é muito amplo e complexo. Historicamente falando a implantação e implementação do capitalismo é uma exigência da própria sociedade. Quanto mais a sociedade cresce, física, cultural, financeira e economicamente falando – diga-se de passagem, como efeito do seu trabalho –, mais ela se torna exigente, principalmente em relação aos serviços prestados pelo Estado, assim como, em relação aos bens e serviços produzidos pelo sistema produtivo. Novos produtos, novos serviços e novas tecnologias passam a nortear seus desejos e expectativas.

A história recente nos mostra que o sistema produtivo tem observado e procurado adequar-se para atender a tudo isso. Assim, o capitalismo, representado ultimamente pelo modelo *toyotista* de organizar a produção e o trabalho não existe sem razão. Oferecer os melhores produtos e serviços pelos menores preços, e por melhores condições de acesso do consumidor fundamentam o modelo. Esta evolução pode ser perfeitamente observada pela transição dos últimos modelos de organizar a produção e o trabalho, todos refletindo diretamente nas relações trabalhistas.

O taylorismo, por exemplo, que outorgou ao seu fundador – Frederick Taylor – o título de pai da administração científica, foi o primeiro modelo a propor utilização de métodos científicos e cartesianos na administração de empresas. O objetivo era atender às demandas da época, impostas pela própria sociedade. Para isso, seu modelo de administração buscava eficiência e eficácia no processo industrial no sentido de produzir mais e mais barato. Através de um controle flexível e organicista conseguiu elevar enormemente a produtividade das indústrias, mas em contrapartida gerou demissões, conflitos e insatisfações dos trabalhadores, que se sentiram prejudicados.

Nada é muito diferente do que o sistema produtivo exige hoje. Taylor acreditava que oferecendo instruções sistemáticas e precisas aos trabalhadores os levaria a produzir mais, e com mais qualidade. Acreditava que qualquer trabalho necessita de estudos e de organização preliminares e adoção de metodologias próprias, capazes de gerar o máximo de

desenvolvimento. Foi assim, o primeiro modelo a exigir maior qualificação e especialização do trabalhador. Ainda não diferentemente do que se exige nos dias atuais, defendia a co-participação entre o capital e o trabalho na busca por menores custos, salários mais elevados e controle da produtividade. Para isso, defendia que o trabalho deveria seguir um controle das atividades, de normas e procedimentos pré-determinados e que deveria ser executado de acordo com uma sequência laboral e tempo pré-programado.

No que se refere às relações trabalhistas, Taylor foi menos flexível do que é defendido pelo modelo atual no que diz respeito à participação do trabalhador nos processos, medida fundamental para aumentar a satisfação do trabalhador. Para ele o bom operário não discutia as ordens que lhes eram dadas. Entendia que à organização cabia planejar e ao operário cabia executar. Isso com certeza contrariou o trabalhador quanto às suas expectativas e quanto às suas configurações sobre o trabalho. De qualquer forma suas ideias revolucionaram o modelo de produção industrial, do Século XX. Assim, se compararmos com o modelo atual de organizar a produção e o trabalho, concluiremos que evoluímos nas relações trabalhistas, por conta da própria luta do trabalhador e da pressão da sociedade.

Para não perder a sequência da história como influenciadora da evolução dos modelos de organizar a produção e o trabalho sobre as relações trabalhistas, reporto-me a outro ícone da administração. Henry Ford, foi um industrial americano, que percebendo as novas oportunidades empresariais, criadas pelo crescimento da sociedade e por sua evolução socioeconômica, criou o modelo fordista voltado para a produção em massa, revolucionando a indústria automobilística a partir de 1914, pela automatização dos processos produtivos.

No modelo fordista os veículos eram montados em esteiras rolantes que se movimentavam em torno dos operários que ficavam praticamente parados realizando pequenas etapas da produção. Outra característica do modelo é que a execução do trabalho é pré-determinada, delimitada e simétrica; entregue à frente do operário, ganhando-se assim com a eliminação do tempo ocioso e ganhando com os movimentos, do trabalhador. Foi o modelo preponderante nas décadas de 1950 e 1960. A verdade é que o modelo, em função da automatização dos processos e da menor exigência de especialização reduziu vagas, causou o desemprego de pessoas mais especializadas e piorou a qualidade das relações trabalhistas, principalmente por falta de co-participação do trabalhador.

O modelo fordista declinou a partir dos anos 1970 quando a GM flexibiliza a sua produção e seu modelo de gestão para lançar diversos modelos de veículos e adota um sistema de gestão profissionalizada (mais qualificada). Assim, consegue ultrapassar a Ford como a maior montadora do mundo. Mas, o modelo sofre um desgaste natural depois da década de

70, após o choque do petróleo e pela entrada de competidores japoneses no mercado de veículos. Surgia ai a sua substituição pelo sistema Toyota de organizar o trabalho e a produção (toyotismo), muito criticado ultimamente.

Sem a necessidade de discorrer sobre o modelo *toyotista* (capitalista), recorrentemente citado e discutido ao longo deste trabalho, o que se observa é que o desenvolvimento da sociedade está intrinsecamente ligado na definição dos modelos de organizar a produção e o trabalho. E, para atender às demandas desta sociedade os modelos foram aperfeiçoando o sistema, na busca do aumento de produtividade e na produção de pequenas quantidades, mas de numerosos modelos de produtos, voltados para o mercado externo atendendo às demandas criadas pela marcha da própria globalização.

O novo sistema de organizar a produção e o trabalho criado pela Toyota, se caracteriza fundamentalmente por uma mecanização flexível – produzir somente o necessário de acordo com a demanda; por exigir mão de obra multifuncional; por promover constantemente, investimentos na educação e na qualificação para o enriquecimento do trabalho; pela implementação de um sistema de controle de qualidade total – por todos os trabalhadores em todos os pontos do processo produtivo; por adotar o fundamento do *Just in Time* – produzir quantidades necessárias na qualidade necessária, no momento necessário –, gerando produção ágil e evitando custos e perdas na produção, e; por acreditar na personalização dos produtos como exigência da própria sociedade.

Assim, podemos resumir que o modelo atual de organizar a produção e trabalho requer um operário mais flexível e competente; que valoriza a mão de obra, e que acaba por incentivar a expansão e o desenvolvimento da educação. É aqui que entra o mérito da pesquisa, isto é, discutir a influência do sistema produtivo sobre a educação ou formação da mão de obra; sobre as atividades docentes e questionar os papéis da Universidade nesse contexto. As discussões sobre as conclusões da pesquisa empírica demonstraram isso.

As conclusões teóricas acima ajudam bastante a entender a ingerência e importância do setor produtivo na formação da mão de obra. É evidente que o presente trabalho não teve a pretensão de discutir todas as causas, efeitos e problemas, derivados das relações estabelecidas entre o sistema produtivo e o trabalhador, com a docência e com os processos educacionais encarregados da formação da mão de obra, ou ainda com a sociedade. Mas, poderá se tornar uma referência ou ponto de partida para ampliar as discussões além do estreito eixo da precarização, da valorização, da qualidade de vida e das condições de trabalho, relacionado principalmente, com o trabalho docente.

No primeiro ponto das discussões, sobre as influências das formas de organizar a produção e o trabalho sobre os processos de formação da mão de obra, a pesquisa pode concluir que na visão dos pesquisados uma das principais influências das novas formas de organizar a produção e o trabalho, a partir do ano 2002, ditadas pelo modelo capitalista/toyotista, é a redução da matriz de empregos no País. Infelizmente isso é uma realidade no atual momento brasileiro (2016).

O estudo chegou a outra conclusão importante decorrente do novo quadro de trabalhadores exigido pelo sistema. As características profissionais exigidas dos indivíduos e a necessidade destes de correr atrás de uma vaga de emprego, despertaram no mesmo a consciência de que somente uma melhor formação e qualificação constante farão a sua diferença. Tal consciência acabou por estratificar grupos elitzados de trabalhadores com formação, capacitação e poder de competição muito semelhantes. Isso provoca o achatamento do poder de competição da mão de obra, que fica limitado ao número de vagas oferecidas e focado mais na capacidade cognitiva e intelectual, do que na capacidade laboral.

Este fenômeno ganhou forças nas últimas décadas, como o foi, no taylorismo; exatamente em função das mudanças de direção do setor produtivo. O tipo de mão de obra demandada para uma produção multivariada, de massa exige a cada estágio do sistema e dos processos, indivíduos com formação maior, mais pensantes, criativos, empreendedores, multifuncionais e inovadores. Por questões sociopolíticas-educativas a massa de profissionais que atinge as exigências da demanda é ainda muito pequena, comprimindo a competição.

Entenderam os pesquisados que nesse ritmo alucinante de corrida contra o tempo, as definições do setor produtivo na formação da mão de obra, aumenta o perigo de alienação do trabalhador às diretrizes do capitalismo, obrigando-o a dar ao trabalho uma configuração menos humanista e mais técnica. Esta é uma questão realmente polêmica e até controvérsia. Tudo depende do ponto de vista sobre o fenômeno da desumanização no trabalho.

Os pesquisados se preocuparam também com o perigo da alienação da própria cognição do trabalhador, afastando do seu ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, para atender os valores produtivos.

A redução da troca de experiências no ambiente de trabalho foi também alvo de preocupação dos pesquisados, por este trabalho. Todos as qualidades e competências exigidas do trabalhador, alinhavadas pelos efeitos das mudanças tecnológicas, pela redução de cargos e simplificação de funções e de processos, carro-chefe do mundo produtivo, podem explicar o fenômeno. O nivelamento das equipes obtido pelo mundo produtivo, nos conhecimentos, competências e habilidades dos trabalhadores, iguala também, parte das experiências. A

convergência das duas forças – maior formação do trabalhador com o ganho de competências – obtidos pelo mundo produtivo reduz muito, a troca de experiências no ambiente de trabalho. O preço é caro, pois o ambiente de trabalho se transforma em um centro de meras relações competitivas, comprometendo as relações interpessoais e sociais.

No todo, pode-se concluir que no cenário composto pelo mundo produtivo e pelos trabalhadores construído acima, e na visão dos pesquisados, são incontestes, importantes e determinantes as influências do mundo produtivo sobre a formação da mão de obra. É este mundo produtivo que orienta o Estado para nos nichos de investimentos públicos e para as definições de políticas educacionais, e; que define e aliena aos agentes formativos, novas exigências formativas, novos perfis de trabalhador e novas preocupações com sua formação o com o desenvolvimento cognitivo deste.

O quadro desenhado por este trabalho, como resultado das pesquisas, composto pelo mundo produtivo e pelo trabalhador exige várias leituras, atenção, análises e muitos estudos. De um lado está o trabalhador exercendo suas funções em ambientes de grande estresse, muito condicionados; recebendo pressões e cobranças de todas as naturezas; obrigado a fazer diferenças; e, lidando com fortes influências culturais. Do outro o mundo produtivo, ávido por novos negócios e mercados, dependente dos movimentos da sociedade; buscando novas simplificações de processos, de cargos e de funções e de pessoas diferenciadas; perseguindo os ganhos de produtividade e redução de custos, dentre outros procedimentos objetivando a eficiência produtiva e a eficácia nos negócios. Permeando tudo isso está o docente, simplesmente responsável em formar pessoas, homens e profissionais para atender àquelas realidades.

Cabe lembrar ainda que além das exigências relativas à formação técnica, postura e objetivos, o trabalhador é obrigado a conviver e buscar espaços para enfrentar o mal generalizado no mundo do trabalho, o desemprego, que aliás, existe com grande incidência também na carreira docente. Conclusivamente, formar indivíduos capazes de servir e sobreviver nesse novo e conturbado mundo do trabalho, não é tarefa fácil.

Ficou claro pelas conclusões até aqui delineadas, que é o setor produtivo que determina o tipo, a quantidade e as características da mão de obra que ele demanda. Com certeza, tais determinações são atentamente analisadas e processadas pelas instituições formativas, para definir seus projetos pedagógicos no sentido de criar e fazer interagir o tripé – escola/empresa/sociedade – indispensável para realizar os objetivos educacionais. Esta ligação é tão forte que um dos pré-requisitos importantes para se propor um determinado curso ou ensino, é determinar e analisar a demanda da sociedade por aquela formação e

definir sua importância social. O certo é que tudo está imbricado num eixo formativo determinado pelo setor produtivo, estabelecendo objetivos, normas e procedimentos para o atingimento dos objetivos por todos os agentes envolvidos.

Os professores pesquisados não só percebem com muita clareza a indissociabilidade daquelas relações descritas no parágrafo anterior, como conseguem associar todo contexto aos seus papéis, principalmente a partir dos anos 2002. Para os pesquisados, um dos principais problemas gerados pelo sistema capitalista, que reflete nas funções docentes, está relacionado com a incapacidade do Sistema de Ensino como um todo, mesmo sob a pressão do complexo sistema - Estado e Sistema Produtivo -, em produzir mão de obra e tecnologias com a mesma velocidade exigida pelo mundo produtivo.

Infere-se ai, que as duas variáveis interferentes mais importantes são: i) a distância entre a velocidade com que o sistema produtivo implementa mudanças e inovações, comparada com a velocidade com que a Escola, como um todo, se prepara para dar as respostas que precisa, como agente formador; e ii) as dificuldades enfrentadas pelo professor no cumprimento de seus papéis, diante da complexidade e dos entraves existentes no sistema de ensino para lhe dar o suporte necessário que minimizem os efeitos daquelas distâncias.

A autonomia é outra dificuldade encontrada pelo docente. O estudo permite concluir que o docente dificilmente tem voz, ou espaço, oficiais e ativos, na organização e na totalidade do funcionamento dos processos institucionais; exceto, no que se refere aos processos envolvendo a produção do aluno.

A pesquisa revelou que os docentes pesquisados, a exemplo dos demais trabalhadores, estão muito preocupados com a questão desemprego. E tem toda razão de estarem preocupados. O inevitável enxugamento dos investimentos em equipamentos, laboratórios e em outras instalações ou processos pedagógicos, produzidos pelo sistema socioeconômico atual, com certeza, faz eliminar vários cargos de apoio pedagógico que além de contribuírem para a melhoria da qualidade do ensino e com a formação do aluno, gerariam empregos. O que se observa é que em todas as instituições, públicas ou privadas, quaisquer cargos ou funções, mesmo que importantes para o desenvolvimento dos processos, mas que não façam parte específica do quadro de pessoal, como dispõe a estrutura organizacional estão sendo eliminados.

O problema do emprego no ensino começa pelas freudas que o sistema implantou impedindo ou dificultando a abertura de novas Instituições, novos Cursos e novas vagas, embora saibamos da deficiência de vagas, principalmente nas Universidades Federais que estão muito longe das Instituições Privadas, em número de vagas oferecidas.

Não se pode negar que a Reforma Universitária avançou no sentido de ter tentado resolver um quadro crítico de carências, para mão de obra docente. A clarificação dos objetivos formativos para as Universidades Federais abriu muitos espaços para os profissionais docentes, mas o problema persiste. Mesmo propugnando por uma maior valorização para os títulos, estas Universidades têm limitado muito a criação de cursos e abertura de vagas para os cursos de graduação e principalmente de pós-graduação, reduzindo muito nos últimos anos, os processos seletivos de admissões.

A precarização do trabalho docente faz parte, também do elenco de efeitos das pressões do mundo produtivo sobre a profissão docente na visão dos pesquisados. O que se pode concluir com certeza, é que se o setor produtivo é a matriz das pressões sobre o ensino como um todo, o que sugere ser natural que a profissão docente, pelas relações indissociáveis e pela essência daquele sistema, sofra algumas consequências. Entretanto, a pesquisadora entende que as condições de trabalho são afetas, em primeiro plano e que às relações trabalhistas de cada instituição que pode moldá-las de forma melhor ou pior.

Para melhor entendimento do tema, a pesquisadora concorda e propõe que o conceito de precarização do trabalho docente, não se restrinja a estudar questões já definidas como a desvalorização do trabalho docente, remuneração vergonhosa, péssimas condições de trabalho propiciadas pelas instituições, falta de apoio institucional, dentre tantos. Tudo faz parte de um conjunto de fatos irrefutáveis, mas a abrangência conceitual do tema é maior, uma vez que está ligado também à valorização da profissão como um co-sistema das estruturas das instituições de ensino.

Outra variável importante de se frisar é que o resultado ou o produto do trabalho docente deve ser também medida para avaliar as suas condições de trabalho. Se o docente, por imposições profissionais, submete-se aos fundamentos do mundo produtivo, ele não faz isso sem cumprir o papel fundamental da docência que é formar pessoas, homens e indivíduos que contribuirão decisivamente para as mudanças e transformações da sociedade para que possa atingir um estágio humano superior.

Concluiu-se também que as reformas do ensino e da universidade implementadas sob a égide do mundo produtivo, supervalorizam os valores e as crenças institucionais, fatos que às vezes colocam em detrimento os valores e as crenças do docente. Fatos como esses, agredem violentamente o seu *status quo* e compromete suas configurações e simbologias sobre o seu trabalho. Isso é demonstrado quando no ambiente de trabalho, agentes e docentes tentam promover, via competição, o alinhamento dos três objetivos em jogo: institucionais, do Estado e do docente. A consequência maior é o comprometimento e a piora da qualidade das

relações profissionais do docente com seus pares, refletindo ainda e negativamente nas suas relações, familiar e social.

Na visão dos pesquisados, o Estado é de certa forma responsável pela empregabilidade no setor de ensino, porque enquanto regulador e fiscalizador poderia perfeitamente definir políticas e investimentos que minimizassem o problema. E por isso entendem que a nova regulamentação da reforma de ensino e da universidade para atender o mundo capitalista, restringe o campo de trabalho e a satisfação no trabalho do docente, via redução dos objetivos do ensino a uma matriz criada pelo mundo produtivo. Reforçam a visão ao concordarem que a Reforma Universitária, embora tenha avançado, por seu caráter político, representa uma violência contra os fundamentos do trabalho docente.

Infere-se que a maior influência do novo modelo produtivo sobre as funções docentes está clara no discurso que defende a reforma universitária, ao omitir que a verdadeira exploração, intensificação e precarização do trabalho docente está no modelo de ensino proposto, porque ele não estabelece vínculos entre as funções e a própria luta do docente, pela sobrevivência.

É sintomático o caráter político da reforma universitária por vislumbrar em primeiro plano, os interesses de um Estado que pretende ser competitivo no comércio mundial. O caráter político redunda numa velada verdade de que a reforma, embora com avanços, não teve por escopo resolver os problemas da profissão, do trabalho e da satisfação do docente. Ela se tornou uma decepção, para aqueles que esperavam soluções mais pontuadas para os problemas da docência.

No todo a grande pressão exercida pelo capitalismo sobre o trabalho docente está na dependência e submissão do trabalho docente aos ditames do mundo capitalista. Essa submissão mudou a forma de ser e de ensinar, do docente. Prova disso é que os resultados obtidos pelo sistema de ensino avaliam fundamentalmente a posição do Estado junto à concorrência internacional e não servem na verdade, para orientar o desenvolvimento sociocultural e da educação ou para melhorar as condições do trabalho docente. Pelas reformas implementadas no sistema de ensino e da universidade, o trabalho docente tornou-se cada vez mais dependente do sistema sociopolítico, mais hierarquizado, penoso, competitivo e desvalorizado.

O que se pode concluir pelo estudo é que na visão do docente, a reforma do ensino está fundamentada simplesmente em alinhar os objetivos do ensino superior aos objetivos do capitalismo e do País, com a função central de criar novos conhecimentos, novas técnicas e tecnologias de organização do trabalho e da produção e não atinge os objetivos maiores do

trabalho docente. A visão desses docentes corrobora o pressuposto de que a formação profissional está fortemente vinculada às demandas mais exigentes do mundo produtivo.

O estudo deixou claro que a partir do ano de 2002, sob a orientação do capitalismo/toyotismo, o sistema produtivo vem provocando mudanças profundas no sistema socioeconômico, desde o rearranjo da produção até a definição do perfil do trabalhador, e das características essenciais para a formação da mão de obra demandada.

Assim, é inevitável que todas aquelas mudanças provoquem preocupações em relação ao conhecimento e ao desenvolvimento humano nas relações trabalhistas, e, muito significativamente, em todo sistema de ensino. A reforma do ensino e da universidade seguiram a mesma trajetória de mudanças na visão dos docentes pesquisados, trazendo reflexos substanciais sobre os papéis da profissão docente, sobre as pesquisas e a ciência nas mais variadas áreas.

Sobre a produção acadêmica e pesquisas o trabalho pode concluir que as mudanças no sistema de ensino e as necessárias alterações nos processos educacionais, inevitavelmente, trouxeram novas preocupações sobre os papéis, funções e objetivos dos profissionais dos docentes.

Por decorrência dos novos papéis definidos pela Reforma Universitária, para o ensino na formação da mão de obra, das novas complexidades da profissão docente, e, das constantes mudanças implementadas pelo sistema produtivo, instala-se uma grande dúvida sobre o papel, o desenvolvimento, as contribuições e a posição da ciência – em todas as áreas do domínio humano – diante dos novos objetivos do mundo produtivo. Os resultados da pesquisa permitem concluir sob a ótica dos docentes pesquisados que, efetivamente, surgiram muitas questões, novas e polêmicas, a respeito das pesquisas e da ciência, com a reforma do ensino e da universidade, fundada nos princípios ditados pelo mundo capitalista/toyotista.

A reforma propõe que a universidade seja um centro de agenciamento do conhecimento o que nos assemelha óbvio. A questão é como é feito e processado este agenciamento no sentido de captar os fenômenos, processá-los, desenvolver e socializar o conhecimento. Infere-se que isso seja possível através de pesquisas, capazes de buscar todos problemas/conhecimento difusos na sociedade e trata-los de forma técnica/científica; ampliando assim o local da docência e do ensino para além dos muros da universidade, e ampliando por consequência, os campos de estudos, de pesquisas e de atuação para o docente.

Pode-se concluir que o campo de estudos e de pesquisas passa a atingir a tão decantada e necessária universalidade e transversalidade de conhecimentos, imbricando-os, necessariamente, em todas as áreas do conhecimento humano seja em ciências formais ou em

ciências empíricas (sociais e naturais). Isso cria novas pressões sobre o ensino e sobre os papéis do docente, notadamente, após a inclusão das novas funções da Universidade, criadas para atender ao mundo produtivo.

A partir daí, se pode concluir que esse quadro se agravou a partir do ano de 2002, gerando no docente, conflitos quanto as suas representações e símbolos sobre o seu trabalho, sobre o seu estado psicossocial e identitário sobre as suas configurações objetivas, subjetivas e humanas do trabalho, derivados dos esforços operacionais e psicológicos para atender os objetivos e determinações institucionais e sociais.

Não se pode, porém, perder de vista as discussões sobre questões recorrentes na docência tais como: relativas a vergonhosa remuneração, relacionadas com a acirrada competição interna e externa, relativas à degradação das condições de trabalho e das relações trabalhistas; a insubsistência com apenas um emprego, relacionadas à necessária flexibilização de seus objetivos ou ao aumento de professores exercendo em outras funções ou áreas, caracterizados como desprofissionalização, quanto aos novos conceitos de docência e de pesquisa, dentre outros temas.

Preocupa ainda, a ideia de que a valorização ou a qualidade do docente estejam atreladas à sua produção e titulação. Isso é quase uma regra, principalmente nas Universidades Federais. Por outro lado, considerando que os objetivos das universidades principalmente das Universidades Federais, definidos pela Reforma Universitária, são ditados pelas urgências e inovações no mundo produtivo, o imbróglio se instala. E precisa ser estudado, porque não pode ser rotulado como improdutivo ou incompetente o docente que não consegue galgar posições maiores na titulação ou na produção acadêmica, que não dependem somente dele.

Como se vê, mesmo que não seja possível exercer a docência com decência, para atender o mundo produtivo, a reforma universitária continua propondo ser a produtora de profissionais para atuarem junto aos departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas e em pesquisas básicas. Concluímos que, se, não existem investimentos suficientes nem na parte estrutural das instituições, não será possível realizar pesquisas básicas, nem atuar junto às organizações no desenvolvimento de tecnologias, porque faltarão docentes e alunos com formação sólida e suficientes, para atender às demandas do mundo produtivo. E este, não espera. Nesse quadro é conclusa a ideia de ser muito difícil realizar pesquisas acadêmicas de qualquer natureza, sem parcerias. E não é fácil, no Brasil.

Com a estrutura educacional comprometida por falta de investimentos, principalmente nas universidades, não é possível pensar em pesquisas científicas ou básicas. Estas,

valorizadas pela Reforma Universitária, destinam-se a descobrir os avanços tecnológicos aplicáveis pelo mundo produtivo. Entretanto, tais pesquisas pode ser um problema institucional, se a proposta não satisfizer os objetivos e a formação do docente. Não adianta insistir nas demandas do mundo produtivo, se o tema não criar no investigador a indignação, a dúvida e o inconformismo que instigam e dirijam o seu instinto de pesquisador, como ocorre nas pesquisas científicas. Conclui-se que existe ainda, um longo caminho ser percorrido e estudado, para que os investimentos em pesquisas voltem, e para que as instituições possam tomar decisões seguras sobre o tipo de pesquisa a desenvolver.

As discussões deixaram claras que o docente passou diante do novo modelo do sistema organizativo, a submeter-se às normas, regras, condutas e objetivos da Instituição. A instituição por sua vez, está condicionada à Reforma Universitária para atender aos objetivos do Estado e às demandas por mão de obra, ditadas pelo mundo produtivo. Este, é o eixo em torno do qual, gravitam todos os agentes sociais. O docente, permeando todos esses interesses, não é tratado como protagonista. Não é raro observar, que os interesses e objetivos pessoais e profissionais do docente ficaram para um plano inferior, comprometendo o seu estado psicossocial e identitário. Isso deve ser discutido.

Percebeu-se pelas pesquisas, que ainda perduram dúvidas sobre o que é um profissional flexível, sugerido pelo mundo capitalista. A princípio, o entendimento foi de que o sistema produtivo sugere uma abordagem formativa com foco no desenvolvimento de competências. Mas isso pode gerar dúvidas no exercício das funções docentes, e nos seus projetos de pesquisas. A Reforma Universitária sugere às instituições fazerem investimentos em pesquisas básicas, e o mundo produtivo requer um profissional multifuncional, eclético, adaptável e flexível. Assim, realmente o docente fica em dúvidas sobre o que, como, o que e quando ensinar e produzir. Aliás, esse contexto constitui um fértil campo para pesquisas.

No mesmo raciocínio sobraram dúvidas entre os pesquisados, quanto ao fato de que a regulamentação da profissão docente dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Entretanto, há dúvidas se tem sido possível transferir tecnologias desenvolvidas pela Universidade para o setor produtivo. Sobremodo, no campo de dúvidas foi perceptível a existência da insegurança de alguns docentes que analisando o quadro atual da educação, enfraqueceram suas perspectivas e possibilidades de dedicarem a pesquisas, fato que pode prejudicar muito o desenvolvimento de pesquisas básicas e principalmente, científicas.

Ainda perdura a ideia de que a Reforma Universitária outorgou às Universidades o papel de produzir ciência via pesquisas, principalmente voltadas para a inovação tecnológica;

enquanto as Instituições de Ensino isoladas, cuidariam da formação de mão de obra mais técnica e prática (formativa) para atender com maior rapidez, às mudanças para os novos processos produtivos. Esta visão ou divisão de ideias pode também, de alguma forma, provocar a acomodação das IES e de seus professores e prejudicar a disposição de docentes para o trabalho de pesquisas, criando uma grande lacuna neste campo. Interessante é que isso pode acontecer exatamente por parte daquelas instituições e docentes que tão bem conhecem a parte empírica dos processos produtivos que, se alinhados a objetivos científicos, produziriam enormes avanços. Ficou claro em todas discussões ao longo do desenvolvimento do trabalho assim como, nas conclusões, que o mundo produtivo direciona os objetivos do Sistema de Ensino, orientando o Estado na definição de suas políticas; rege os objetivos das Instituições Educacionais e dos docentes, ingerindo e orientando na formação da mão de obra e no direcionamento de pesquisas.

Em tese, todas as recomendações que poderiam ser feitas ao Estado e ao Sistema de Ensino às Instituições de Ensino e aos docentes, foram feitas ou são perfeitamente perceptíveis ao longo das discussões, envolvendo não somente a identificação do problema como também as suas variáveis. Entretanto, é perfeitamente oportuno lembrar algumas questões que precisam ser debatidas e que o *locus* inicial são as Instituições.

Primeiramente é recomendável que as Instituições repensem seus papéis enquanto servidoras do mundo produtivo mas, levando em conta que sua principal ferramenta de trabalho é o professor, e que por isso deve adotar uma gestão mais humanizada, extrapolando sempre, os limites dos direitos trabalhistas e dos acordos sindicais; olhando-o antes de tudo como pessoa, parceiro indispensável e como alguém que precisa estar satisfeito e feliz com o seu trabalho, para produzir mais e melhor. Ademais, deve-se obserar que, se a organização não contribuir para a construção de um clima organizacional agradável e sadio, onde as relações inter-pessoais são valorizadas e respeitadas; onde a competição seja sadia e construtiva, não se consegue dirigir uma equipe, mesmo de docentes.

Não basta cumprir com as leis trabalhistas para se obter o melhor do docente. Além das recomendações acima ele precisa, primeiramente, acreditar no Projeto da Instituição e abraçá-lo. Por isso, é indispensável que a Instituição se fortaleça através de uma direção confiável, humana e aberta, valorizando sobremodo a co-participação do docente. Mas, não confundir co-participação simplesmente com remuneração. O docente precisa se sentir valorizado e útil.

Tecnicamente falando, a Instituição se apresenta bem para o docente, para toda comunidade acadêmica e para a sociedade, através de Projetos Pedagógicos, flexíveis e

inovadores, exequíveis e atrelados às necessidades sociais. Um bom trabalho docente precisa de investimentos. Não basta investir no essencial como em equipamentos, biblioteca, instalações, laboratórios, e outras instalações físicas. Antes de tudo é preciso pensar em investir em pessoas, na qualidade de vida no trabalho e na satisfação pessoal e social de todos, inclusive dos alunos.

A Universidade possui um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico do País, mas o docente não consegue responder por seu papel, nesse contexto, se não contar também com investimentos na sua formação e qualificação, nas oportunidades incentivos para desenvolver projetos de extensão, de iniciação científica e de pesquisas.

O Estado brasileiro precisa entender que está na rota dos países desenvolvidos onde a educação é o principal ingrediente do desenvolvimento. Precisa se conscientizar que, mesmo atendendo os limites constitucionais para os investimentos em educação, isso ainda está longe do necessário, considerando a celeridade de desenvolvimento do mundo produtivo num mercado globalizado.

O docente universitário precisa assumir o seu papel de protagonista nos processos educacionais como um todo, a partir das instituições em que trabalha. A consciência de que a educação não pode se dissociar no estado capitalista – que domina o mundo desenvolvido, mas, que não se pode colocar à frente dos objetivos educacionais e formativos, objetivos e ideologias políticas. Estes exercícios podem facilitar as suas ações e comportamentos e melhorar os seus resultados. Apegar-se à formação continuada, acuidade nos processos, trabalhos de extensão universitária, de iniciação científica e sobretudo de pesquisas, poderá fazer a sua diferença.

Resumidamente os resultados comprovam a relação direta e indireta entre as exigências do mundo produtivo em relação à formação da mão de obra, após a Reforma do Ensino e da Universidade, após o ano 2002; aponta as interferências e os problemas enfrentados pela profissão docente nesse contexto, na sua vida pessoal, nas suas relações trabalhistas e nas suas configurações e sentimentos sobre o seu trabalho.

Finalmente, cumpre ressaltar que a metodologia quali-quantitativa e o método de tratamento dos dados adotados para esta pesquisa, são perfeitamente compatíveis e eficazes, porquanto recomendáveis para se desenvolver trabalhos de pesquisas sobre o tema, o problema, e com os objetivos, iguais ou semelhantes.

É evidente que os resultados do trabalho não conseguem exaurir discussões e estudos sobre as relações do mundo produtivo com a educação e mais especificamente com a Universidade e com o professor universitário. Neste contexto e pela complexidade que

envolve o docente, seus papéis e suas funções, o estudo revela também, a existência de inúmeras oportunidades de pesquisas acerca da profissão e do docente, enquanto indivíduo, humano e como trabalhador agente de mudanças, inserido num novo sistema produtivo. A pesquisa deve ser replicada para corroborar ou contestar os resultados alcançados, assim como ser realizada com outros grupos de docentes, no sentido de agregar variáveis que não foram abordadas.

Com os resultados do trabalho abre-se oportunidades para se propor e discutir o estabelecimento de uma pauta única para repensar a educação como o meio mais importante de se superar e atender as constantes mudanças que ocorrem no mundo produtivo. Assim, a pesquisa pretende instigar tais discussões, nas instituições de ensino superior, às ações dos docentes, nas políticas do Estado para a educação, e nos ambientes empresariais.

Cada pesquisador reage de maneira diferente ao ler uma obra, analisar um problema e definir novos caminhos e novos problemas de pesquisa. Apenas para se ter uma ideia, há muitas discussões específicas e diferentes sobre a precarização do trabalho docente, pensando por exemplo, nos fatores externos – fora da instituição - que definem e interferem nas suas atividades e comprometem direta ou indiretamente na sua satisfação com o trabalho.

As relações das instituições universitárias com o mundo produtivo e o trabalho docente, oferecem uma gama de temas sempre novos e emergentes, que podem redundar na formulação de inúmeros problemas de estudo. Dentre outros, pode-se sugerir: i) a jornada de trabalho do docente; ii) as relações entre os objetivos profissionais do docente e os objetivos institucionais e a escolha da instituição para trabalhar; iii) o grau das exigências do sistema socioeconômico-político ao trabalho docente; iv) as relações da educação com o Estado e a escassez de recursos para a educação e investimentos em pesquisas; v) as condições sociais encontradas para exercer as funções docentes; vi) a mudança dos objetivos institucionais de acordo com as necessidades sociais; vii) as necessidades do docente de adequar às exigências institucionais e à competitividade da profissão; viii) os efeitos e os prejuízos culturais, psicológicos incorridos do docente no exercício de sua profissão; ix) as interferências do clima organizacional nas inter-relações pessoais e profissionais do docente; x) o papel da extensão, da iniciação científica e das pesquisas na vida do docente, das instituições e do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Universidade Pública & iniciativa privada: os desafios da globalização.** Campinas: Alinea, 2002.

ALVES, Luciano de Oliveira. As mudanças na gestão da produção e organização do trabalho e seus impactos nas relações de trabalho: um estudo de caso na indústria de vestuário capixaba. **Revista Intersaber.** Curitiba, ano 5, n. 9, p. 116-131, jan/jun 2010, p. 95-109.

ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise no sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. (org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva.** 2. ed. São Paulo; Cortez/Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

ANTUNES, Ricardo L.C. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH.** Salvador, 2002. n. 37, v. 15.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BIHR, Alain. **Da Grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. Perdizes: Jinkings, 1998.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, 2007.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, DOU.

BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação perspectivas críticas.** São Paulo: Artmed, 2004.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Terceirização e Desenvolvimento – Uma conta que não fecha.** Dossiê acerca do impacto da Terceirização sobre os Trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos / Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DIEESE. **O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro.** São Paulo: DIEESE, 2014a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec133Rais.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. **Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2014b. Disponível em: <www.dieese.org.br/livro/2014/livroRotatividade.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

DUBAR, Claude. **A socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERRETI, C. J. et al (orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. 7 ed. Petropólis: Vozes, 1994.

FRANÇA, Robson Luiz de; FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. O Ensino Superior Brasileiro e a Desprofissionalização Docente. In: SCOCUGLIA, Celso Caldeira (Org.). **Controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital.** Curitiba: CRV, 2011, v.1.

FRANCISCO, Paulo Roberto. **O processo de desprofissionalização do professor de matemática.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Francisco. Itatiba, São Paulo.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização da automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.

HARGREAVES, Andy. *Teaching as paradoxical profession. World Assembly Teacher Education Icet.* 46, 2001. Santiago, Chile. CR-ROM.

HIRATA, Helena. Da Polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia R.; BRANCO, Maria Laura, P. B. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior no Brasil Resumo Técnico.** Brasília: Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/textos/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações;** o Homem Rumo ao Século XXI. 2ª Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

KUENZER, Acacia Zeneida. O que muda no cotidiano da sala de aula universitária com as mudanças no mundo do trabalho? In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (orgs). **Temas e Textos em Metodologia do Ensino Superior.** Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 6ª ed. Campinas: Papirus, 2009.

KURS, Robert. **A realidade irreal.** Folha de São Paulo, 3 set. 1995.

LIKERT, R. *A technique for the measurement of attitudes. Archives of Psychology.* n. 140, p. 44-53, 1932.

LUCENA, Carlos (Org.). **Capitalismo, Estado e Educação.** Campinas: Alínea, 2008.

MAIA, Fernanda Landolfi. Condições objetivas de trabalho: a construção da relação de professores universitários com o cenário acadêmico. **Revista Intersaberes**. Curitiba, Ano 5, n. 9, p. 116-131, jan/jun 2010.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 1, p. 74-80, Portugal, 2007.

_____. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 23, n.2, p. 73-91, Portugal, 2010.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo, Nova Cultural, 1980, livro I vol. 1.

_____. **O capital; crítica da economia política**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988, livro, vol 1.

_____. Primeiro Manuscrito: salário e trabalho. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 2. Ed. 4. Reimp. Martin Claret. São Paulo, 2011.

MENGA Lüdke; BOING Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1159-1180, Set./Dez. 2004.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. Campinas: Boitempo/Universidade Estadual de Campinas, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127 -1144, set/dez 2004.

PEREIRA, J. E. D. Formação de Professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. **Educação e Linguagem**. São Bernardo do Campo, Ano 10, n.15, p.8298, jan/jun 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil 1930-1973**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PREVITALI, Fabiane Santana. **Controle e resistência na organização do trabalho**: o caso de uma empresa montadora nos anos 90. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP/IFCH. 2002.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SANTO, Eniel Espírito; FREITAS, Fabia Quele Barbosa. A Saúde do Trabalho e o Trabalhador em Tempos de Precarização do Trabalho. **Revista Intersaber**. Curitiba, vol. 4, n. 8, p. 150-169, jul/dez 2009.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTCH, M.; COOK, S. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: EPU, 1974.

SILVA FILHO, Linderson da. Pós-Fordismo ou neoFordismo? Ensaio e reflexões sobre a realidade no mundo do trabalho. In: Simpósio de Engenharia de Produção. São Paulo. **Anais...** Bauru, 2006.

SILVA, Janete B. da. **Abrindo janelas à noção de competência para a construção de um currículo interdisciplinar: um estudo preliminar**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVEIRA, Adrée Luiza da. A Relação entre a Organização do Trabalho e Ansiedade Identificada Através da Análise Ergonômica do Trabalho. **Psicologia Argumento**. Curitiba v. 24, n. 44 p. 17-25, jan./mar. 2006.

SCOCUGLIA, Afonso. **Controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. Curitiba: CRV, 2011, v.1.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEIXEIRA, Francisco J. S. (org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998a.

_____. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares; MANFREDO, Araújo de Oliveira (orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998b.

_____. O capital e suas formas de produção de mercadorias: Rumo ao fim da economia política. **Critica marxista**. São Paulo: Boitempo, 2000. n. 10.

TOFFLER, Alvim. **A terceira onda: morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. 15 ed. Rio de Janeiro, Record, 1980.

VASCONCELOS, Maria Lucia. Docência e Autoridade no Ensino Superior: uma introdução ao debate. In: TEODORO, Antonio; VASCONCELOS, Maria Lucia (orgs.). **Ensinar e Aprender no Ensino Superior**; por uma epistemologia da Curiosidade na Formação Universitária. 2^a ed. São Paulo: Mackenzie; Cortez, 2005.

APÊNDICE

**PESQUISA - CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO:
INFLUÊNCIAS DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO A PARTIR DE
2002**

Prezada (o) Colega (o)

A pesquisa tem por objeto os docentes da Instituição de Ensino Superior Pública Federal de Ituiutaba – FACIP/UFU, objetivando levantar e analisar a visão destes docentes sobre a influência das recorrências da evolução da organização do trabalho e o consequente impacto na reestruturação das Universidades Federais no que se refere à formação profissional dos egressos dos cursos de graduação, entre os anos de 2002 a 2016.

Para atingir o propósito de pesquisa, definiu-se como objetivos específicos:

- i) debater a expansão do capitalismo no mundo, como origem da reestruturação da produção e do trabalho a partir do ano 2002;
- ii) analisar e discutir os impactos da mudança do modelo de organização da produção e do trabalho sobre a profissão docente, a partir da década de 2002;
- iii) refletir sobre a necessidade de pesquisas acerca da educação, notadamente sobre a valorização do docente;
- iv) interpretar os dados levantados na pesquisa, articulando os resultados obtidos com o debate teórico compatível acerca da temática aqui discutida.

Sua participação e as suas informações são muito importantes para os resultados do meu trabalho e para a realização de meus objetivos.

Antecipadamente agradeço a sua colaboração.

Profa. Alessandra Aparecida Franco.

InSTRUÇÕES / OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Não há respostas certas nem erradas – estamos interessados somente em UM NÚMERO que melhor retrate sua opinião (posição, expectativas, percepções, sentimentos) sobre as afirmativas apresentadas em cada bloco.
2. Observando as afirmativas apresentadas em cada bloco na (PRIMEIRA coluna), atribua o peso de 1 a 5 para CADA UMA delas colocando o número correspondente na (ULTIMA coluna), de acordo com o seu grau de concordância ou discordância com cada uma delas, sendo:
 - 1 – Discordo totalmente
 - 2 – Discordo parcialmente
 - 3 – Não discordo nem concordo
 - 4 – Concordo parcialmente
 - 5 – Concordo totalmente

Bloco I. Caracterização

1. **Formação:** () Pós-Doutorado () Doutorado () Mestrado
2. **Residência:** () Uberlândia () Ituiutaba () Outra _____

3. Ingresso no magistério: () Antes do ano 2002 () Depois do ano 2002

Bloco II

Objetivos: O objetivo deste bloco é conhecer melhor sua opinião acerca dos impactos provocados pelas novas formas de organizar a produção e o trabalho e sobre a empregabilidade e formação da mão de obra no País, a partir dos anos 2002.

Questão nº 5 – *O avanço da globalização espalhou por todo mundo intensa disputa para aumentar a competitividade dos Países e das Organizações. O fato disseminou nas ultimas décadas, novas formas de organizar a produção e o trabalho com o objetivo de produzir mais, melhor e com menos recursos. O modelo, inspirado no toyotismo (modelo japonês), linhas gerais busca maior produtividade, eficiência e adaptabilidade da mão de obra, aproveitamento máximo de novas tecnologias, flexibilização nas relações trabalhistas, racionalização dos custos e dos processos e maior qualidade. Todos esses objetivos convergiram em mudanças profundas principalmente a partir dos anos 2002, sobre a formação da mão de obra e a empregabilidade no País. Podemos afirmar:*

Grau	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não Discordo nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Grau de Concordância
Afirma	1	2	3	4	5	
A1	O cenário descrito implica na adoção de mais tecnologias; na simplificação e na especialização da mão de obra, e; portanto, na redução da matriz de empregos, no País.					
A2	O quadro da empregabilidade no País a partir dos anos 2002 mudou, aumentando a procura por mão de obra mais qualificada e reduzindo a procura por mão de obra menos qualificada. Isso criou um achatamento no poder de competição da mão de obra.					
A3	Nos últimos anos o sistema capitalista produziu uma profunda crise na humanidade em que o trabalhador perdeu a sua identidade social, por conta das bruscas mudanças exigidas nas suas atividades laborais e intelectuais.					
A4	A competitividade no mundo do trabalho provocou uma alienação da própria cognição do trabalhador, afastando do seu ambiente de trabalho suas crenças, valores, símbolos e saberes adquiridos no dia a dia de sua vida, para atender os valores produtivos.					
A5	As novas exigências do novo mundo produtivo reduziram muito a troca de experiências entre os trabalhadores; criando um ambiente de meras relações competitivas, e; fechando portas para as relações interpessoais e sociais;					
A6	As novas exigências impostas ao trabalhador pelo mundo produtivo, somente podem ser assimiladas mais rapidamente, por aqueles que possuam maior formação, conhecimentos, cognição e adaptabilidade.					
A7	No novo sistema de emprego, exigindo maior adaptabilidade, o trabalhador se vê obrigado a exercer funções diversas de sua formação, levando à desprofissionalização e reduzindo as vagas no mundo do trabalho.					
A8	A orientação para uma dominante revolução tecnológica provoca uma					

	violência contra o trabalhador, pelas pressões que o sistema exerce sobre suas funções e reações psicossociais.	
A9	Pelo novo modelo, o trabalhador não consegue impor nenhuma condição que contrarie as normas do capital. Assim, não consegue fugir do descontrole sobre o emprego nem consegue atuar nos processos decisórios das organizações.	
A10	O novo modelo produtivo oferece perigo de alienação do trabalhador às diretrizes do capitalismo. É preciso recuperar, também, o trabalho como a atividade especificamente humana;	

Bloco III

Objetivos: O objetivo deste bloco é conhecer, compreender e discutir as suas opiniões relacionadas aos impactos sobre a carreira e o trabalho docente, provocados pela reestruturação do trabalho e da produção, a partir do ano 2002.

Questão nº 6 – As mudanças ocorridas no mundo produtivo a partir dos anos 2002 criaram novas exigências sobre o perfil do trabalhador, da mão de obra, e; reescreveram as relações trabalhistas sob a ótica da participação e do controle. Tudo isso desencadeou novas preocupações no mundo do ensino com reflexos substanciais sobre os papéis da profissão docente. Podemos afirmar:

Grau	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não Discordo nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Grau de Conc.
Afirma	1	2	3	4	5	
A1	Mesmo sob a pressão do Estado e do sistema capitalista, mesmo depois das reformas do ensino/universidade, a partir dos anos 2002 o sistema de ensino não consegue produzir mão de obra e tecnologias com a mesma velocidade exigida pelo mundo produtivo.					
A2	O valor do trabalho docente é reconhecido quando os seus processos objetivam, prioritariamente, a formação do indivíduo para servir o mundo produtivo, e em um plano inferior, contribuir para as mudanças e transformações da sociedade.					
A3	As reformas no ensino e na universidade criaram a partir dos anos 2002 várias dificuldades para o docente dentre elas, a de adaptação às novas formações técnicas e cognitivas, à leitura e à interpretação dos novos projetos de objetivos globais;					
A4	As novas necessidades do mundo produtivo provocaram o esfacelamento da tradição intelectual docente, que não tem categorias suficientemente abrangentes para lidar de maneira apropriada com o ineditismo das experiências políticas exigidas.					
A5	A vinculação, a dependência e a submissão do trabalho docente aos ditames do mundo capitalista é indiscutível. A importância do trabalho docente é medida e se expressa, inexoravelmente, através dos indicadores sobre o desenvolvimento socioeconômico do País.					
A6	As reformas do ensino e da universidade implementadas sob a égide do mundo produtivo, supervalorizam os valores e as crenças ditados pelas instituições de ensino, em detrimento aos valores e as crenças do					

	docente, agredindo violentamente seu <i>status quo</i> e comprometendo a qualidade de vida no seu ambiente de trabalho.	
A7	Após as reformas no sistema de ensino e da universidade, o trabalho docente tornou-se cada vez, mais dependente do sistema sociopolítico, mais hierarquizado, penoso, competitivo, e desvalorizado. Desconfigurou o microcosmo em que o docente atua, submetendo-o aos interesses do macroambiente.	
A8	O professor, condicionado à nova ordem do setor produtivo se sente violentado; mudando as suas expectativas e configurações sobre o trabalho, por força das mudanças psicossociais em curso.	
A9	O sentido da profissão docência não pode ficar restrito ao seu ambiente de trabalho e este, desatrelado do que está acontecendo no mundo produtivo e do trabalho, porque não é mais apenas nele que o docente consegue relacionar-se, produzir, realizar-se e, sobretudo, avaliar os resultados do seu trabalho.	
A10	O professor, no novo modelo produtivo e com medo do desemprego, redefiniu suas ações abdicando de valores políticos importantes. Mantidos praticamente pelo Estado, mentor do neoliberalismo, o docente passou a jogar o jogo ditado pelas corporações.	
A11	A precarização do trabalho docente ou desvalorização do professor não se restringe à vergonhosa remuneração. A jornada de trabalho e os objetivos profissionais representam novos desafios para o sistema.	
A12	A nova regulamentação da reforma de ensino e da universidade para atender o mundo capitalista, restringe o campo de trabalho e a satisfação no trabalho do docente, maculando-a pela disparidade de interesses e de propósitos.	
A13	Pelos fundamentos do mundo produtivo, o trabalho docente por ser imaterial e sobretudo intelectual, é considerado improdutivo porque não converge em meios de produção e de subsistência.	
A14	Com a expansão do ensino superior no Brasil, atraídos por melhores condições de trabalho, de salários e instigados pela possibilidade da empregabilidade, os professores do ensino superior criaram uma nova demanda profissional.	
A15	O fantasma do desemprego ronda o docente em relação à sua qualificação. Ora é exigida, ora é desprezada, já que a titulação dos professores muitas vezes são omitidas sob pena de demissão.	
A16	Precarização do trabalho, flexibilização das tarefas, regime de dedicação no trabalho, são efeitos presentes que nos permitem inferir, que o novo capitalismo criou uma nova identidade para o docente, marcada por piores condições de trabalho	
A17	No novo capitalismo o professor se sente mais pressionado para mudar a si próprio e em conseguir responder às demandas que estão muito além da sua formação. Não há limites para atitudes inovadoras e estimuladoras de mudanças.	
A18	O professor, eclético e polivalente, para atender uma demanda de novos tipos profissionais traz consigo um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional e de constatação de que ensinar, às vezes, não é o mais importante.	
A19	O Estado, elemento regulador e fiscalizador, interfere de forma direta (instituições públicas) e indireta (instituições privadas); nas políticas de	

	emprego e de funcionamento das Instituições de Ensino. Isso interfere na empregabilidade do setor.	
A20	A reforma universitária não se atreve a um problema: o baixo crescimento nos cursos de graduação e de pós-graduação voltados para profissão docente, comparado com o crescimento exponencial de cursos em outras áreas.	
A21	Participar é se relacionar com a distribuição do poder, de autoridade, de propriedade, de coordenação e de integração no processo de tomada de decisão. Assim, a nova universidade, focada nas regras do sistema produtivo, não facilita a participação do docente nos processos.	
A22	Na função docente não há, dado as especificidades funcionais de cada um, a chamada rotação de tarefas preconizada pela nova forma de organizar o trabalho. O professor não tem controles dos processos educativos totais, a não ser em relação à produção do aluno.	
A23	A Reforma Universitária representa uma violência contra os fundamentos do trabalho pelo seu caráter político. Fundamentada simplesmente em alinhar os objetivos do ensino superior aos objetivos do capitalismo e do País; com a função central é criar novas técnicas e tecnologias de organização do trabalho e da produção, não atinge os objetivos maiores do trabalho docente.	
A24	Pode não ter sido perfeita sob a ótica de trabalho, mas a Reforma Universitária tentou resolver um quadro crítico de carências, inclusive para mão de obra docente, mesmo que o objetivo central tenha sido aparelhar a competitividade do Estado.	
A25	O professor, depois da Reforma Universitária, por ter que seguir os fundamentos capitalistas, passou a trabalhar a favor de uma proposta que não acredita, que não ajudou a elaborar, que já veio com os caminhos e direções prontos, inibindo a própria criatividade profissional e intelectual.	
A26	O docente universitário, com certeza está atuando num ambiente precário, sem autonomia, desmotivado, desvalorizado e sem perspectivas maiores, enquanto perdurarem os fundamentos neocapitalistas nos processos educacionais.	
A27	O discurso proferido em defesa da reforma universitária omite a verdadeira exploração, intensificação e precarização do trabalho docente, porque não estabelece vínculos à própria luta pela sobrevivência ditada pelo sistema de metabolismo social do capital.	
A28	Há uma grande concorrência na docência universitária porque os cursos em outras áreas de profissionalização absorvem em seus quadros uma maioria considerável de profissionais-docentes	

Bloco IV

Objetivos: O objetivo deste bloco é conhecer sua opinião sobre a posição da docência enquanto ciência assim como, sobre as contribuições que pesquisas relacionadas podem oferecer para o desenvolvimento da universidade, da profissão docente e de suas relações trabalhistas.

Questão nº 7 – A proposta da Reforma Universitária sugere que a universidade seja um centro de agenciamento do conhecimento; produtora de profissionais para atuarem junto aos

departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas e em pesquisas básicas, e; como estimuladora do desenvolvimento científico, da capacitação tecnológica e da inovação. Isso reflete laços indissolúveis entre a universidade e o capitalismo, criando um novo e fértil terreno de pesquisas acerca do trabalho docente. Podemos afirmar:

Grau	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não Discordo nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Grau de Conc.
Afirma	1	2	3	4	5	
A1	A Reforma Universitária, originada das normas ditadas pelo sistema produtivo, mudou o <i>locus</i> da docência obrigando o professor a conhecer, compreender e monitorar os movimentos de todos os ambientes, onde o homem permeia e o ensino existe (família, sociedade, organizações, etc);					
A2	Os novos objetivos da Universidade a partir dos anos 2002 geram conflitos no docente relacionados às suas representações e símbolos sobre o seu trabalho; ao seu estado psicossocial e identitário; às suas configurações objetiva, subjetiva e humana do trabalho, como recorrências das funções docentes.					
A3	O professor universitário ainda tem dúvidas sobre sua capacidade adaptativa ao sistema político-produtivo, aos objetivos macroambientais; sobretudo tendo como sobre peso a dúvida instalada se o empirismo passa a superar ou não a ciência, na definição dos objetivos docentes.					
A4	Baixa remuneração, competição interna e externa, flexibilidade para atuar em mais de uma profissão ou instituição, dedicação parcial ou exclusiva são questões que estão exigindo do docente uma revisão dos conceitos sobre a profissão.					
A5	O professor não deveria servir apenas como referência implícita ou parcial para a discussão do currículo, das disciplinas da didática ou das estratégias pedagógicas. Isso prova que toda pesquisa sobre educação, corre o risco de parar nas abstrações.					
A6	A reforma universitária outorgou às Universidades o papel de produzir ciência via pesquisas, principalmente voltada para a inovação tecnológica; enquanto as Instituições Isoladas Ensino, cuidariam da formação de mão de obra mais técnica e prática (formativa), para atender com maior rapidez, às mudanças para os novos processos produtivos.					
A7	O capitalismo, defensor da formação de um profissional flexível levanta dúvidas sobre a abordagem conteudista de ensinar, substituída pela defesa do desenvolvimento de competências, de modo a atender às demandas de um mercado profissional sempre mutável					
A8	A tendência de crescimento de professores com tempo integral nas escolas públicas preocupa, porque tais professores deixam de exercer a função legitimamente de docente para exercer outras mesmo que afins, fato que pode caracterizar a desprofissionalização da função docente.					
A9	Os relatos e discussões sinalizam que não há uma divergência entre os objetivos do ensino, da ciência e pesquisa. Mas fica muito claro que tanto o conhecimento técnico, como o conhecimento científico no sistema capitalista, funde-se por um elo indissolúvel.					
A10	A quantidade da produção docente é a determinante da qualidade e da sua valorização profissional. A falta disso, às vezes, rotula o trabalho docente como desqualificado ou improdutivo, criando por consequência, total					

	desvalorização.	
A11	A universidade tornou-se o centro de agenciamento do conhecimento e tem exercido seu papel não somente a formação de profissionais que atuam junto aos departamentos de pesquisas tecnológicas das empresas, mas sobretudo, no desenvolvimento da pesquisa básica que tem sido a antessala do desenvolvimento tecnológico.	
A12	A regulamentação da profissão docente dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Entretanto, há dúvidas se tem sido possível transferir tecnologias desenvolvidas pela Universidade para o setor produtivo.	
A13	Não tem fundamento social, a imposição das políticas públicas capitalistas de adotar como forma de se medir a eficiência do docente, através do rendimento dos alunos nos exames externos.	